

**As Casas Bancárias na Crise de 1876: uma perspectiva
comparada**

Guilherme Lemos Villela

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Orientador: Professor Doutor Daniel Ribeiro Alves

Novembro, 2019

Agradecimentos

Desenvolver uma dissertação é um processo muito complicado, penso que desenvolver uma dissertação fora do país, saindo completamente da zona de conforto, torna todo o processo que envolve este trabalho ainda mais difícil. De modo que foi um desafio imenso concluir esse trabalho, foram dezenas de percalços que passei para que pudesse enfim concluí-lo.

Devo muito ao meu orientador, acredito que tenha sido um desafio pra ele também lidar com as minhas dificuldades e aceitar a orientação mesmo não tendo o domínio total sobre o tema das casas bancárias. A ele agradeço a paciência e auxílio.

Agradeço ao meu pai pelo auxílio financeiro e por todo o carinho e a minha mãe por todo o apoio psicológico, era pra ela que ligava quando as coisas estavam difíceis e em troca recebia palavras que me davam força pra me manter firme, sei que vocês sofreram com a saudade tanto como eu. Imensurável é o amor que sinto por vocês.

Aos meus irmãos agradeço por toda a torcida e carinho, não acompanhar o crescimento dos meus sobrinhos sempre me fez pensar em voltar para casa.

Aos amigos que fiz em Portugal e que ajudaram a diminuir a saudade de casa, sei que criei vínculos que vou levar por toda a minha vida. Aos amigos do Brasil, aos poucos e bons que ainda mantiveram contato, devo muito ao suporte afetivo que vocês me deram.

Aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional por todo o auxílio a realização da pesquisa e pela forma carinhosa que sempre me trataram.

As Casas Bancárias de Lisboa na Crise de 1876: Uma perspectiva comparada.

Guilherme Lemos Villela

Resumo

O presente trabalho trata de um esforço de compreender as casas bancárias de Lisboa e como elas lidaram com a crise de 1876 em Portugal. O tema das casas bancárias é um tema ainda pouco desenvolvido pela historiografia portuguesa e todos os principais trabalhos sobre o sistema bancário português citam a falta de estudos sobre este tipo de instituição, ocasionado pela falta de fontes que indiquem informações substanciais sobre essas casas bancárias.

A partir disso, esse estudo tratou de recolher as principais fontes sobre as casas bancárias, aliando-as com os estudos desenvolvidos, fizemos um balanço dessas instituições, como elas surgiram e como vão ultrapassar a crise de 1876. Tratamos também de realizar estudos de casos sobre as casas bancárias Henry Burnay & C^a e FONSECAS, SANTOS & VIANA, já que sobre essas tínhamos informações mais detalhadas que puderam descrever melhor as atividades das casas bancárias.

Além disso, enxergamos a possibilidade de comparar as casas bancárias de Lisboa, com as casas bancárias do Rio de Janeiro, que também passa por uma crise na segunda metade do século XIX, a crise do Souto em 1864. Fizemos uma análise sobre a legislação bancária dos dois países e a como as casas bancárias reagiram em um caso e no outro.

Palavras chave: Casas bancárias; crise; história econômica.

The Banking Houses of Lisbon in the Crisis of 1876: A comparative perspective.

Guilherme Lemos Villela

Summary

This paper is about an effort to understand Lisbon's banking houses and how they dealt with the crisis of 1876 in Portugal. The theme of banking houses is still little developed by Portuguese historiography and all the main works on the Portuguese banking system cite the lack of studies on this type of institution, caused by the lack of sources that indicate substantial information about these banks.

From that point on, this study tried to collect the main sources on banking houses, allying them with the studies developed, we took stock of these institutions, how they emerged and how they will overcome the crisis of 1876. We also carried out case studies on Henry Burnay & C^a and FONSECAS, SANTOS & VIANA banks, since we had more detailed information on these banks that could better describe their activities.

In addition, we saw the possibility of comparing the banks in Lisbon with those in Rio de Janeiro, which also went through a crisis in the second half of the 19th century, the Souto crisis in 1864. We did an analysis of the banking legislation of both countries and how banks reacted in one case and the other.

Keywords: Banking houses; crisis; economic history.

Índice

1. Introdução	8
2. Enquadramento Histórico – O caso de Lisboa	18
2.1 A Crise de 1847	18
2.2 Lei de Sociedades Anónimas de 1867.....	26
2.3 Crise de 1876	29
3. Casas Bancárias	41
3.1 Diferenciação entre Casas Bancárias, Casas de Câmbio e Cambistas de Fundo.	41
3.2. Caracterização das Casas Bancárias de Lisboa.....	44
3.2.1 Casas bancárias – Fortunato Chamiço Junior e José Gonçalves Franco & Filhos.....	54
3.2.2 Henry Burnay & C^a	58
3.2.3 Fonseca, Santos & Viana	74
3.3 Impacto da Crise de 1876.....	89
4. A Crise do Souto no Rio de Janeiro em 1864	97
4.1 As Casas Bancárias na Crise do Souto	97
5. Considerações Finais	107
6. Fontes	111
6.1 Fontes Impressas	111
6.2 Fontes Manuscritas	111
7. Bibliografia.....	113

Lista de Abreviaturas

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BN – Biblioteca Nacional de Portugal

CSDNP – Câmara dos senhores deputados da Nação Portuguesa

CPP – Crédito Predial Português

1. Introdução

O propósito dessa pesquisa é estabelecer uma análise sobre as casas bancárias de Lisboa durante a crise econômica de 1876, as suas causas e as consequências que envolvem esse tipo de instituição bancária. Para isso, iniciaremos o nosso estudo a partir da crise monetária de 1847 tendo como recorte final a crise de 1890. Além disso, proporemos um olhar comparativo com a crise do soto de 1864, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro e que teve grande impacto nas casas bancárias dessa cidade.

É necessário destacar que a escolha que essa pesquisa surgiu a partir do interesse particular na crise de 1876, que se mostra bastante peculiar por apresentar características semelhantes a outras crises do período e apesar de ter um certo desenvolvimento em termos gerais, do que foi a crise em si, existem diversas perguntas que a historiografia portuguesa ainda não respondeu sobre o tema. Para entender essa crise e como se encontravam as casas bancárias, foi preciso retroceder não só a década anterior, mas ao final da década de 1840, no qual ocorre uma reforma monetária importante no cenário econômico e bancário e a extensão do trabalho até a década de 1890 é necessária para que seja possível perceber os impactos da crise de 1876.

O estudo sobre as casas bancárias do século XIX possui um certo obstáculo interpretativo ocasionado por diversos motivos. Como essas instituições não eram reguladas, é possível encontrarmos diversos nomes diferentes que fazem alusão as casas bancárias, por vezes elas são chamadas de bancos privados, ou como casa de câmbio, até mesmo como casas comerciais¹. É preciso esclarecer que o termo “casa bancária” designa um tipo específico de instituição, por mais que se pareça uma descrição geral de um sítio no qual se realiza a atividade de um banco, esses são diferentes, isso para dizer que quando falarmos em casa bancária durante este trabalho, estaremos falando de uma instituição específica, que não é o mesmo que um banco e iremos entender o porque.

A historiografia já definiu as funções exercidas pelas casas bancárias, essas eram intermediadoras do crédito entre negociantes, bancos e produtores, além de lidarem com depósitos, geralmente de pequenas quantias. Essas não eram bancos comerciais, por isso

¹ PEREIRA, Miriam Halpern, Instituições e desenvolvimento econômico (Sec XIX), in: **XXXI Congresso da APHES**, [s.l.: s.n.], 2011, p. 22.

não estavam sob fiscalização e só precisavam publicar os seus estatutos, assim como qualquer casa comercial, já que não se enquadravam na mesma situação das sociedades anônimas. Ou seja, não existia nenhuma legislação restritiva que se aplicava as casas bancárias.²

Sobre o tema específico das casas bancárias de Lisboa existem poucos trabalhos que abordam essas instituições no período específico do nosso estudo. José Amado Mendes³ indica uma escassez de estudos relacionados as casas bancárias, apontando ainda para o fato de que algumas dessas vão se tornar bancos durante o século XX, como veremos mais a frente. O “Dicionário de História Empresarial Portuguesa”⁴, que é um estudo detalhado sobre instituições e empresas bancárias, acaba por não aprofundar nenhum estudo sobre as casas bancárias que compreendem o nosso período, mas indica a falta de informações suficientes. Nuno Valério⁵ explica que “não é possível elaborar uma lista completa das casas bancárias e banqueiros existentes entre meados de 1850 e princípios da década de 1870”, já que não existiam estatísticas oficiais sobre essas instituições. Também existem alguns trabalhos que abordam a história econômica geral de Portugal, que não citam as casas bancárias como um instrumento de crédito importante.⁶ Por outro lado, esses trabalhos são importantes para a representação do espaço econômico português e para a conjuntura econômica que antecedia a crise de 1876.

² LEVY, Maria Bárbara; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro, Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860, **Estudos Econômicos**, v. 15, n. Especial, p. 32, 1985; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado, Projetos Políticos e Crises Econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864, **Revista Veredas da História**, 2012; VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo, Microfinances in the banking houses of Rio de Janeiro in 1864, **Business History**, p. 1–27, 2018; RAMON, Jose; LOPEZ, Garcia, Banking merchants and banking houses: the hidden key to the workings of the Spanish banking system in the nineteenth century, **Accounting, Business & Financial History**, v. 10, n. 1, p. 37–56, 2000.

³ MENDES, José M Amado, A Empresa Bancárias em Portugal no Século XX: Evoluções e Estratégias, **Gestão e Desenvolvimento**, p. 39–56, 2002, p. 40.

⁴ FARIA, Miguel Figueira de; MENDES, José Amado (Orgs.), **Dicionário de história empresarial portuguesa: séculos XIX e XX**, 1a. edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

⁵ NUNO VALÉRIO (Org.), **História do Sistema Bancário Português - Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central – 1822-1831**, Lisboa: Banco de Portugal, 2007, p. 128.

⁶ NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno, **História Económica e Empresarial**, Lisboa: Editorial Presença, 2015.

Alguns trabalhos apresentam estudos transversais sobre as casas bancárias que nos debruçaremos. Os textos de Nuno Miguel Lima⁷ e Maria Eugénia Mata⁸ vão destacar pontos interessantes da trajetória de Henry Burnay, que vai constituir uma importante casa bancária em Lisboa em 1875, apontando para aspectos relacionados aos negócios do capitalista e banqueiro, são trabalhos que são ricos em termos de análises das fontes, mais propriamente das correspondências e do inventário post-mortem.

Seguindo essa linha de análise, ainda é possível acrescentar os trabalhos desenvolvidos por Maria Filomena Mónica. Em um deles a autora vai dar destaque aos capitalistas no final do século XIX⁹, apontando para uma análise marxista desses e colocando em questões aspectos relacionadas as suas atividades econômicas, citando não só Henry Burnay, mas também Francisco Isidoro Viana e os “irmãos FONSECAS”, representantes da casa bancária FONSECAS, SANTOS & VIANA. No outro trabalho a autora aborda o Contrato do Tabaco¹⁰, no qual essas mesmas casas bancárias tiveram envolvimento direto. Todos esses tem um certo aprofundamento em relação ao tipo de negócios que as casas bancárias realizavam, porém não dão algum destaque específico as casas bancárias.

O trabalho de Carlos Alberto Damas¹¹ fala especificamente de um capitalista que vai realizar boa parte das atividades bancárias em um processo evolutivo. Além disso, Damas trabalha com fontes importantes e privilegiadas, já que ele teve acesso ao fundo arquivístico de José Maria do Espírito Santo e Silva, o banqueiro em questão. Como colocado, esse capitalista começa como um simples cambista de fundos e acaba por constituir uma forte casa bancária início do século XX, fora do nosso arco temporal, porém ainda assim um trabalho que agrega já que aponta para características das atividades de cambista e de casa de câmbio.

Em relação a crise de 1876, existe um número limitado de trabalhos que abordam as suas causas e consequências, geralmente os trabalhos abordam essa crise de forma

⁷ LIMA, Nuno Miguel, Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista, **Análise Social**, v. XLIV, n. 192, p. 565–588, 2009.

⁸ MATA, Maria Eugénia, Institutions and Business. Henry Burnay, a case study, *in*: , Aveiro: [s.n.], 2002, p. 28.

⁹ MONICA, Maria Filomena, Capitalistas e Industriais (1870-1914), **Análise Social**, v. XXIII, n. 99, p. 44, 1987.

¹⁰ MONICA, Maria Filomena, Negócios e política: os tabacos (1800-1890), **Análise Social**, v. 27, n. 116/117, p. 461–479, 1992.

¹¹ DAMAS, Carlos Alberto, José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915, **Análise Social**, v. XXXVII, n. 2002, p. 851–878, 2002.

transversal sem dar a devida relevância. O trabalho de Miriam Halpern Pereira¹² é, talvez, o primeiro trabalho monográfico sobre essa crise e que vai considerar os fundos espanhóis e a especulação que se realizava sobre ele o principal culpado do abalo econômico de 1876. A autora também vai culpar a queda da produção e exportação do vinho no norte do país e a concorrência americana na exportação agrícola, principalmente os cereais. Essa é uma leitura que não é usualmente considerada, já que aborda causas que não tem uma relação direta com a crise, mas que de fato ajudam a depreciar a economia.

Gilberto Gomes e Aranha Antunes¹³ também apostam nos fundos espanhóis como principal fator e o estopim da crise. Segundo eles, a economia portuguesa e principalmente a banca do norte do país estava severamente entranhada com negócios que envolviam os fundos do tesouro e a especulação espanhola. Apoiam-se no relatório do Banco de Portugal sobre a crise para defenderem a importância que essa relação da banca com os fundos espanhóis foi o fator preponderante. Porém não consideram outros pontos que são importantes para entender a crise, focando apenas na especulação relacionada com o tesouro espanhol.

Além desses, existem outros estudos que apostam na queda das remessas que chegavam do Brasil e que cessam a partir dos momentos de dificuldades pelos quais passava esse país, principalmente com o início da Guerra do Paraguai (1864-1870) e os anos que a sucedem, como um fator preponderante para a crise de 1876.¹⁴ Esses estudos não se excluem, o fato é que foram várias as razões que levaram à crise durante esse trabalho iremos nos debruçar sobre tais causas e questionar os motivos que levaram a esse abalo.

Para o caso do Rio de Janeiro e da Crise do Souto, um escopo historiográfico vem se formando nos últimos anos, com interesse em entender as funções dessas casas bancárias e o real motivo delas terem sido as protagonistas dessa crise. Trabalhos como

¹² HALPERN, Miriam, **A Crise Económica de 1876: Um ensaio de interpretação.**, Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras, Lisboa, 1962.

¹³ GOMES, Gilberto; ANTUNES, J. A. Aranha, A banca comercial portuguesa na crise de 1876, in: **XXII Encontro da APHES**, Algarve: [s.n.], 2002.

¹⁴ MARQUES, A. H. Oliveira, Companhia Geral de Crédito Predial Português - 125 Anos de História, Lisboa: Crédito Predial Português, 1989; LAINS, Pedro, A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913, Documenta Histórica. Lisboa: VEGA, 1989.

o de Carlos Gabriel Guimarães¹⁵ e Maria Barbara Levy¹⁶ dão conta de uma análise mais global da crise, apontando a de 1857 como um dos principais fatores que levaram a crise do Souto, além das políticas de regulação econômica, como a lei dos entraves de 1860. Essa corrente acredita que esses dois fatores somados foram preponderantes para que as casas bancárias não conseguissem solver os seus credores gerando assim a crise do souto.¹⁷

Somava-se a isso a inserção de novas empresas bancárias estrangeiras, como o *London and Brazilian Bank*, que continham uma estrutura bem desenvolvida e passaram a dominar as ações de câmbio e negociações envolvendo mercados estrangeiros, principalmente investidores ingleses e as remessas para esses países.

“Todos esses fatores levaram a alguns resultados maléficos para a economia urbana do Rio de Janeiro antes mesmo da quebra da Casa Souto. Além da persistente frequência do descontrole inflacionário, o principal fator deletério era a perda de controle da taxa de juros por parte dos negociantes no Rio de Janeiro. O dinheiro encareceu, isto é unanimidade entre os autores.”¹⁸

Existe ainda uma outra corrente, que parte para um estudo mais detalhado dessas casas bancárias como Bancos de depósitos, que captavam, geralmente, pequenas poupanças. Além disso, acreditavam que as casas bancárias eram intermediárias do crédito dos bancos, porque existia uma limitação legal em relação ao limite de emissão desses bancos, sendo assim esses bancos conseguiam estender as suas operações realizando empréstimos a essas casas bancárias.¹⁹

Com o auxílio e a partir desses estudos anteriores, buscamos informações sobre as casas bancárias, tentando entender e resolver tais questões: qual o papel dessas casas bancárias na configuração da economia portuguesa na segunda metade do século XIX?

15 GUIMARÃES, Carlos Gabriel, A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840), [Rio de Janeiro, Brazil] : São Paulo, SP: FAPERJ ; Alameda, 2012.

16 LEVY, Maria Bárbara, História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, [s.l.]: IBMEC, 1977.

17 ALVARENGA, Thiago, Ato de Poupar dos Escravos: poupanças de escravos no Rio de Janeiro ao longo do século XIX, Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2016.

18 Ibid., p. 54.

19 VILLA, Carlos Eduardo Valencia, Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864, in: , UFF - Campos dos Goytacazes: [s.n.], 2015; ALVARENGA, Thiago, Os pequenos credores na bancarrota das casas bancárias cariocas em 1864., in: **Congresso Latino-americano de História Econômica**, São Paulo: [s.n.], 2016.

Como elas se comportaram antes, durante e após a crise de 1876? Porquê um número reduzido desse tipo de instituições na capital do país, em meados da década de 1870, um momento de ebulição da economia portuguesa? Como essas casas bancárias eram formadas? Existiam diferenças na estrutura das casas bancárias do Brasil e de Portugal? Essas perguntas servem de pontapé para entender a função das casas bancárias de Lisboa dentro da dinâmica econômica do país. Além disso, através da comparação com a crise do soto no Rio de Janeiro, questionar o motivo das economias dos dois países entrarem em crise com a quebra de casas bancárias.

O maior desafio para a realização do trabalho foi o acesso a fontes viáveis que pudessem nos apresentar informações sobre o funcionamento das casas bancárias de Lisboa. Como já dito, as casas bancárias não estavam inseridas em nenhum ato de fiscalização bancária, ou seja, elas não precisavam fazer publicações regulares dos seus balanços, não existindo nenhuma dela que definisse a atividade de casa bancária, ou que limitasse a atividade desse tipo específico de instituição bancária. Isso nos gera um problema, que é a partir desse quadro escolher as fontes que nos municiasse com informações históricas relevantes para a pesquisa. A ideia era se aproximar dessas casas bancárias e tentar entender as operações que elas realizavam e quem estava envolvido com essas instituições, entender também como elas se tornavam instituições importantes, mesmo a princípio tendo estruturas pequenas e primitivas.²⁰

Os registros dos jornais são bastante importantes para o nosso estudo, nos iremos utilizar essa fonte para tentar perceber como os jornais noticiaram a crise de 1876. Usaremos de forma contínua o Diário de Notícias, já que para esse caso, o jornal noticiava também as notícias que corriam em outros jornais, dando pequenos destaques ao que os outros estavam dizendo na crise. Além desse, utilizaremos também outros jornais em busca de menções as casas bancárias do nosso estudo. Para o caso do Rio de Janeiro, no mês de novembro do mesmo ano, 1864, o *Jornal do Commercio* “receberam as notícias que se publicaram (...) que informavam os nomes dos credores e depositantes de dinheiro nas Casas Bancárias falidas”²¹, é importante ressaltar que por muito tempo, os

²⁰ NUNO VALÉRIO (Org.), **História do Sistema Bancário Português - Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central – 1822-1831**, p. 78.

²¹ VILLA, Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864, p. 1.

historiadores ignoraram essa fonte, dando atenção muito mais para as causas dessa crise. Porém, olhar para os depositantes é olhar para a composição das Casas Bancárias e como a sociedade pensava em depositar quantias que muitas vezes eram pequenas.

Dito isto, organizamos um banco de dados²² que pudesse conter todas as informações necessárias, visto que as informações fornecidas no jornal não são complexas. Constatam apenas no Jornal o nome dos agentes e valor do depósito; as comissões de liquidação, de acordo com a quantia devida pela casa bancária; e os tipos de credores que eram, que poderiam ser credores de *domínio*, *privilegiados*, *pignoratícios*, *chirographados*, ou depositantes de *contas correntes* ou *credores de recibos nominativos* ou ao *portador*. No banco de dados não continham só os depositantes de pessoa física, existiam muitos depósitos de bancos, dentre eles o Banco do Brasil, como um dos maiores depositantes, além disso existiam o que chamaremos de pessoas jurídicas que também mantinham muitas contas, e que em sua maioria eram casas comerciais.

Além deles e para identificar as casas bancárias, utilizamos os almanaques que são comuns no período, tanto no Brasil, como em Portugal. Os almanaques são fontes importantes para o século XIX, são publicações constantes que vão divulgar calendários, feiras, ações do reino, estações do ano, e serviços no geral. Essas publicações, geralmente anuais, vão em muitos casos publicar os serviços como os de bancos, casas bancárias e casas de câmbio, indicando o endereço em que essas se situavam. Como eram publicações anuais servem para identificarmos as casas bancárias, já que tinham as seções específicas delas, mas também para percebermos se as casas que existiam antes de 1876 vão se manter depois da crise. O ponto crítico é que não é possível ter uma regularidade tão grande do mesmo almanaque, por exemplo, no nosso caso, é possível ter acesso ao *Almanaque Industrial, commercial e profissional de Lisboa para o anno de 1865*²³, o *Almanach Burocrático*²⁴ para o ano de 1876, e depois temos alguns com referência as casas bancárias para a década de 1880, ou seja conseguimos realizar essa análise, porém

²²O banco de dados foi organizado pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Valencia Villa, do departamento de História da Universidade Federal Fluminense. A alimentação e a construção dos dados foram feitos por: Guilherme Villela, Mylena Porto, Rafael Rento, Felipe Corvino e Ilana Vaz, membros do Laboratório de Pesquisa e Documentação em História Econômica – LAPEDHE, que também pertence ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

²³ Biblioteca Nacional. Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o ano de 1865

²⁴ Biblioteca Nacional. Almanak Burocrático - 1876

não como uma regularidade anual do mesmo almanaque. Além disso, é preciso pontuar que os almanaques não são uma estatística oficial. Para o caso do Rio de Janeiro, utilizamos o Almanaque Laemmert.

O Registro de Entradas da Secretaria dos Negócios da Fazenda do Ministério das Finanças foi uma das informações que conseguimos colocar em série e produzir algumas informações sobre as casas bancárias a partir dele. Basicamente, era o registro da entrada de correspondências na secretaria, na qual era produzido um pequeno texto que geralmente abordava o assunto da correspondência, podendo dar os valores e os tipos de ações que foram tomadas, além dos nomes das instituições que estavam envolvidas na ação. Essa fonte é limitada, já que não é possível ter acesso a correspondência inteira além de não corresponder ao período inteiro da análise, porém nos apresentam dados de negócios realizados pelas casas bancárias de Lisboa e o tipo de negócios que elas realizavam, isso nos fornece informações quantitativas interessantes.

Utilizaremos também as escrituras de sociedade das principais casas bancárias de Lisboa, no qual é descrito o nome dos sócios, o capital inicial empreendido, as responsabilidades de cada sócio em caso de falência e a divisão dos lucros. Apesar de não nos dar um número grande de informações, essa fonte nos dá a base em que essas casas bancárias foram fundadas e uma descrição básica – geralmente em uma linha – das atividades da casa bancária.

A fonte do Tribunal do Comércio também é importante já que algumas casas bancárias aparecem nela, essas casas são colocadas em diversas posições nos processos e as ações mais comuns são as de *libelo*, *traslado*, *mandados do juiz do tribunal do comércio para citação ou intimação e protesto de letras*, dentre outras. É uma fonte difícil, já que muitas vezes são livros grandes. Essas servem também para entendermos as atividades que essas casas bancárias realizavam e a forma como elas atuavam, já que é uma fonte extensa com informações relacionados aos negócios que essas casas faziam.

Além desses, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem uma seção específica sobre Henry Burnay, que é conhecida como *Arquivo Burnay*. Henry Burnay, como veremos, foi o sócio fundador de uma das principais casas bancárias do século XIX, e o espólio do arquivo contém dezenas de caixas que contém documentos pessoais, cartas, registros de negócios, letras da sua casa bancária, além de outras informações razoáveis. É interessante destacar que nessas cartas e documentos não são muitos os arquivos em

língua portuguesa, já que como veremos Burnay era de família belga/francesa e também realizava muitos negócios no exterior, sendo assim a língua francesa e inglesa vão ser respectivamente as mais usadas por Burnay. Isso é um fato importante já que não utilizaremos as cartas e registros em francês.

O caso de Henry Burnay e de sua casa bancária é bem específico já que essa casa bancária só é fundada oficialmente em 1875, isso faz com que a maioria das informações recolhidas sejam, ou da década de 1880, ou ainda do início da década de 1890. Por isso, utilizaremos algumas vezes cartas e registros que extrapolam o arco temporal da pesquisa, mas que fazem referência a atividades que ocorreram ainda antes de 1890. Por exemplo, quando falamos do contrato dos tabacos, ou dos negócios deste com os caminhos de ferro, existem referências claras a atividades que já eram realizadas em período anterior e por isso se faz necessária a utilização dessas fontes.

Já em relação ao método que iremos utilizar, o ponto principal do nosso estudo é entender a dinâmica das casas bancárias de Lisboa no contexto da crise de 1876 e a partir das fontes que foram apresentadas tentar traçar o caminho dessas casas bancárias na segunda metade do século XIX. Também realizaremos um estudo de caso com as duas principais casas bancárias do período estudado, a FONSECAS, SANTOS & VIANA e a HENRY BURNAY & C^a, já que sobre elas temos referências relevantes, além de serem casas bancárias que surgiram antes da crise de 1876 e que vão perdurar até bem depois da crise.

Nos chama atenção o fato de não existir nenhum, ou quase nenhum estudo sobre uma casa bancária em Lisboa, em um momento em que as casas bancárias tem determinada importância no cenário econômico, vide o fato de que é a partir da quebra de uma casa bancária que a crise econômica se inicia, assim como no Rio de Janeiro, no qual as quatro principais casas bancárias da cidade vão à falência e geram uma crise econômica de grandes proporções. É por isso que a comparação entre os dois cenários se torna interessante, são duas cidades importantes para os seus respectivos países, que passam por um cenário de mudança na legislação econômica e da atividade bancária e em seguida sofrem uma crise bancária que logo se estende para uma crise econômica. Iremos comparar como as duas legislações tiveram impacto nas duas crises e se possível comparar as atividades dessas casas bancárias, atentando para o fato da diferença das fontes.

Apresentaremos o trabalho de forma que todos as questões possam ser respondidas satisfatoriamente. Primeiro, iremos apresentar o contexto econômico de Portugal durante o século XIX, tratando de um enquadramento histórico do período que vai se iniciar com a crise de 1847, já que é fundamental entendermos essa crise para entendermos o contexto econômico da segunda metade do século; Segundo, iremos caracterizar as casas bancárias de Lisboa, falaremos da importância que elas tiveram durante o período, sem deixar de falar das casas de câmbio e cambistas de fundo; Na terceira parte iremos falar da crise do Rio de Janeiro e das casas bancárias que constituíram essa crise.

2. Enquadramento Histórico – O caso de Lisboa

2.1 A Crise de 1847

“Viva a Maria da Fonte
Com as pistolas na mão
Para matar os cabrais
Que são falsos à nação
É avante Portugueses
É avante sem temer
Pela santa Liberdade
Triunfar ou perecer”²⁵

Seria uma desonestidade, ou pelo menos uma imprecisão falar dos percalços económicos do ano de 1847 sem falar dos movimentos políticos e sociais pelo qual Portugal passou. Indirectamente, a situação política portuguesa afeta bastante os movimentos económicos, principalmente as decisões de políticas económicas que serão tomadas durante o nascimento do Banco de Portugal, uma instituição protagonista na história económica portuguesa do século XIX, nasce a partir de um momento político tenso e peculiar no decorrer do século. É um momento no qual tanto o cenário político, como o cenário económico estão desgastados, fazendo da metade do século um período que remete a nossa atenção. É também após esse período de instabilidade geral, que o país entra em um processo de solidez política e económica, que vai durar algumas décadas.

A *Maria da Fonte*, ocorre em 1846, começou como um levante popular e se alastrou rapidamente pelo país. As suas principais reivindicações eram as sucessivas ordens de adequação dos impostos, de modo que, em um período curto de tempo ocorreu

²⁵ Hino da Revolução Popular da Maria da Fonte, composição de Vitorino.

uma série de novos impostos fossem criados.²⁶ A revolta se espalha rapidamente, começando pelas vilas do Norte e se espalhando pelo resto do país até chegar ao Algarve. Segundo Bonifácio²⁷, comandados por Maria da Fonte, os revoltosos incendiaram e quebraram diversas repartições públicas e locais no qual se encontravam a “odiosa papelada”, remetendo-se aos papéis de cobrança dos impostos. Os revoltosos, com táticas de guerrilhas, conseguiram combater e resistiram as tropas *Cabralistas*, já com o apoio político diverso e de opositores de Costa Cabral, é decidido a queda deste do poder, que sai para a entrada do Duque de Palmela e o final do cabralismo significava a conclusão do seu modelo econômico sem glória.

Com essa situação no qual os diversos grupos políticos não conseguem estabelecer um nível de diálogo, o conflito se torna eminente e emerge de tal maneira que é preciso concentrar aí todos os esforços para que a Rainha não seja forçada a abdicar. O que se segue então é o que ficou conhecido como a *Guerra Civil da Patuleia*, que vai durar até 1847, ano em que importantes mudanças econômicas ocorrem e que vai gerar uma configuração política que obviamente influi nos aspectos econômicos que iremos abordar na dissertação, para entender o período da Regeneração é preciso entender como se chegou a essa configuração política.

O clima de austeridade interrompia os projetos da administração precedente. A guerra civil da Patuleia (1846-1847) lançou o país no impasse, acentuando a agonia financeira. Essa situação de efervescência social gerou graves impactos na economia. Os projetos de desenvolvimento econômico que existiam antes, nos primeiros anos da década de 1840²⁸, são deixados de lado, já que se assume uma posição de conservadorismo radical no governo.²⁹

O país via-se com certos percalços em relação a gerência das questões monetárias. Precisamos retrocedermos para pelo menos duas décadas para resgatarmos o “fio económico”, podemos perceber que o contexto do início da década de 1820, ocorre um

²⁶ Imposto do Ferro e do Linho; Imposto do Pescado; Obrigação dos enterros em cemitérios; e por fim a reforma fiscal. *Ibid.*, p. 131.

²⁷ *Ibid.*, p. 132.

²⁸ “Uma conversão da dívida pública, que visava reduzir os encargos deixados pela guerra civil de 1828-1834; uma reforma fiscal, que visava resolver o problema do desequilíbrio nas contas públicas; e um programa de obras públicas, que englobava a construção de uma rede de estradas nacionais, abrangendo todo o continente, de uma rede de caminho-de-ferro de Lisboa à fronteira espanhola (para ligação a Madrid) e de instalações modernas em alguns portos”. NUNES; VALÉRIO; BANCO DE PORTUGAL, **História do sistema bancário português. vol. I, vol. I**, p. 31.

²⁹ *Ibid.*, p. 23.

aumento massivo da emissão de papel-moeda e um período inflacionário. É nesse ambiente que é criado o primeiro banco de Lisboa em 1821, na tentativa de resgatar as notas em circulação, tentativa essa que não deu certo. O resgate foi tentado mais vezes durante os anos seguintes. Ocorre então, uma primeira crise do Banco de Lisboa, no final da década, relacionada a suspensão da convertibilidade das notas, que foi superada logo depois. Em seguida, os debates em torno da questão econômica vão ser sempre relacionados as mudanças políticas que ocorrem na década de 1830, em torno da monarquia constitucional.³⁰

É então nesse período que surge o Banco Comercial do Porto (1835), um banco emissor, e na década seguinte surgem as primeiras organizações parabancárias, como a Companhia de Crédito Nacional (1842 – 1844) e a Companhia Confiança Nacional (1844-1846). As primeiras caixas econômicas e Casas Bancárias surgem por volta desse período, essas ainda muito pequenas e sem grande expressão em seus primeiros anos.

Em relação ao ponto de vista bancário o Banco de Lisboa declara inconvertibilidade e curso forçado das suas notas, dando início a um processo que iria culminar na fusão do Banco de Lisboa com a Companhia confiança, nascendo assim o Banco de Portugal, no ano de 1847. No ponto de vista metálico, o que aconteceu foi que através de um decreto o novo banco estaria autorizado a emitir notas convertíveis. Esse movimento monetário teve grande impacto inflacionista e a partir desse ponto ocorreu uma infinidade de decretos que tinham como objetivo controlar e regularizar, não só a inflação, mas também a política monetária Portuguesa. Essa situação só se encontrará normalizada a partir de 9 de dezembro de 1847, no qual os pagamentos do estado vão ser regularizados.³¹

O período que vem a seguir, é um período de recuperação no qual a fraca economia portuguesa não consegue atrair novas instituições bancárias³². A partir de 1850 esse cenário muda, primeiro pela pacificação política que ocorre nesse período, Antônio Maria Fontes Pereira de Mello assume a pasta da Marinha e o Ministério da Fazenda.

³⁰ LAINS; SILVA (Orgs.), **História económica de Portugal, 1700 - 2000. Vol. 2**; NUNES; VALÉRIO; BANCO DE PORTUGAL, **História do sistema bancario português. vol. I, vol. I.**

³¹ NUNES; VALÉRIO; BANCO DE PORTUGAL, **História do sistema bancario português. vol. I, vol. I**, p. 46.

³² FARIA, Miguel Figueira de; REIS, Jaime (Orgs.), **Instituições Bancárias**, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, p. 21.

Ocupando a pasta da Fazenda, Fontes Pereira de Melo acreditava que a organização da Fazenda Pública passava pela deliberada construção de estradas e caminhos de ferro, no desenvolvimento do comércio e da indústria e no melhoramento das colônias. Começa aí a era do Fontismo. Para conseguir esses dispendiosos objetivos passa a fazer manobras econômicas para angariar empréstimos externos, leia-se a investidores Londrinos, e investir em infraestrutura. Segundo Paulo Jorge Fernandes, se por um lado entravam investimentos que suportavam a economia, por outro, o país ficava refém dos investimentos estrangeiros³³, porque é justamente por essa participação da economia no processo de globalização, que vai alavancar o mercado interno Português. Além desses elementos, a questão monetária é resolvida com um regime monometalismo-ouro, que faz com que a circulação monetária se recupere.

É nesse período que surge a Lei de 29 de julho de 1854 que é responsável por estabelecer o padrão-ouro, isso leva a uma estabilidade monetária importante, já que “a unidade monetária passou a ser definida em termos de conteúdo fixo de ouro, sendo que as moedas ficavam a ser as únicas a ter poder liberatório ilimitado”³⁴. E como vimos, desde a crise de 1847 Portugal não conseguia manter uma estabilidade, por isso a importância dessa lei. Esse regime monetário só vai ser alterado em 1891.

É nesse momento de certo alívio financeiro e de estabilidade monetária que vão começar a surgir novos bancos emissores (explicando também o aumento da oferta monetária) e que tem grande impacto regional, são esses: o Banco Mercantil Portuense (1856), o Banco União do Porto e a Nova Companhia de Utilidade Pública (no Porto, 1861), o Banco Aliança (no Porto, 1863), o Banco do Minho (em Braga, 1864), o Banco de Guimarães (1872) e O Banco Comercial de Braga (1873). Além de bancos emissores, a partir da segunda metade da década de 50, surgem também bancos comerciais pelo país. Além de Casas Bancárias de grande importância na cidade de Lisboa, como os Fonseca, Santos & Viana e Henry Burnay & C que serão protagonistas desse estudo.

Antes de entrarmos definitivamente no tema da Lei de Sociedades Anónimas é preciso fazer uma caracterização e enquadramento do processo político e ideológico, que

³³ LAINS; SILVA (Orgs.), História económica de Portugal, 1700 - 2000. Vol. 2, p. 41 e 42.

³⁴ FERREIRA, Luis Filipe Ramalho, A Estabilidade Financeira e a Evolução Económica em Portugal - Estudo dos Efeitos da Supervisão Bancária (Dos Primórdios até 1975), Doutoramento, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013, p. 26.

envolvia a classe política portuguesa, já que isso vai exercer bastante influência nas políticas realizadas no início da década de 1870. Os movimentos que regem a economia oitocentista são muito bem estruturados e por muitas vezes discutidos nos parlamentos e nos debates públicos. Portanto, iremos abordar nesta seção os embates ideológicos que estavam por trás da Regeneração e que levaram as transformações económicas, como essa lei, no período.

Para isso, precisamos voltar ao início do período regenerador, para que possamos entender melhor as ideias que circulavam e apresentarmos esse debate ideológico que acabam por direcionar a ação política e econômica. Miriam Halpern Pereira³⁵ e David Justino³⁶ trataram do movimento regenerador e das ideias que vinham junto com esse movimento, lideradas por Fontes Pereira de Melo. É interessante abordar as teses apresentadas por esses dois autores, já que David Justino faz uma apresentação generalizada do que foi o “Fontismo” e das influências e teses que circundam as ideias desse político, faz uma apresentação do debate historiográfico e das discussões sobre progresso, liberdade e as abordagens filosóficas que permeavam a sociedade e a política da época. Já o foco de Miriam Halpern Pereira é analisar as ideias e críticas que eram divulgadas por Oliveira Martins, fazendo uma análise também personalista da figura desse político.

Fontes Pereira de Melo era um político jovem, na altura da Regeneração, trouxe consigo uma ideia de melhoramentos materiais, que foi construída a partir de uma estrutura teórica importada, principalmente, dos liberais ingleses, a renomada Escola de Manchester, pelo menos essa era a tese que defendia Miriam Halpern Pereira, assim como fazia Oliveria Martins – é importante citar este político, historiador, cientista social e erudito, já que ele vai ser um dos pontos de crítica ao “fontismo”.

David Justino aponta as considerações feitas por Oliveira Martins, que considerava Fontes Pereira de Melo uma figura “menor e ridícula”, criticando bastante a forma como o Ministro acreditava nos “melhoramentos materiais” e na construção dos caminhos de ferro. A Regeneração era um projeto capitalista, baseando-se em conceitos como o de “progresso” e de “desenvolvimento:

³⁵ PEREIRA, Miriam Halpern, Oliveira Martins e o Fontismo, **Ler História**, n. 34/1997, p. 17–31, 1998.

³⁶ JUSTINO, David, **Fontismo: liberalismo numa sociedade iliberal**, Lisboa: Dom Quixote, 2016.

“O capitalismo que a Regeneração viria a iniciar era assim o resultado da convergência entre o livre-câmbio enaltecido pela nova elite dirigente, de influência britânica, e a economia política dos “melhoramentos materiais” tendo como fonte de inspiração Michel Chevalier e a escola francesa. A consequência terá sido a da estruturação de um capitalismo dependente assente no sector exportador da agricultura – a granja- e no setor financeiro desenvolvido por uma oligarquia – o banco – que prosperava à sombra do estado, da dívida pública e das remessas dos emigrantes”³⁷

Outro problema que o autor quer confrontar é a até que ponto essa ideia de Fontes é inovadora, ou se já vinha de uma inspiração prévia. Para além disso, o autor quer confrontar se estaria diante ou não de uma nova ideologia política, que estaria a basear a nova geração pensante da política portuguesa. A partir daí, apresenta algumas teses que a historiografia propõe sobre o tema. Uma delas é a proposta por Manuel Villaverde Cabral que diz que o Fontismo é a “desideologização da ação política”. Já para José-Augusto França, Fontes era, antes de tudo, pragmático e cedia ao pragmatismo ante à ideologia. Para José Miguel Sardica, essa política desideologizada assumiria um cariz mais “tecnocrático e utilitarista” indispensáveis à superação do conflito político favorecendo a “prosperidade pública”.³⁸

A Regeneração tem uma inspiração latente na noção de progresso inglesa e francesa, construindo-se assim, uma miscelânea entre essas duas concepções. A partir daí, se inicia o debate sobre a ideia de progresso, que começa a ser associada ao progresso da civilização e a uma nova mentalidade de força intelectual em contraposição a força bruta propagada pela idade média. O que ocorre é uma alteração profunda de ordem cultural e civilizacional, esta adequada ao progresso, a ideia de civilização, aos transportes, a comunicação e ao desenvolvimento.³⁹

Esse tema em particular – do debate em torno da moral e da civilização – vai rondar bastante os apoiadores e críticos do movimento regenerador. Alexandre Herculano, um escritor e historiador português, é importantíssimo para a construção do pensamento contemporâneo português e embora fosse um dos inspiradores do movimento

³⁷ PEREIRA, Miriam Halpern, Oliveira Martins e o Fontismo, **Ler História**, n. 34/1997, p. 17–31, 1998, p. 26.

³⁸ *Ibid.*, p. 31.

³⁹ *Ibid.*, p. 40.

regenerador, colocava sempre em conflito a ideia de progresso moral e progresso civilizacional, por isso vai acabar se tornando um grande crítico do governo de Fontes.

Alexandre Herculano, vai surgir, no que muitos chamam, da primeira geração de liberais e vai se tornar um dos principais ideólogos desse novo regime que coloca as questões de liberdade e ordem como centrais para o desenvolvimento do país. O contexto histórico adiciona um caráter muito importante para o movimento regenerador, estamos em um Portugal que acabou de passar por uma ebulição política e social muito forte, a Patulêia e a Maria da Fonte.

Os temas de carácter ideológico estavam muito presentes nesse momento, não era apenas uma questão económica ou política, mas também as ideias de “progresso”, “moral” e “ordem” todas elas passavam pelos discursos e ações políticas. Portanto, o discurso em torno das linhas de ferro e da necessidade da integração do país através dos meios de comunicação, passava pela ideia de progresso que era veiculada por Alexandre Herculano, para ele o progresso material das estradas e outros meios de comunicação é indissociável do progresso moral. A sua oposição ao governo de Fontes era baseada “no desprezo pelos valores tradicionais, o centralismo de inspiração francófila, a limitação da liberdade de imprensa e o galgar sobre os direitos e liberdades constitucionais só para mais facilmente atingir os fins do progresso material.”

É em meio a essa ebulição político-filosófica que vai se constituir o movimento regenerador. A influência liberal inglesa é bastante perceptível e em volta dela vão haver bastantes críticas. Neste sentido citar Oliveira Martins torna-se importante não só pelas obras do autor, que vão se basear em severas críticas ao modelo adotado por Fontes Pereira de Melo, mas também porque Miriam Halpern Pereira vai utilizar muito da sua obra para que de forma crítica, aborde o tema da Regeneração e a segunda metade do século XIX.

Oliveira Martins é destaque em diversos trabalhos que abordam o período da Regeneração, foi um grande crítico do governo e projeto liderado por Fontes Pereira de Melo.

“O eixo central da sua crítica a esse movimento é a discordância em relação à teoria livre-cambista: “o liberalismo de Manchester” ou a “anglomania”, como lhe chama, utilizando expressões que traduzem bem o seu desdém por esta corrente. Confiar a evolução económica e social à “natureza das cousas” e à “mão

invisível” de Adam Smith conduzira à anarquia em que vivia a sociedade do seu tempo.”⁴⁰

Oliveira Martins esteve sempre a frente nas críticas ao modelo político da regeneração e ao Fontismo. Ele considerava que a Economia era incompleta, no sentido de que ela precisava estar acoplada a outras ciências para ter um sentido de completude, como o Direito, a Política e a História. “Uma granja e um banco: eis o Portugal português. Onde está a oficina? E sem esta função eminente não há nações”⁴¹

De facto, todo esse movimento político e a estrutura económica que é montada tem relação com toda a questão filosófica que envolve o Fontismo. Como já explicamos, as noções de “progresso” e de desenvolvimento através dos melhoramentos materiais eram o que iria ditar esse novo período português, um período de maior estabilidade política e militar, se comparado com os períodos anteriores. É nesse período, que vai ser criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e com ele serão feitos diversos estudos estatísticos, topográficos, geodésicos, hidrográficos e geológicos, para que se pudesse, assim que possível, rasgar o país em estradas e caminhos de ferro.⁴²

A liberdade pregada pela Regeneração, atrelada ao pensamento de diversos teóricos, como Alexandre Herculano, vai ser tornar fulcral no aspecto económico. Mas talvez um dos pontos de maior interesse para o nosso trabalho, seria a noção trazida pela Regeneração de que a sociedade privada rege-se por ela própria, ou seja, não era mais viável o controle da vida privada, como acontecia no Antigo Regime, a Regeneração precisava ser o ponto de viragem tanto moral e social, como económico.

Isso vai de encontro com o aspecto económico – não só, mas também bancário. Para realizar a política de melhoramentos materiais era preciso um aporte financeiro, que tornasse capaz todas as mudanças desejadas principalmente pelo governo de Fontes Pereira de Melo. Portugal, em meados do século, não tinha uma estrutura bancária que tornasse todas as mudanças desejadas, possíveis. É o que considera o próprio Fontes Pereira de Melo:

“Os nossos capitais são poucos, e se eu o quisesse demonstrar ou alguém o quisesse examinar, não tinha mais do que percorrer a lista dos

⁴⁰ PEREIRA, Oliveira Martins e o Fontismo, p. 27.

⁴¹ *Ibid.*, p. 20.

⁴² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, **História de Portugal**, Lisboa: Editorial Verbo, 1994, p. 225.

bancos estabelecidos no país, e ver o modo por que fazem as suas operações e o desenvolvimento que têm tido”⁴³

A última legislação econômica que visava regular as sociedades anónimas, o Código Comercial, foi feita em 1833, ou seja, 3 décadas antes da Lei de Sociedades Anónimas. O Código Comercial de 1833 foi alçado em bases ideológicas que já não pertenciam a Portugal do período regenerador, era necessária uma legislação que autorizasse manipular os fundos de ações e também desprender o controle estatal da criação de associações de responsabilidade limitada. Essa mudança foi impulsionada pelo projeto regenerador que descrevemos, quase como uma consequência dessa política de melhoramentos realizada por Fontes Pereira de Melo. É esse projeto regenerador que revoga o artigo 546.º do Código Comercial e que permite a criação das sociedades anónimas sem prévia autorização.

2.2 Lei de Sociedades Anónimas de 1867

Seguindo esse movimento global de regulação econômica, atrelado ao avanço do liberalismo como movimento político e social é que a Lei de Sociedades Anónimas é pensada. As leis que regulam a economia e o modo em que ela opera são muito importantes para as economias no século XIX. Não só Portugal, mas também outros países, tiveram suas bases do direito econômico fincadas em um período de evolução do capitalismo. É o caso da regulação bancária, que vai tomar bastante atenção dos governos nesse período com leis e decretos. Podemos usar o Brasil como exemplo, na década de 1860 esse país também lançava leis regulatórias na economia, como a Lei dos Entraves (1860) que tinha como objetivo um controle de operação dos bancos e uma regulação da constituição das sociedades anónimas. Fora países como a Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica que também regulam suas sociedades anónimas nesse período.⁴⁴ É nesse contexto que é criada a Lei de Sociedades Anónimas de Portugal.

⁴³ Diário da Camara dos Senhores Deputados, 06.12.1865. Apud. SOUSA, Fernando de; MARQUES, António Henrique R. de Oliveira; SERRÃO, Joel (Orgs.), **Nova história de Portugal. Vol. 10: Portugal e a regeneração: (1851 - 1900)**, 1. ed. Lisboa: Ed. Presença, 2004.

⁴⁴ MATA, Maria Eugénia, Sociedades Anónimas: Regulação e Economia, **Boletim de Ciências Económicas**, v. XLI, p. 28, 1998, p. 356.

A lei de sociedades anônimas estabelece diversas mudanças, que causam bastante impacto na atividade bancária portuguesa, mas para entender esse processo, é preciso retroceder e entender os motivos que levaram a essa mudança. Um dos pontos que a Lei estabelecia é que a definição da atividade de qualquer sociedade deveria vir subscrita em seu nome, por exemplo quando os acionistas de uma sociedade estivessem comprometidos apenas com parte do seu investimento, isso significava que era uma empresa de responsabilidade limitada, portanto isso deveria constar no seu nome.

Além disso, qualquer documento relacionado a sociedade anônima deveria constar o nome completo, o seu endereço, o capital social. Isso tinha objetivo de esclarecer e evitar qualquer tipo de confusão ou fraude entre diferentes sociedades. Talvez o fator mais impactante que a Lei de sociedades anônimas trouxe foi a possibilidade dessas sociedades se constituírem sem a necessidade de autorização prévia concedida pelo governo:

“Na proposta de lei, que tenho a honra de submeter ao vosso esclarecido exame, o princípio essencial e mais importante consiste em substituir a previa autorização administrativa, ate hoje necessária para a instituição de sociedades anonimas, pela liberdade de associação”⁴⁵

A lei é bastante clara nesse sentido: “As sociedades anonimas constituem-se pela simples vontade dos associados, sem dependência de previa autorização administrativa e aprovação dos seus estatutos”. Maria Eugenia Mata⁴⁶ descreve com bastante detalhe todas as mudanças que ocorreram com a implementação dessa lei, estabelecendo que a única obrigação que as sociedades tinham era de criar um estatuto, registrado no Registo Público do Comércio e no diário de governo, além disso essas sociedades precisavam ter um número mínimo de sócios. As sociedades estrangeiras não teriam a mesma facilidade e a aprovação destas continuavam a passar pelo crivo do governo, além de terem um modelo de fiscalização mais rígido.

As sociedades seriam, necessariamente, compostas por um conselho fiscal que fiscalizaria e examinaria a administração da sociedade, que era obrigada a publicar anualmente diversos dados relativos a gestão de contas da empresa. É importante

⁴⁵ Relatório da Proposta de Andrade Corvo MATA, Maria Eugénia, Sociedades Anónimas: Regulação e Economia, **Boletim de Ciências Económicas**, v. XLI, p. 28, 1998.

⁴⁶ MATA, Sociedades Anónimas: Regulação e Economia, p. 364.

classificar o momento pelo qual Portugal estava a passar, é um momento posterior a regeneração, que segundo Mata⁴⁷, o país passava por uma reestruturação e a Lei de Sociedades anónimas acabou por arrematar as reivindicações do mercado. É essa legislação que vai reger os bancos e outras instituições com o caráter de sociedade anónima e que vai permitir um surgimento desse tipo de instituições, como já referido.

Contudo, é importante salientar que a lei de sociedades anónimas não altera e não tem impacto direto em relação às casas bancárias, essas acabam ficando de fora desse tipo de regulação. É um caso interessante, já que as casas bancárias adotam geralmente a forma de sociedade comerciais simples, no qual a única necessidade administrativa da sua conceção era a publicação dos seus estatutos no diário de governo.⁴⁸

O cenário após a aplicação da lei acaba sendo ótimo para o desenvolvimento económico, surgem aí diversos novos bancos nos próximos anos, demonstrando que a lei teve impactos não só positivos, mas também esperados, no desenvolvimento da economia portuguesa. Como veremos no próximo capítulo, são as bases criadas por essa lei que vão criar o ambiente de efervescência económica e bancária.

Como veremos a seguir, a crise económica de 1876 surge a partir de um ambiente fervoroso no sistema bancário, um número gigantesco de instituições surge nesse período. Entre 1850 e 1870, graças à conjuntura que apresentamos nas páginas anteriores, foram criados um número de 8 bancos comerciais em todo o país⁴⁹ e é registrado um número de 3 casas bancárias na cidade de Lisboa. Porém, só entre a década de 1870 e a crise de 1876, são criados mais 19 bancos comerciais, incluindo aí bancos emissores, 10 desses em Lisboa⁵⁰. Enquanto o *Almanach Burocrático* aponta para um número de 10 casas bancárias na cidade e também diversas casas de câmbio.

O que vemos, portanto, é um aumento vertiginoso da atividade bancária e um impacto direto da Lei de Sociedades Anónimas, já que os bancos comerciais vão ser criados como sociedades anónimas. Além disso, estamos falando de um aumento significativo do crédito que esses bancos agora vão passar a conceder, Nuno Valério explica que na década de 1850 o número total de crédito distribuído se encontra em

⁴⁷ *Ibid.*, p. 359.

⁴⁸ NUNES; VALÉRIO, *História Económica e Empresarial*, p. 96.

⁴⁹ NUNO VALÉRIO (Org.), *História do Sistema Bancário Português - Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central - 1822-1831*, p. 124.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 132.

7.000:000\$000, enquanto anos antes da crise esse crédito chegou a 30.000:000\$000, resultante um aumento grande da oferta do crédito, principalmente se levarmos em consideração que não estão inseridos os números das casas bancárias.

2.3 Crise de 1876

Além do enorme impacto causado pela estabilização do sistema monetário e da Lei de Sociedades Anónimas que vão ocorrer nas décadas anteriores, todo esse advento bancário também tem ligação com as remessas enviadas do Brasil, que vão ter lugar principalmente no Norte do País. Essas remessas vão ser de tal forma volumosas que vão fazer com que esses bancos surjam, já que a região é onde tem “origem a maior parte do fluxo emigratório para o Brasil e de o sistema bancário desempenhar um papel importante na canalização das remessas para as suas terras de origem”.⁵¹ Esse volume de remessas é perceptível quando ocorre a crise de 1864 no Brasil e a Guerra do Paraguai (1864 – 1870), no qual esses bancos vão sentir a diminuição no envio das remessas.⁵²

Como já dito, a maioria dessas instituições eram constituídas pela forma de sociedades anónimas, no início dos anos 70 do século XIX existem dezenas instituições desse tipo⁵³. A partir daí o que ocorre é uma vulgarização da atividade bancária, os bancos que começam a surgir, motivados pelo processo especulativo que estava a ocorrer, eram “pequenos, fracamente capitalizados, inadequadamente geridos e muitas vezes sobrecarregados de créditos de solidez questionável”⁵⁴.

No aspecto político, a década de 1870 se inicia com uma movimentação política bastante grande, desde a Saldanhada e a dissolução da câmara dos deputados, em um período em que o Partido Regenerador vai governar com o apoio do Partido Conservador e Partido Constituinte, tendo como principal figura política, pelo menos até 1877, Fontes Pereira de Melo.⁵⁵ O que ocorre é que esses bancos se tornam cada

⁵¹ SERRÃO, José Vicente *et al* (Orgs.), *Desenvolvimento económico e mudança social: Portugal nos últimos dois séculos ; homenagem a Miriam Halpern Pereira*, 1. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 64.

⁵² LAINS, Pedro; FERREIRA DA SILVA, Álvaro, *História económica de Portugal, 1700-2000*. volume 1, volume 1, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 412.

⁵³ FARIA; REIS (Orgs.), *Instituições Bancárias*, p. 22.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ VALÉRIO; NUNES (Orgs.), *As finanças públicas no parlamento português*, p. 35.

vez mais dependentes de remessas e investimentos vindos do exterior e agora, muito mais do que um escopo bancário moderno, o que se tinha em meados da década de 1870 era uma estrutura alarmante de instituições bancárias com esqueletos muito frágeis.

Uma bolha especulativa começa a se formar e perder o controle e apesar de o governo negar qualquer problema na economia, uma crise começa a se instaurar em 1876. Essa crise tem seu início em maio com alguns bancos já sem condições de manter os seus negócios, muito pela dificuldade que passava o Brasil nesse período e a diminuição das remessas que de lá vinham.

É interessante questionarmos a falta de evidências sobre a influência da crise econômica mundial de 1875 na crise portuguesa de 1876, uma das poucas referências que temos dessa crise é feita no Relatório do Banco de Portugal, que referência os efeitos sentidos na Espanha, principalmente na bolsa de valores. Nem mesmo a historiografia portuguesa destaca tal crise como fundamental para a crise que ocorre no ano posterior.⁵⁶

Existe um movimento especulativo de empréstimos ou papéis de crédito, que não condiziam com a realidade dos capitais existentes, essas operações consistiam em 50% das operações bancárias em 1875, sendo as operações de desconto apenas 30% das atividades bancárias. Isso significa dizer que metade das atividades bancárias eram destinadas a especulação, apesar de precisar ter um certo cuidado com essa informação⁵⁷, o que previa um grande risco para os bancos. A isso se exclui o Banco de Portugal, que desde a sua constituição não se enquadra em movimentos especulativos e era um banco sólido.⁵⁸ O Banco de Portugal faz um movimento para salvar e cooperar com os bancos que entram em dificuldade, com o auxílio de empréstimos⁵⁹ feitos no exterior, ele faz com que a crise não seja pior do que parecia ser:

“O Banco de Portugal atendendo ao estado especial dos nossos mercados, pediu licença ao governo para elevar a taxa de desconto a

⁵⁶ Relatório do Banco de Portugal à Assembleia Geral de Agosto de 1876.

⁵⁷ É preciso se ter cuidado quanto a esse livro, já que Joaquim Cordeiro era um político progressista e é possível que a informação tenha alguma intenção política. CORDEIRO, Joaquim António da Silva, A Crise em Seus Aspectos Morais, 2º. Lisboa: Cosmos, 1999, p. 89.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 99.

⁵⁹ Veremos que esses empréstimos tem grande participação das Casas Bancárias

6%, o que lhe foi concedido por decreto na data de ontem. Notícias do Porto, do nosso serviço telegráfico, dizem o seguinte com relação a nossa situação financeira: PORTO – Foram hoje declarados em estado de quebra os srs: Luis José de Mattos e João Ribeiro de Castro, banqueiros. Reuniram ontem os diretores dos bancos do Porto, a convite da comissão nomeada pelos mesmos, encarregada de proceder ao balanço de algumas casas comerciais que cessaram pagamentos. A comissão apresentou os nomeados balanços acompanhados das propostas de concordatas oferecidas pelos comerciantes insolventes. No vapor Aurora entrado ontem vieram de Londres 59:800 Libras.”⁶⁰

A crise tem seu início no Porto, no qual os primeiros bancos vão falir, mas tem óbvias tensões em Lisboa que também já em maio começa a sentir a crise, alguns bancos que receberiam prestações de ações bancárias já comprometidas, adiam o recebimento dessas para que houvesse alguma recuperação na economia, é o caso do Banco Insulano.⁶¹ Além dos motivos supracitados é importante ressaltar a economia espanhola como fator preponderante na economia portuguesa, porque muitos bancos portugueses adquiriam títulos da dívida pública espanhola e como a bolsa espanhola passa por dificuldades devido à crise mundial de 1875:

“Ainda ontem estavam, em primeiro lugar, nas conversas gerais, os esforços que se fazem no porto para atenuar os efeitos lastimáveis da crise comercial; e embora não podesse ali evitar a falência (abertura de falências) de algumas casas mais arriscadas (...), contudo, os esforços redobravam, ao que se julgava, com a maior dedicação para fazer com que todas as operações comerciais e bancárias entrassem em caminho regular e reparador da crise. Os possuidores de fundos hespanhois anunciam hoje a assinatura de protesto, e para presidir este acto e legaliza-lo devidamente foi convocado um dos mais conhecidos tabeliões da capital.”⁶²

O relatório do Banco de Portugal vai trazer com bastante clareza a questão Espanhola e a grande dependência que existia em relação as remessas brasileiras. Faz uma análise bastante elucidativa, sem poupar palavras na descrição da crise e nos esforços que fez para contê-la.

⁶⁰ Diário de Notícias, 16 de Maio de 1876

⁶¹ Diário de Notícias, 16 de Maio de 1876

⁶² Diário de Notícias, 20 de Maio de 1876

É a partir desses acontecimentos que poderemos analisar a questão política que envolve a crise, ou como os diversos campos políticos vão observar essa crise. Os jornais são um instrumento importante, porque muitas vezes, mesmo de forma sutil, apresentam suas visões políticas que vão além de apenas desespero como se mostrou muitas vezes o Jornal de Notícias e o Commercio do Porto. Os jornais nesse período geraram uma grande quantidade de informação sobre a crise, tanto para o primeiro período da crise em maio, como para agosto. Os jornais se preocupam em apresentar as declarações dadas pelos diversos bancos, principalmente o Banco de Portugal, buscam também informações de outros jornais e informações apresentadas pelo governo.

Existe também um cuidado dos bancos em desmentir informações relacionadas ao seu fechamento, ou a suspensão dos seus pagamentos e isso nos dá o retrato de um pânico geral que existia em Portugal. As pessoas queriam salvar os seus depósitos e suas contas e muitas informações falavam sobre a crise e fechamento de bancos. Essa carta relacionada ao Banco de Braga, demonstra bem esse movimento dos bancos em “desmentir inverdades” e assegurar seus compromissos com os seus respectivos clientes. Chama-se atenção aqui para as diferentes formas de recorrer a capitais que ajudassem os bancos, nesse caso “capitalistas abastados”: Dr. José Maria Rodrigues Carvalho, Faria de Soutello, Gonçalves Braga e Machado Caires” foram responsáveis por socorrer os bancos, sob a garantia de que “só de Lisboa espera receber para cima de dez mil libras”.⁶³

O Banco de Guimarães também fez o mesmo movimento de “avisar” aos seus clientes que tudo estava sobre controle, nesse caso garantindo que não precisa de nenhuma ajuda urgente, já que não teria “meio fácil de lhe dar emprego”, anunciando que ainda tem 1.200:000\$000 em depósitos, o que lhe daria segurança por algum tempo⁶⁴

Não só os bancos estavam preocupados com a situação, os próprios jornais publicaram diversas notas durante os dias da crise, primeiro precavendo as pessoas de que não haveria motivo para pânico, depois lamentando a pouca confiança que as pessoas tiveram em relação aos bancos e o alarde que foi feito em relação a suspensão dos pagamentos de alguns bancos e que depois se generalizou por causa do elevado

⁶³ Diário de Notícias, 20 de Agosto de 1876

⁶⁴ Diário de Notícias, 20 de Agosto de 1876

número de retiradas que foram feitos.

“As perturbações financeiras do Porto trouxeram gerais receios, e estes converteram-se num pânico injustificado, que obrigou os bancos a fechar as portas. O estudo dos balancetes regularmente publicados, e as informações mais fidedignas demonstram com a maior clareza que todos estavam nas condições sãs e regulares em que casas desta ordem mantem inalteráveis o credito. O passivo imediatamente exigível, depósitos á ordem, e notas, não transpõe os limites que a lei, a prudência e a prática dos negócios lhes prescreve, os efeitos de carteira são bons, e nenhuma transações com o governo lhes deduziu, ou lhes inutilizou, imobilizando valores que devessem conservar-se disponíveis. É certo que de Lisboa tem saído valiosas somas para acudir as urgências somas para acudir ás urgências do Porto, mas esse fato que um pouco fez descer as reservas, não arriscou a solvabilidade dos bancos da capital, nem os colocou em condições que deixem de ser inteiramente regulares e normais.”⁶⁵

Os jornais acabam por realizar também um papel social, tanto de avisar sobre os cuidados que se deve tomar, quanto de responsabilizar os culpados pela crise. É difícil saber o quanto foram válidos os “avisos” e o quanto eles têm sustentação, já que a crise acabou ocorrendo. Fica aqui o questionamento para tentar entender se o processo foi de pânico geral e de total ignorância ao principal veículo de informação do século XIX, ou se foi um processo inevitável a partir das ações tomadas, tanto pelos bancos, como o governo. É claro, que é preciso levar em consideração que grande parte da população era analfabeta e por isso não podiam ter acesso aos jornais.

Também é preciso dizer, que os mesmos jornais que avisavam, já demasiado tarde, que não haveria motivos para pânico, eram os mesmos que nos dias anteriores a crise anunciavam os pedidos de moratória e de fechamento de portas desses bancos. Ou seja, os mesmos que clamavam por calma, eram os provocadores de medo. Eram esses que anunciavam a suspensão de pagamentos, muitas vezes de forma alarmante, demonstrando o momento dificultoso que a economia estava a passar: “a direção do Porto, havia sido forçada a suspender os seus pagamentos e que ordenará ao caixa filial que também suspendesse”.⁶⁶

⁶⁵ Diário de Notícias, 20 de Agosto de 1876

⁶⁶ Diário de Notícias, 19 de Agosto de 1876

Percebemos, algumas vezes, a influência que o jornal tem em incutir o medo em relação ao tamanho e proporção que a crise chegou. Há também os que colocam culpa nas ações tomadas pelo governo, o que geralmente tem um tom assertivo e melancólico. Existe aí uma crítica em relação a confiança que o governo tinha na economia e no momento financeiro que se vivia em 1875, 1876. Alguns números demonstram que desde 1874 não se tinha uma segurança financeira na economia portuguesa.⁶⁷

Enquanto, o “Diário Popular” sustenta que a crise é ocasionada pela imobilização de capitais, além da demora de ação do governo, que “não ouviu os conselhos e os avisos prudentes”.⁶⁸ Já para o jornal “Paiz” a crise é resultado da “febre bancária” e das operações relacionadas ao jogo da bolsa e de fundos estrangeiros “o saldo de 5 anos de prosperidades perdidos por erros monstruosos”, além de indicar o Banco Lusitano como um dos bancos responsáveis pela crise.⁶⁹ Segundo o “Diário da Manhã”, não foram empregados esforços suficientes para resgatar as instituições bancárias no início da crise “a ocasião era própria para se cuidar seriamente de fortificar o crédito e que pediam que não se entregasse ao acaso a questão bancária, responderam que não havia crise, e que um inquérito seria uma medida violenta e intempestiva”.⁷⁰

Portanto, podemos relatar algumas considerações em relação aos jornais, podemos perceber duas visões ou dois pontos de críticas centrais, o primeiro é que existia uma responsabilização da crise nos “terroristas” ou “alarmistas”. Fazendo uma conta simples, encontramos a palavra “terroristas” treze vezes nos jornais durante os dias que sucedem a crise e a palavra “alarmistas” quatro vezes. Isso demonstra como existia uma preocupação em relação a forma que as pessoas estavam a ver a crise. E é natural, que ocorra esse medo, já que as pessoas confiavam suas poupanças e seus capitais nas instituições bancárias, se elas estavam a falhar é compreensível que vai haver um movimento de retirada das suas contas e desconto das suas notas.

O segundo ponto é em relação a crítica que é feita ao governo e está ligada a política “liberal” em relação ao capital financeiro. Ou seja, não ocorreu uma regulação da atividade financeira, de modo que, como muitos falam, foi um período febril em que mais se incentivou essa atividade do que se regulou. Comparando o número de

⁶⁷ FREITAS, Crise Monetária e Política de 1876: Causas e Remédios, p. 56.

⁶⁸ Diário Popular, através do Diário de Notícias, 20 de agosto de 1876

⁶⁹ Paiz, através do Diário de Notícias, 20 de agosto de 1876.

⁷⁰ Diário da Manhã, através do Diário de Notícias, 20 de agosto de 1876

instituições bancárias é que se percebe como esse jogo financeiro foi feito, já que a grande maioria dessas instituições eram baseadas em um mercado e capital especulativo. É possível a partir desses dois pontos, resumir a crítica que era feita nos jornais, mas é preciso ponderar os aspectos políticos e partidários dos jornais, que aqui não serão levados em consideração, mas podem indicar o motivo pelo qual cada jornal exercia críticas diferentes.

Aqui tentaremos entender e identificar as percepções políticas em relação a crise bancária de 1876, principalmente em relação a divergências com as políticas econômicas adotadas antes e durante a crise. Como já relatamos acima, temos aqui duas fontes fundamentais para entender o tipo de crítica que foi feita: os debates parlamentares, os relatos políticos relacionados ao período e a carta que a Rainha escreve ao Rei – isso para identificarmos a posição e a visão monárquica da crise.

O fato é que os debates parlamentares em relação a crise só vão acontecer em janeiro de 1877, já que tanto a Câmara dos Pares, como a Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa só funcionaram até menos da metade do ano de 1876.

A primeira reação que vemos é uma reação positiva ou de defesa das atitudes tomadas pelo governo, em um discurso que faz o Senhor Correia Godinho. Nesse discurso o deputado faz questionamentos em relação a lei de sociedades anônimas em 1867 e em relação a regulação da bolsa de Lisboa, assuntos claramente ligados a crise do ano interior, ao senhor Ministro de Obras Públicas. O que se percebe no seu discurso é claramente um desejo de reformas na legislação financeira, mas um cuidado em relação a críticas ao governo. Pelo contrário o Deputado isenta o governo de culpa em relação a crise, também não faz duras críticas aos bancos:

“Quando os bancos não oferecem todas as garantias de segurança, deixando de satisfazer a uma das suas mais importantes missões, como é o guardar as economias dos particulares, que em caixa nada produzem e que ali oferecem um juro, embora modico; é indispensável que o público esteja precavido, a fim de que a sua boa fé não possa de um momento para acarretar-lhe desagradáveis consequências. [...] estou persuadido que o sr. ministro das obras públicas, que. tem sempre mostrado, não só o seu grande talento, mas o desejo de acertar, ha de tomar uma providência tendente a prevenir qualquer eventualidade, porque este negócio pôde dar lugar a uma *crise*, e se o governo, que pode d'esta vez sabiamente obstar a continuação dela, e digo sabiamente, porque, se for agredido, mostrarei que as providencias do

governo salvaram o país de um grande cataclismo, que poderia ter serias consequências.”⁷¹

Percebe-se aqui uma clara defesa ao governo e das atitudes tomadas por esse perante a crise. É importante também citar, o discurso feito pelo Presidente do Conselho de Ministros Fontes Pereira de Melo, que no mesmo dia dá uma declaração explicando o processo de crise e se defendendo, dizendo que o ambiente econômico antes de maio era ótimo, tanto que foi possível resistir a crise com os recursos do governo e com a intervenção do Banco de Portugal, contudo não foi possível curar-se da crise completamente e sendo assim os “bancos da capital” tiveram que auxiliar os do norte do país, fazendo com o que isso diminuísse as suas reservas. Esse ambiente fez com que a corrida aos bancos, que aconteceu em agosto, fosse avassaladora e que senão fosse a ajuda desses “estabelecimentos de crédito” e o pronto auxílio das praças de Londres e Paris.⁷²

É interessante perceber, como a maioria das análises é feita considerando que o período anterior era de bons ventos econômicos. O argumento se baseia, fazendo o percurso contrário, que se a situação fosse ruim o país demoraria mais tempo para se recuperar da crise. Esse argumento é o mesmo que sustenta o relatório do Banco de Portugal⁷³, que não faz críticas ao governo – a não ser pelas entrelinhas, e cita a total cooperação do governo para ajudar com medidas que foram direcionadas pela direção do Banco de Portugal.

Outro ponto que se torna importante é o ponto de vista dos bancos e companhias em torno da crise, o Crédito Predial Português, por exemplo, foi um dos que sobreviveu a crise, de forma que, pouco sentiu os seus efeitos. Pelo menos, é o que se é passado no relatório do conselho fiscal da Companhia que data do mesmo ano da crise, nele a Companhia julga que

“O ano findo foi ano de perigosa para os estabelecimentos bancários. Os que eram fracos de si quase que soçobraram; os sólidos e fortes ainda

⁷¹ CDSNP, Sessão de 08 de Janeiro de 1877

⁷² CDSNP, Sessão 8 de Janeiro de 1877

⁷³ Relatório do Banco de Portugal, 1877

assim estremeceram e tiveram de recorrer a meios extremos para resistirem ao tufão, e restabelecerem o seu crédito. O nosso, excepcional em tudo, não sentiu o mínimo abalo.”⁷⁴

É preciso abrir um parêntese sobre a história da Companhia do Crédito Predial Português. A concorrência que existiu nos anos anteriores a crise, mais precisamente entre 1872 e 1875, fez com que a Companhia passasse por algumas dificuldades, que foram revertidas após 1876. A crise, portanto, não foi sentida pela Companhia, principalmente porque a partir desta época começaram a ser realizados os empréstimos municipais e distritais, que a partir da próxima década vão configurar mais da metade dos negócios da Companhia.⁷⁵

Há de se atentar aqui para outro ponto interessante, que teve grande debate foi em relação as atitudes tomadas por Fontes Pereira de Melo para conter a crise, trata-se de decretos que foram feitos durante e após a crise, que não passaram pelo crivo das câmaras. Como consequência foi pedido um “bill de indenidade”, na câmara.

O interessante é perceber, que na carta escrita por D. Maria Pia, ao Rei D. Luis, são citadas as atitudes tomadas pelo Ministro Fontes Pereira de Melo. Nessa ocasião são tomadas como medidas necessárias ao bem do país, no qual a Rainha já prevê ali que isso acarretaria debates na câmara. Além disso, como já dito acima, é importante perceber a forma como D. Maria Pia vai relatar a crise, quase que como um espanto.

“Enfim foi um grande choque para o ministério, e pretexto para críticas, e para combates. Sobretudo como sabes a oposição trabalha; contra eles; pensei o mesmo que Fontes, talvez também que tudo foi preparado por eles; talvez, ou os republicanos para provocar perturbações [?]. Enfim ele não esconde que foi uma crise, que lhe dará muito que fazer mais tarde sobretudo por causa de várias medidas um pouco ilegais; pelas quais se responsabilizaram eles mesmos; mas tinha de ser; e fizeram bem, pensámos nós sobretudo por causa de todas as circunstâncias em que isso aconteceu; enfim se eles o fizeram foi apenas devido às suas maldades. Passaram a semana em Lisboa e em conselho vários dias até à noite, ele já voltou a Pedrouços porque tudo está em ordem. Só espera barulho nas câmaras para o Inverno e é tudo. Pensa que se tem confiança nele e neles, e que talvez assim tudo possa correr bem ainda. Assegurei-lhe, também, e disse que gostaria que ele

⁷⁴ Conselho Fiscal Crédito Predial Português - 1876

⁷⁵ MARQUES, A. H. Oliveira, **Companhia Geral de Crédito Predial Português - 125 Anos de História**, Lisboa: Credito Predial Português, 1989, p. 39-40.

continuasse ainda no poder se fosse possível ainda alguns anos para bem do país.”⁷⁶

Percebe-se aqui algum espanto da Rainha Maria Pia em relação a como ocorreu rapidamente a crise. Reconhece que futuramente irá receber críticas pelas atitudes do governo e fala das atitudes ilegais do Ministro, além de garantir que ele possa continuar seu trabalho.

D. Maria Pia acertou em sua previsão, primeiro porque ocorreram diversos debates nas câmaras e segundo que as “atitudes ilegais” foram intensamente debatidas no mês de Fevereiro de 1877. Como já dito, foi pedido um Bill de indenidades, que é, na verdade, um pedido de desculpas pelos atos autoritários que foram tomados pelo governo para conter a crise.

É interessante relatar que o debate é feito na câmara com a presença de defensores do Ministro, que não demoram a incentivar grandes elogios as atitudes tomadas e reconhecer que as medidas eram “necessárias” ao governo. O senhor Visconde de Moreira Rey e o senhor Dias Ferreira, são os primeiros a fazerem esse tipo de discurso.

As críticas ocorrem de forma dura, muitos deputados acusam e pedem a saída do Ministro Fontes Pereira de Melo, o que se percebe fazendo a análise dos debates parlamentares é que esse debate em relação a responsabilização e as atitudes tomadas pelo governo vai ser estendido por todo ano.

Outro ponto que pode ser percebido nesse período, é que a grande maioria das manifestações públicas em relação a crise, ou a economia no período, pedem uma mudança na legislação econômica. Principalmente em relação as leis de sociedades anônimas, mesmo os parlamentares que utilizaram do seu discurso para a defesa do governo, pedem alguma reforma nessa lei. Essa lei é datada do dia 22 de junho de 1867 e vai ser a grande responsável pelo aumento abrupto das instituições bancárias em Portugal, durante a década de 1860 e 1870.

⁷⁶ Carta de 12 de Agosto de 1876, IAN/TT, CCR, Caixa 7335, capilha 302, doc. 21

Esse argumento vai ser um dos principais utilizados por Rodrigues de Freitas, que vai criticar a forma como era gerida a política econômica e que tem bastantes semelhanças com a crítica que é feita pelo senhor Carlos Bento, na Câmara dos Pares do Reino. A crítica é feita em relação a como era anunciado como positivo o momento econômico pelo qual passava a economia, mesmo em 1876, quando segundo esses senhores já existia um processo de crise anunciado. Rodrigues de Freitas vai citar esse relatório feito pelo Ministro da fazenda:

“A nossa situação financeira é favorável, e o nosso futuro auspicioso. Se acontecimentos IMPREVISTOS não vierem a perturbar o regular andamento dos negócios e interromper o desenvolvimento da riqueza do país, deveremos ter começado a amortização da nossa dívida consolidada muito antes do longínquo prazo em que a reversão para o estado da propriedade dos caminhos de ferro concedidos às companhias nos traga a posse destes importantes valores. Poucos países na Europa veem hoje, como o nosso, a sua situação financeira em caminho tão prospero, e diante de si um futuro tão lisonjeiro”⁷⁷

Percebe-se, portanto, um anunciado que era completamente oposto ao momento financeiro pelo qual passava Portugal. Alguns dados já mostram uma certa instabilidade econômica, que estava sendo disfarçada por uma estrutura bancária que tinha pouca segurança porque estava ligada ao capital especulativo.

O que podemos perceber, portanto, é um percurso histórico, um fio, que leva a crise econômica de 1876. A crise política e os confrontos militares que ocorrem a partir de 1847, vão levar a uma crise econômica grave, aliada a problemas em relação a questão monetária. Nesse contexto, e como tentativa de solucionar os problemas monetários, é criado o Banco de Portugal em 1847, que é a junção do Banco de Lisboa (1821), com a Companhia Confiança Nacional (1844), uma empresa para-bancária.

Em seguida – fazendo aqui uma breve recapitulação - com o início do período chamado de Regeneração (1851), inicia-se também um período de estabilidade econômica comandado por Fontes Pereira de Melo. A estabilidade econômica tem bastante relação com os investimentos estrangeiros que ocorrem no período, que

⁷⁷ Relatório do sr. Ministro da Fazenda, apresentado à câmara dos senhores deputados em 11 de Janeiro de 1876. FREITAS, **Crise Monetária e Política de 1876: Causas e Remédios**, p. 12.

possibilita o surgimento de uma malha bancária que começa a dar ares modernos a economia portuguesa. Porém, é no final da década de 1860, com a Lei de Sociedades Anónimas (1867) que ocorre um aumento expressivo no número de empresas bancárias e sociedades anónimas, no geral. Após essa lei, as empresas não precisariam mais passar por qualquer avaliação antes de serem constituídas.

A crise de 1876, surge em meio a esse cenário de expansão bancária desenfreada e o surgimento de uma bolha especulativa que tem influência de fatores externos. Podemos citar pelo menos dois desses fatores, a queda da bolsa espanhola e o expressivo comprometimento que a empresa bancária portuguesa tinha com a mesma; e a diminuição de remessas que vinham do Brasil e que sustentava boa parte dos bancos constituídos no Norte do País. Os jornais demonstram as diversas nuances que ocorrem nos dois períodos que constituem a crise, no ano de 1876, principalmente em relação ao movimento da bolsa e o jogo especulativo. Além disso, demonstramos a questão política e como ocorreu o debate nas câmaras.

3. Casas Bancárias

3.1 Diferenciação entre Casas Bancárias, Casas de Câmbio e Cambistas de Fundo.

Quando iniciamos a pesquisa, uma dúvida que sempre nos vinha à tona era a diferenciação prática que existia entre as casas bancárias, casas de câmbio e cambistas de fundo. Em alguns casos, uma firma aparecia como casa bancária em uma fonte e em outra aparecia como cambista de fundo e vice-versa, ou nas enciclopédias e almanaques, poderiam aparecer como cambista de fundo em um ano e no outro aparecia como casa de câmbio.

Em alguns casos, essas instituições se confundiam e a legislação bancária não é muito clara sobre as funções que cada uma delas exercia, fazendo com que haja confusão por parte dos historiadores. Dois pontos precisam ser destacados: o primeiro é a possibilidade a simples confusão dos termos, como não havia legislação definindo esses termos, qualquer instituição que realizasse o serviço de troca e desconto de notas e depósitos estrangeiros, poderia ser declarada casa de câmbio, ou cambista de fundo; outra possibilidade é de ser uma questão evolutiva, como se houvesse um desenvolvimento e de acordo com o tipo e o volume de negócios pudesse ditar como cada instituição seria chamada. Vê-se isso na descrição de uma casa de câmbio, a Sucessores de for Manuel de Carvalho, feita no *Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o ano de 1865*⁷⁸, que descreve as funções dessa casa de câmbio como “*Compram e vendem fundos públicos, ações de bancos e de companhias, e toda e qualquer porção de cobre amoedado, tanto em espécie como sendo representado por ordens, e por especialidade trocam toda a qualidade de moedas estrangeiras*”. A compra e venda de fundos públicos também era realizada por casas bancárias, desse modo, a diferença parece ser da quantidade de operações e da diversidade delas, já que as casas bancárias exercem outras funções, como receber depósitos e o intermédio do crédito com os bancos comerciais.

As casas bancárias são instituições que vão oferecer crédito e são extremamente necessárias em um período no qual o crédito era de difícil acesso. Entender o

⁷⁸ Biblioteca Nacional. *Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o ano de 1865*.

funcionamento do crédito é fulcral para que possamos esclarecer e pontuar as funções de cada instituição. O crédito no século XIX era de difícil acesso, por isso, era preciso adotar algumas estratégias para que o crédito circulasse e a economia funcionasse, até mesmo as casas comerciais entravam nesse círculo:

“As casas comerciais, geralmente ligadas à venda por atacado de produtos importados, financiavam a venda por atacados de produtos sob a forma de crédito fornecedor. Esse processo de venda antecipada aos varejistas garantia o contínuo giro de seus negócios. O empréstimo estava portanto condicionado à compra e venda de mercadorias, por isso não tomava a forma de um adiantamento em dinheiro, mas de um prazo para pagamentos de mercadorias em questão.”⁷⁹

Isso significava um atraso entre a entrega e o pagamento de uma mercadoria, que era garantida através de uma letra de crédito. É possível que algumas casas de câmbio e cambistas de fundo, que aparecem nas fontes, fossem simplesmente casas de câmbio realizando a operação do crédito, é claro que esse é um processo bastante primitivo e por mais que pudesse existir, não acontece com tanta regularidade com o avançar do século e a proliferação de instituições bancárias.

Seguindo esse processo evolutivo surgiram as casas de descontos, que passam a negociar essas letras de crédito, operando assim no mercado de ativos financeiros, processo parecido com o que realizavam as casas de câmbio – com a diferença, que as casas de câmbio geralmente realizavam operações com letras e crédito estrangeiro, além das operações nacionais.⁸⁰

Os cambistas surgem na Idade Média, ainda no século XII, e tinham, como o nome já indica, a função de trocar a moeda estrangeira. Era quem controlava o fluxo de moedas, analisando o peso e reconhecendo os vários tipos de moedas existentes em uma Europa ainda bastante dividida.⁸¹ Carlos Damas, caracteriza a função do Cambista José Maria do Espírito Santo e Silva, dessa maneira:

“compra e venda de obrigações, na transação de outros títulos de crédito nacionais e estrangeiros, em empréstimos de dinheiro, em câmbios e na

⁷⁹ Essa é uma descrição do tipo de atividade realizada no Brasil. É claro que existem diferenças entre os dois países, mas essa definição das funções de crédito que as casas comerciais exerciam, me parece correto também para o caso Português LEVY, Maria Bárbara; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro, *Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860*, **Estudos Econômicos**, v. 15, n. Especial, p. 32, 1985, p. 20.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 21.

⁸¹ DUARTE, Luis Miguel, **Mercadores-banqueiros e Cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV**, Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, 2006, p. 66.

revenda de lotaria espanhola, da qual foi em Portugal um dos principais redistribuidores (...) A compra e venda destes era, naturalmente um negócio de comissões. José M. Espírito Santo e Silva negociava-as duramente quer com os correspondentes em Espanha, quer com os cambistas portugueses a quem revendia os bilhetes. E, é claro, ganhava também margens no negócio direto com o público, efetuado na casa de câmbio.”⁸²

As casas bancárias fazem parte dessa estrutura, como conseguimos observar nesse trabalho, operações de maior parte, geralmente associando-se a operações industriais ou com o comércio externo, por exemplo. Geralmente, são criadas em escala local e, segundo Barbara Levy e Ana Maria Andrade⁸³, “Eram em tudo semelhantes aos Bancos propriamente ditos”. O fato dessas instituições não serem definidas por legislação específica, faz com que a caracterização delas seja feita de forma interpretativa, que analisemos o tipo de atividade que elas realizam, para tentarmos produzir alguma definição em relação a essa instituição.

Nesse caso, o Estado não tinha o controle dos negócios que eram realizados pelas casas bancárias, e talvez essa seja uma definição desse tipo de instituição: Uma casa bancária é, portanto, uma instituição que realiza negócios relacionados ao crédito e que não tem um controle estatal fiscalizador, isso significa dizer que, ao contrário dos bancos comerciais e instituições públicas, como as caixas, não precisa publicar balanços, relação de contas, ou demonstrar os negócios que são realizados por essas. Isso faz com que elas exerçam os seus negócios mais livremente e que também sejam protagonistas de alguns escândalos e crises, como veremos no caso de Henry Burnay & C^a e como veremos no caso do Rio de Janeiro.

Também faço uma ressalva para o ponto que é sempre colocado, da caracterização dessas casas bancárias como “primitivas”, ou da dúvida que é sempre posta em relação a proporção dessas casas bancárias. O fato da escassez de fiscalização, pode ser preponderante para esse tipo de análise, que a coloca sempre como realizadora de negócio pequenos e sem um grande volume de capital.

Na análise da fiscalização bancária, as primeiras referências e regulações a essas instituições só é feita em 1894, no qual ocorre a primeira legislação de enquadramento

⁸² DAMAS, José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915, p. 853.

⁸³ LEVY; ANDRADE, Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860, p. 24.

da atividade bancária. É então somente após a crise de 1890 e todos os problemas financeiros por qual o país passou no início dessa década, que as bases para atividade são lançadas, até mesmo a definição do que é “banco”.⁸⁴

Portanto, o que queremos demonstrar aqui as diferenças que existiam entre essas três formas de organização bancária. A trajetória de José M. Espírito Santo e Silva, de algum modo, confirma a tese evolutiva dessas instituições, já que no caso específico desse agente a sua instituição vai se tornar casa bancária com a virada do século⁸⁵. Porém, a grande fluência de títulos e papéis estrangeiros nos confirma a exigência de um número elevado de casas de câmbio que dessem vazão a esse crédito, o negócio dos caminhos de ferro é uma grande prova dessa necessidade.

3.2. Caracterização das Casas Bancárias de Lisboa

Neste capítulo descrevemos as funções que exerciam as casas bancárias, neste caso as Casas Bancárias de Lisboa, como elas se comportavam em relação aos negócios que elas escolhiam realizar, a amplitude destes negócios e a forma como elas eram constituídas. Como já foi referido, é preciso sublinhar a escassez de fontes sobre essas instituições e a dificuldade natural que isso gera. Mas antes de adentrarmos nas questões relacionadas as fontes e aos dados que temos, será necessário descrever as casas bancárias de forma a entendermos de qual grupo de instituição bancária estamos falando.

As Casas Bancárias são pouquíssimo estudadas em um contexto geral, se olharmos hoje para a produção bibliográfica que existe sobre as Casas Bancárias encontraremos poucas peças que contém, de fato, informações substanciais sobre o funcionamento das mesmas: balanços, fluxo de caixa, contrato de sociedade estabelecido, número de clientes etc. Na verdade, os trabalhos que existem sobre casas bancárias optam por análises paralelas, ou seja, ao invés da análise substancial, desenvolvem trabalhos sobre os negócios no qual algumas casas bancárias eram

⁸⁴ FERREIRA, Luis Filipe Ramalho, **A Estabilidade Financeira e a Evolução Económica em Portugal - Estudo dos Efeitos da Supervisão Bancária (Dos Primórdios até 1975)**, Doutoramento, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013, p. 50.

⁸⁵ DAMAS, José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915, p. 870.

envolvidas, análise biográfica dos acionistas principais, etc.

Isso ocorre por um motivo, a falta de fontes que nos munície com informações sobre as casas bancárias, tanto da sua estrutura, como dos fatos cotidianos, como as assembléias, ou informações de comissões fiscais – isso assumindo que elas tinham uma estrutura que as possibilitassem. As casas bancárias não eram escrutinadas, ou não tinham que passar por nenhum crivo fiscalizador, porque a legislação a considerava como uma sociedade comercial qualquer, só exigindo a divulgação do estatuto de origem e em alguns países nem isso.

Isso não é uma exclusividade de Portugal, o caso do Brasil, por exemplo, é bem parecido. As casas bancárias não eram vistas pela legislação como uma instituição bancária de fato, apesar de exercer algumas funções muito parecidas com a de um banco, levando em conta todas as diferenças em termos de estrutura. O fato é que quando as casas bancárias não estão bem, ou quebram, a economia do país sofre um abalo e as praças comerciais param de funcionar em seu estado normal, é isso que iremos ver em diversos casos.⁸⁶

Esse ponto apresentado nos mostra uma certa complexidade em torno do tema, mas a escolha de analisar as casas bancárias em Portugal e no Brasil, mas principalmente no caso de Lisboa, passa pela tentativa de fazer uma investigação a fundo e sobre as casas bancárias, o que ainda está por fazer de forma estrutural na historiografia econômica da cidade. Porém, reconhecendo a falta de fontes volumosas e que nos forneçam informação direta e completa é uma dificuldade.

A Inglaterra é um caso interessante para ser analisado, já que esse país tem, durante a segunda metade do século XIX, uma estrutura bastante desenvolvida podendo-se dizer o centro financeiro internacional⁸⁷. O primeiro fato interessante, e que claramente também se encontra no ambiente financeiro dos países que nos interessam nessa pesquisa, é a ligação dos banqueiros com a Aristocracia. No caso Inglês, o que se observa é a união matrimonial entre banqueiros e aristocratas, que ocorre a partir da

⁸⁶ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo, Microfinances in the banking houses of Rio de Janeiro in 1864, **Business History**, p. 1–27, 2018, p. 3.

⁸⁷ Aqui o autor se refere a um caso específico em 1914, mas a literatura indica que a liderança mundial da Inglaterra em termos financeiros e a sua centralidade já se demonstra a partir do primeiro quartel do século XIX. CASSIS, Y., Bankers in English Society in the Late Nineteenth Century, **The Economic History Review**, v. 38, n. 2, p. 210, 1985, p. 210.

segunda metade do século XIX, fazendo até com que, em alguns casos, a aglutinação de bancos ocorra graças aos laços familiares que esses bancos mantinham através do casamento⁸⁸.

É preciso destacar esse ponto e fazer um ponto de diferenciação entre os casos, assim como na Inglaterra, em Portugal, as casas bancárias claramente vinham de uma estrutura social diferenciada. Tirando alguns casos específicos, a maioria das casas bancárias tem em sua origem a atividade comercial, ou seja, são pequenas estruturas de crédito que evoluem para uma casa bancária. É preciso chamar atenção para isso, de forma que não se confunda a atividade aristocrática com as casas bancárias, já que, tirando algumas exceções, os aristocratas em sua maioria eram ligados aos bancos com estruturas maiores. Apesar de no caso Inglês os banqueiros dos *private banks*, uma estrutura muito similar a das casas bancárias, estarem ligados a um nível de educação elevado, isso não se repete em outros países.⁸⁹

Um aspecto interessante e que várias pesquisas demonstram é a centralidade financeira que existia em torno de Londres⁹⁰, além de ser um centro financeiro era a residência da grande maioria dos banqueiros da Inglaterra. É interessante pontuarmos isso, pois gera uma diferença na comparação com Portugal, que dividia a sua estrutura bancária entre Lisboa e Porto, ou sendo um pouco mais justo, entre Lisboa e o Norte do país. Apesar do Banco de Portugal ser fixado em Lisboa, a estrutura bancária do Norte faz com que exista um balanço interessante entre as duas regiões no século XIX, algo que, como vemos, não acontece no caso Inglês, que tem uma concentração bastante grande em Londres.

⁸⁸ Nesses casos específicos podemos ver uma clara ligação entre os banqueiros e a aristocracia, no caso português, por exemplo, Antonio Maria de Fontes Pereira de Melo, um dos grandes nomes da política portuguesa na segunda metade do século XIX, tinha relação estreita com o negócio bancário, inclusive sendo governador da Companhia Geral do Crédito Predial Português, durante a década de 1860. Além dele, podemos citar Henry Burnay, que tem uma extensa participação na vida pública portuguesa, na qual vamos nos debruçar em seguida. No caso brasileiro, podemos citar o Barão de Mauá, este banqueiro e aristocrata, que exerceu grande influência política e econômica, também no século XIX. Além disso é preciso citar a casa bancária Fonseca, Santos & Viana, de Lisboa, que foi construída e fundada através de uma série de casamentos e união entre famílias já com negócios estruturados e que se uniram para manter o seu patrimônio, um caso bastante parecido com o que acontecia na Inglaterra durante o mesmo período, característica comum do antigo regime.

⁸⁹ CASSIS, Bankers in English Society in the Late Nineteenth Century, p. 215.

⁹⁰ CASSIS, Bankers in English Society in the Late Nineteenth Century; JOSLIN, D. M., London Private Bankers, 1720-1785, **The Economic History Review**, v. 7, n. 2, p. 167, 1954; LLORCA-JAÑA, Manuel, Shaping Globalization: London's Merchant Bankers in the Early Nineteenth Century, **Business History Review**, v. 88, n. 3, p. 469–495, 2014.

Outro caso de importante interesse para comparação é o caso da Rússia. O sistema bancário Russo, no século XIX, mantinha um grau de desenvolvimento padrão – comparável, em estrutura, com países como a França e a Alemanha. As casas bancárias privadas exerciam um importante papel no ambiente financeiro do país e assim como em vários outros países, não eram reguladas. Boris V. Anan'ich. divide as casas bancárias em três: grandes casas bancárias; pequenas firmas bancárias; ainda menores casas de câmbio⁹¹. Assim como em Portugal, as casas bancárias Russas tem pouquíssimos estudos desenvolvidos, essas não têm tanto interesse dos historiadores por duas razões, primeiro por causa dos bancos comerciais que chamam mais atenção, e segundo pela falta de fontes, um roteiro que chama atenção pelas semelhanças entre o que acontece em Portugal e a apresentação da autora em torno do estado da arte para o caso russo. Além disso, somando-se as semelhanças as instituições russas também eram constituídas sem a permissão governamental, também não publicavam os seus balancetes, ou reportavam as suas atividades, apesar de ter um sistema de controle regulatório forte, isso não se aplicava aos bancos privados e casas bancárias, países como França e Alemanha também não tinham legislação regulatória para esse tipo de instituição.

Temos algumas poucas referências diretas que tentam descrever as funções de uma Casa Bancária, no século XIX. Aliás, são confusas e diversas as formas como essas instituições são nomeadas, muitas vezes são chamadas de “bancos”; “bancos particulares”⁹²; fora as diversas confusões que são geradas entre casas de câmbio, cambistas de fundo. Sobre este último ponto, veremos mais a frente as suas diferenças e como isso tinha a ver com a opulência das casas bancárias.

Thomaz Cabreira era um dos que dava outro nome para as casas bancárias, tratando-as como “bancos particulares”:

“Os estabelecimentos particulares pertencem a um banqueiro ou a uma sociedade em nome coletivo. Esta forma foi a primeira que afetaram os antigos bancos, que eram constituídos por uma simples casa de negócio, tendo à sua frente um banqueiro, que conhecia todas as necessidades da praça em que operava, e que distribuía o crédito, conforme o valor dos seus clientes. Hoje estes bancos privados tendem a desaparecer porque a multiplicidade de negócios e de clientes dos

⁹¹ ANAN'ICH, Boris V., The Russian Private Banking Houses, 1870–1914, *The Journal of Economic History*, v. 48, n. 2, p. 401–407, 1988, p. 401.

⁹² JOSLIN, London Private Bankers, 1720-1785, p. 172.

bancos modernos coaduna-se pouco com esta forma primitiva de bancos. São exemplos desta forma de banco as casas Henry Burnay & C.^a, Fonseca, Santos & Viana, Martin Weinstein & C.^a, Borges & Irmão, etc.”⁹³

Levando em conta o ano de publicação do texto e alguns outros aspectos, podemos perceber em seu discurso o uso de palavras como, “primitivo”, e “simples casas de negócios”, o que gera um juízo de valor que iremos avaliar, principalmente em relação a Henry Burnay & C.^a e Fonseca, Santos & Viana, vemos sempre um grande número de negócios, tanto em volume, como em valores, que não se parecem em nada com a atividade de uma “simples casa de negócio”.

Do outro lado, o que percebemos nos casos do Rio de Janeiro, por exemplo, é que as casas bancárias estão sempre ligadas a pequenas poupanças, ou seja, eram clientes com pequenas quantias, que faziam o seu ato de poupança através das casas bancárias, o que não quer dizer que elas fossem pequenas, na verdade, para o caso do Rio de Janeiro, elas chegavam a ter quantias de descontos maiores do que os próprios bancos comerciais⁹⁴. Essa ideia faz sentido para o caso de Portugal se levarmos em conta o fato das remessas enviadas do Brasil durante todo o século, mas nesse caso específico na década de 1870, que presumimos não ser de quantias altas, porém com um grande volume de contas, visto a grande massa que emigra para o Brasil no período estudado e os problemas econômicos que são gerados em Portugal quando esse fluxo se quebra.

Em “Nova História de Portugal”⁹⁵, os autores fazem uma descrição particular das casas bancárias, para eles o que acontece é um movimento de confiança da população perante as casas bancárias, em detrimento dos bancos comerciais. Essa descrição é interessante, já que nos coloca a refletir como instituições que não tinham uma regulação ativa geravam mais confianças do que os bancos comerciais, que precisavam publicar dados relativos aos seus balanços. O que pode ser considerado, é o fato dessa relação com a dívida pública, ações e atividades financeiras em geral, serem atividades novas para o cidadão comum e não aspirarem confiança:

⁹³ CABREIRA, Thomaz, **O Problema Bancário Português**, Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1915, p. 4.

⁹⁴ VALENCIA VILLA, Microfinances in the banking houses of Rio de Janeiro in 1864, p. 2.

⁹⁵ SOUSA, Fernando de; MARQUES, António Henrique R. de Oliveira; SERRÃO, Joel (Orgs.), **Nova história de Portugal. Vol. 10: Portugal e a regeneração: (1851 - 1900)**, 1. ed. Lisboa: Ed. Presença, 2004.

“A crise de 1891 aumentará ainda a desconfiança do público para com os bancos comerciais em favor de casas bancárias e banqueiros particulares, que moviam uma concorrência activa á banca comercial institucionalizada, ganhando-lhe vantagem quer na colocação de empréstimos públicos e na promoção de investimentos industriais, quer nas próprias actividades tradicionalmente bancárias, como a captação de depósitos e sua mobilização. A actualidade dos nomes das principais casas bancárias indicia da sua então crescente importância. Recordem-se a Fonseca, Santos e Viana, a Borges & Irmão ou o banqueiro Henry Burnay.”⁹⁶

O que iremos apresentar, portanto, são alguns dos dados que temos sobre essas Casas Bancárias e a diversificação de negócios a que elas se propunham. Muitas delas têm uma estreita relação com o Estado, sendo muitas vezes voz importante na execução de empréstimos e pedidos de empréstimos ao estrangeiro, já outras tem variados negócios com outras empresas, atuando como principais acionistas de companhias ligadas a indústria, o que nos sugere que não eram “simples casas de negócios”, apesar da falta de fontes que comprovam alguma estrutura bancária vultuosa.

Passamos agora a tentar entender o funcionamento das Casas Bancárias de Lisboa, e colocar um limitador geográfico nesta análise, não apenas por este estudo estar limitado geograficamente a cidade de Lisboa, mas também pelas diferenças que existiam dessas Casas Bancárias e da atividade bancária como um todo, comparando-as com o resto do país. Para aprofundarmos esta análise é preciso entendermos a estrutura nacional e a conjuntura internacional, que afeta o país na segunda metade do século XIX⁹⁷, por isso mesmo tendo abordado parte da questão estrutural do país, voltaremos a esta caracterização sempre que for necessário para o entendimento do trabalho.

Existem diferenças regionais latentes nesse período, o norte e o sul do país apresentam dinâmicas bastante diversas, tanto a nível económico, como a nível social e cultural. Essas dinâmicas acabam por ditar a evolução económica do país no período, por isso, é impossível não falar da emigração que ocorre no período estudado, já que as remessas enviadas por emigrantes ditavam a economia do norte do país, constituindo assim uma porcentagem bastante grande do volume de dinheiro que chegava as casas

⁹⁶ SOUSA; MARQUES; SERRÃO (Orgs.), **Nova história de Portugal. Vol. 10**, p. 146.

⁹⁷ HALPERN, Miriam, **A Crise Económica de 1876: Um ensaio de interpretação.**, Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras, Lisboa, 1962, p. 1.

bancárias, casas de câmbios e bancos dessa região do país.

Como veremos na Tabela 1, o volume de emigrantes que saíam do Porto com destino ao Rio de Janeiro chegava a 15.000 pessoas, entre 1870-1874, em valor aproximado. Temos aqui que dar destaque a dois pontos, o primeiro é que a tabela só apresenta dados de emigração para a cidade do Rio de Janeiro, de modo que, mesmo esta sendo a principal cidade do Brasil no período e a que mais atraía imigrantes portugueses, se somássemos com outras regiões de emigração, chegaríamos a um número, provavelmente, bastante maior. Além disso, o distrito do Porto tem um volume massivo se comparado com os outros distritos do país no período, com uma diferença que chega a quase 10.000 pessoas, se compararmos por distrito em quatro anos.

Tabela 1: Total de Emigrantes por Distrito de 1870 – 1874	
Lisboa	3000
Coimbra	2000
Aveiro	6000
Viseu	5000
Minho	6000
Porto	15000
Vila Real	3000
Braga	3000
Total	43.000

98

Esta caracterização faz-se importante para entender o número de bancos que

⁹⁸ *Ibid.*, p. 46.

surgem no período e na espacialização que lhes vai ser atribuída, só assim poderemos entender como as Casas Bancárias eram constituídas e em que tipo de negócios elas depositavam o seu capital. É por isso que o número, não só de Casas Bancárias, mas de instituições financeiras, de modo geral, vai ser maior na região do Porto é essa região que vai ser responsável pelo boom desse tipo de instituições que vai ocorrer no período indicado. Além disso, o tipo de negócios que serão atribuídos as Casas Bancárias está também relacionado com o volume emigratório correspondente. Segundo Miriam Halpern Pereira

“A comparação da proveniência da emigração para o Rio de Janeiro de 1870 a 1874 (...) e do número de bancos abertos de 1873 a 1875, distrito a distrito, mostra uma coincidência entre os distritos de maior emigração e aqueles onde funciona um maior número de bancos novos. A criação de alguns destes bancos resultou até da iniciativa da minoria de emigrantes enriquecidos, regressados então ao país”⁹⁹

O volume de remessas gerava um enorme quantia de dinheiro que vinha do Brasil, não só isso, mais adiante apresentaremos os dados relativos ao jogo da bolsa espanhola, o qual grande parte das Casas Bancárias tinham comprometidos os seus negócios, além da obrigações dos caminhos de ferro do Douro e do Minho, e de produtos agrícolas com grande volume de exportação – desses é preciso destacar o vinho.¹⁰⁰

Podemos ainda ressaltar mais alguns aspectos ligados a essa regionalização do espaço económico português, passando agora para uma análise mais a fundo da questão bancária. Podemos perceber uma divisão regional bastante estabelecida entre Norte e Sul, tendo Lisboa e Porto como centralizadoras e como áreas de influência dessas instituições bancárias.

Primeiro, é preciso citar a influência que o Banco de Portugal exerce, com grande desequilíbrio até, nesta questão regional. Como já foi dito, a primeira instituição bancária do país, o Banco de Lisboa, que depois vai ser fundido com a Companhia Confiança Nacional e vai se tornar o Banco de Portugal, é constituída em Lisboa, ainda na década de 1820. Isso vai gerar uma concentração das atividades bancárias do Sul do

⁹⁹ FERREIRA, **A Estabilidade Financeira e a Evolução Económica em Portugal - Estudo dos Efeitos da Supervisão Bancária (Dos Primórdios até 1975)**; PEREIRA, Miriam Halpern, *Instituições e desenvolvimento económico (Sec XIX)*, in: **XXXI Congresso da APHES**, [s.l.: s.n.], 2011, p. 22.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 23.

país nesta cidade, principalmente após o ano de 1840. É importante salientar que demorou algum tempo para existirem bancos fora de Lisboa nesta região, sendo apenas após 1870, quando do boom bancário já citado.

Segundo, que mesmo tendo o Porto como zona de influência a atividade bancária do norte do país sempre foi mais dispersa, tendo assim uma gama de bancos e outras instituições espalhadas, ao redor desse distrito, em localidades como Braga, Aveiro e Guimarães. Inclusive, realizando emissão de notas nessas regiões.

Pedro Lains explica que no Sul existe uma clara concentração dos estabelecimentos bancários em Lisboa, que tem como influência o Banco de Portugal, já no Norte ocorre uma maior dispersão. Porém, a influência do Banco de Portugal tende a cair com o aumento de bancos, no Sul do país, passando de 37% do total de descontos para 12% com o terceiro quartel do século XIX, porém volta a aumentar a partir da crise de 1876.¹⁰¹

Um detalhe interessante para ser apresentado é o fato da crise de 1876 ser anunciada por uma quebra de casas bancárias, a filial da casa espanhola Roriz, a casa Luís de Matos e a casa bancária Carmo e Sobrinho e C^a, todas essas do Porto, o que demonstra o poder e a concentração de dinheiro que essa região tinha, além das questões que já foram mencionadas, relativas a emigração e a estrutura dessas instituições. A caracterização que fizemos acima, demonstra este fortalecimento dessa região perante a região de Lisboa.

Este mesmo autor cita o desconto de letras como atividade fundamental das instituições bancárias portuguesas, inclusive colocando como ponto de enfraquecimento dessas instituições, se comparado com as do mesmo tipo de outros países da Europa. Por exemplo, quando da comparação com a Alemanha, os Bancos portugueses realizavam quase que em sua totalidade atividades comerciais, ao passo que os Alemães atividades financeiras e de crédito que se somavam com a atividade comercial. Porém, o autor não fala dos outros tipos de instituições bancárias, como as Casas Bancárias e o tipo de atividades que elas realizavam.¹⁰²

¹⁰¹ LAINS, Pedro, **A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913**, Documenta Histórica. Lisboa: VEGA, 1989, p. 214.

¹⁰² *Ibid.*, p. 12.

Voltando ao ponto das emissões, a partir da década de 1860 diversos bancos vão emitir nota, quase uma dúzia desses no Norte, enquanto apenas Banco de Portugal vai emitir no Sul, isso nos leva a refletir sobre a influência que a atividade bancária do Norte do país tinha em torno da economia e também sobre a estrutura de emissão que existia para o Banco de Portugal ser o único em sua região.

Um ponto importante em torno da emissão é que ela vai deixar de ser feita por várias instituições de forma gradual, a partir de 1876, até chegar em 1890 quando o Banco de Portugal vai centralizar este tipo de atividade. Isto ocorre, a partir da crise de 1891-1892 e as questões relativas a Salamancada, em sequência dos estragos que já tinham sido feitos com a crise de 1876. O que ocorre é que as instituições enfraquecidas do Porto não conseguiam mais realizar este tipo de operação, tornando assim, a partir de 1887, mas só definitivamente em 1891 o Banco de Portugal o único emissor do país. Veremos também como esse enfraquecimento das instituições bancárias tem a ver com os negócios realizados por Henry Burnay e a sua casa bancária.¹⁰³

A crise de 1876 foi certamente um ponto de mudança – ou pelo menos um ponto de reflexão sobre a atividade económica que se exercia até ali. A avaliação na altura, como já demonstramos no escrutínio das ações que levaram a crise, foi de que houve um aumento substancial da atividade bancária e do crédito, sem que aí houvesse uma maior atenção e maior controle dessa atividade em si.

Existe um número pequeno de trabalhos que nos permitem saber maiores informações sobre as instituições que conseguimos elencar no nosso estudo. Para irmos mais a fundo quanto a análise dessas “sociedades bancárias” foi preciso buscar informações individuais, em alguns casos recorrendo a trabalhos bibliográficos já desenvolvidos. Fazendo uma lista de organizações relacionadas a casas bancárias, casas de câmbio e cambistas de fundo conseguimos obter, em um período estendido de 1847 até 1890, 47 instituições desses tipos. Dentre essas podemos citar pelo menos 3 com bons estudos desenvolvidos sobre elas. Estamos falando de um número muito limitado desse tipo de instituições. É claro que já abordámos aqui alguns dos motivos que nos levam a termos esses números.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 218.

3.2.1 Casas bancárias – Fortunato Chamiço Junior e José Gonçalves Franco & Filhos.

Passando para casos específicos das casas bancárias que são de nosso interesse na dissertação e a ideia inicial desse trabalho era fazer um apanhado sobre todas essas casas bancárias, mas é preciso fazer algumas considerações sobre esse ponto. O primeiro é a já destacada falta de fontes, que tem grande influência sobre esse trabalho. Como já esclarecemos as casas bancárias não tem obrigatoriedade de publicação dos seus balanços e contas e isso nos implica um filtro maior das casas bancárias que serão estudadas. Por isso escolhemos dar preferência as duas maiores casas bancárias, que nos proporcionam um número maior de fontes e informações, FONSECAS, SANTOS & VIANA e HENRY BURNAY. Não só isso, são casas bancárias que tem importância fundamental na história econômica do país e que nos proporcionam um retrato desse tipo de atividade bancária, na cidade de Lisboa.

São dezenas de casas bancárias na cidade de Lisboa, além dos cambistas e das casas de câmbio, que inundam a cidade aproveitando-se do momento de opulência econômica que existe na segunda metade do século XIX. Além disso, algumas das casas bancárias foram constituídas após a crise de 1876, dessa maneira, fugiam do objetivo inicial desse trabalho, que era o de analisar essas instituições, em um contexto de crise econômica. Esta seção, portanto, é para destacar algumas casas bancárias que tiveram uma certa importância na história da cidade e do país, além daquelas que iremos destacar na seção abaixo.

Até a década de 1870 são poucas as casas bancárias em funcionamento em Lisboa, de modo que só conseguimos listar três delas, concentradas na mesma região da cidade.

Tabela 2: Casas Bancárias de Lisboa em 1865 ¹⁰⁴		
Casa Bancária	Endereço	Número
Fonsecas, Santos & Viana	Rua dos Capelistas	120

¹⁰⁴ Biblioteca Nacional. Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o ano de 1865.

Fortunato Chamiço Junior	Calçada Nova de São Francisco	10
José Gonçalves Franco & Filhos	Travessa das Pedras Negras	1

Sobre a casa bancária Fortunato Chamiço Junior, não encontramos muitas informações sobre a sua origem, ou a biografia extensa dos seus fundadores, mas temos alguns dados que nos permitem descrever minimamente essa casa bancária. Sobre a questão biográfica temos a seguinte informação:

“Fortunato Chamiço Júnior foi um importante capitalista português, estabelecido em Lisboa mas originário da cidade do Porto. Filho de Fortunato de Oliveira Chamiço, em 1843 fundou a Casa Chamiço & C.^a, que deu origem ao Banco Totta. Esteve ainda ligado à fundação do Banco Nacional Ultramarino e foi um sócio importante da Companhia União Mercantil. Casou com D. Ana de Freitas Guimarães. Em 1878 notabilizou-se pela aquisição do Palácio Ratton, em Lisboa.”¹⁰⁵

Essa casa bancária também estava ligada aos negócios do Tabaco, Fortunato Chamiço Junior era o principal acionista da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses. Além de ser o principal acionista, era representante de diversas firmas acionista dessa mesma empresa. Fortunato Chamiço Junior também foi presidente da Associação Comercial de Lisboa, o que demonstra um certo prestígio de um homem que estava envolvido nos mais diversos negócios bancários. Porém, acaba saindo dos negócios no final do século XIX, passando assim a casa bancária para as mãos de José Henriques Totta, este era um antigo funcionário da firma que com o passar do tempo acaba por adquirir a confiança de Fortunato, além disso vai transformar também o nome da casa para José Henriques Totta & C.^a.

Sobre a casa bancária José Gonçalves Franco Filhos também não temos muitas informações biográficas sobre os sócios da firma, sabemos apenas que é uma das primeiras casas bancárias da cidade, fundada pelo Comendador José Gonçalves de Azevedo Franco e tendo como sócios seus filhos, Visconde de Falcarreira e Visconde de Franco, sabemos também das relações que Visconde de Falcarreira tem no Brasil.¹⁰⁶

¹⁰⁵ SALGUEIRO, A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses 1859-1891, p. 23.

¹⁰⁶ A Ilustração Portuguesa, 4º anno. Lisboa, 14 de Novembro de 1887, Número 18.

Sabemos que era uma casa bancária importante pelos números que encontramos nos Registro de Entradas.

Nessa casa bancária também é possível observar características semelhantes as existentes tanto na Henry Burnay & C^a, como na FONSECAS, SANTOS & VIANA & C^a. O ponto mais importante aqui é a relação estreita que essas casas tem com o tesouro e com o negócio dos caminhos de ferro, por exemplo, em 1868 José Gonçalves Franco & Filhos negocia com o tesouro “*Propõe entregar no thesouro 54:000 de scrips pagos percebendo em troca 200:000\$000 em subscrições*”¹⁰⁷, já em 1873, encontramos mais uma negociação com o tesouro “*Notas das somas que foram levadas em conta do suplemento de 110:000.000 libras feito ao tesouro na data de hoje.*”¹⁰⁸, essas são algumas dentre várias que demonstram essa relação aproximada com o tesouro. Já em relação aos caminhos de ferro, encontramos negócios relacionados a Companhia de Ferro do Minho “*Oferecem 10.000 Libras a 53 $\frac{3}{4}$ para conta do adiantamento de prestações do empréstimo da companhia de ferro do Minho.*”¹⁰⁹

Ou como vemos nos gráficos abaixo, essa casa bancária realiza muitas operações com o fundo do tesouro em contos de réis, mas também em Libras e Francos, o que demonstra a ligação dessas casas com casas bancárias e instituições estrangeiras. É importante ressaltar, como já destacamos na introdução, a dificuldade em relação a fonte de se produzir séries de dados mais longas. No gráfico I, no agregado os meses das operações vemos uma tendência maior para o mês de outubro de 1869, que vai chegar a 470:000\$000, seguido de uma queda que vai ser recuperada no próximo ano. Essa tendência é semelhante com o que ocorre com as operações em francos, como vemos no gráfico II, em setembro de 1869 há um número grande de operações realizadas, que diminui no nos mês de maio de 1871 e volta a crescer em junho do mesmo ano.

Impressiona o valor das operações nos dois casos em um momento anterior ao auge da explosão bancária. Não temos uma série de dados maior que possa afirmar isso, mas talvez seja um indicativo de uma dispersão de capital que era concentrado em

¹⁰⁷ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682 - 19/05/1868

¹⁰⁸ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682 - 15/07/1873

¹⁰⁹ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682- 02/06/1874

algumas casas bancárias, mas que a partir de 1870, com o aumento vertiginoso de instituições bancárias, começa a se dissipar entre essas novas firmas.

Gráfico I – Operações de venda de fundos do tesouro em conto de réis¹¹⁰

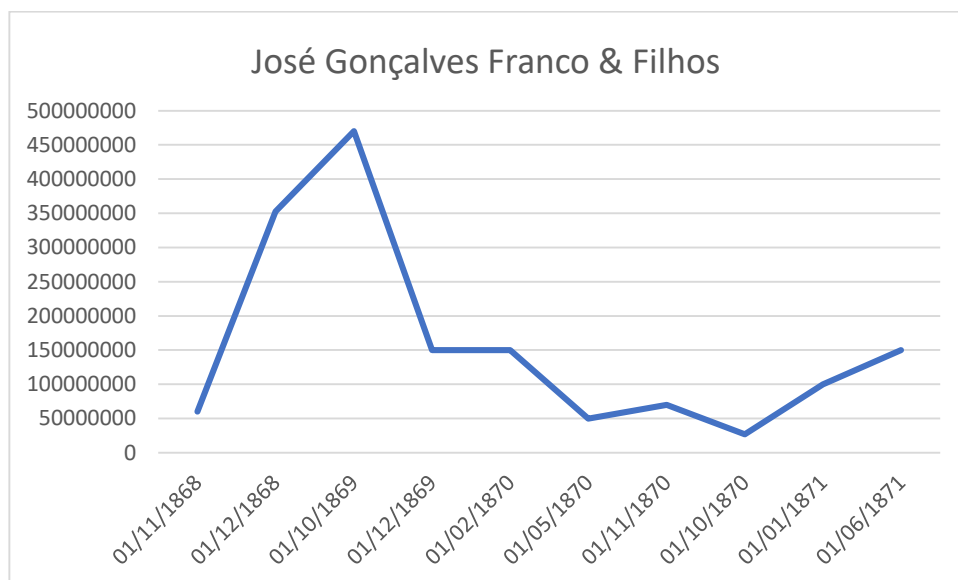
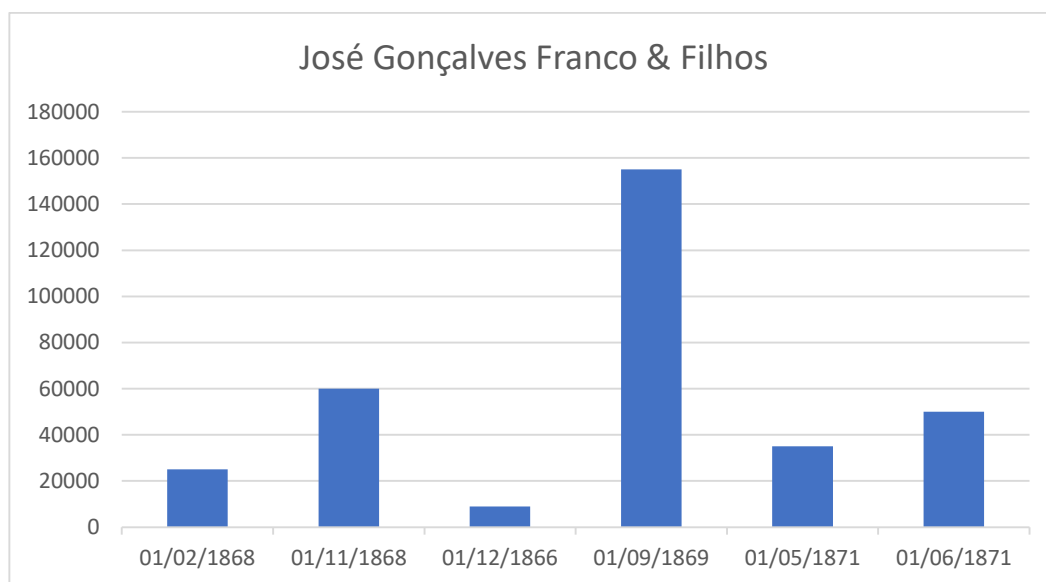


Gráfico II – Propostas de venda de fundos do tesouro em Francos¹¹¹

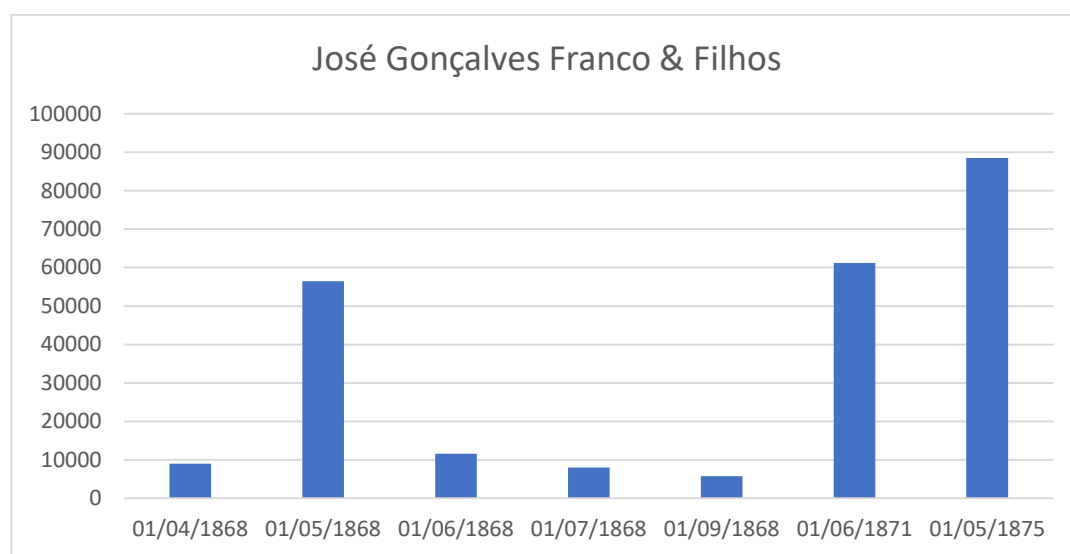


¹¹⁰ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682

¹¹¹ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682

Já o processo que ocorre com as operações de obrigações é exatamente o inverso, como vemos no gráfico III, em setembro de 1869, as operações somadas para esse mês são as mais baixas da série, que tem um aumento expressivo a partir de junho de 1871 chegando ao auge em maio de 1875, um ano antes da crise. Esse fluxo segue o que já demonstramos através da historiografia, um fluxo de aumento da atividade bancária e das suas operações.

Gráfico III – Operações realizadas com Obrigações do Tesouro.¹¹²



Por falta de fontes não conseguimos realizar uma análise mais detalhada desses negócios, não encontramos processos dessa casa bancária no tribunal do comércio, porém sabemos que essa casa bancária vai resistir a crise de 1876, já que encontramos negócios feitos e reformas das obrigações já realizadas em 1880, mas esses são negócios pouco expressivos, algumas trocas de letras, dentre outros.

3.2.2 Henry Burnay & C^a

A primeira Casa Bancária que iremos abordar nesse capítulo é a Henry Burnay & C. Sobre essa casa bancária existem alguns trabalhos que nos dão um retrato geral dos

¹¹² ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682

negócios que Henry Burnay desenvolveu durante sua vida e que muitas vezes passavam pela casa bancária, tendo essa um papel bastante relevante na segunda metade do século XIX. Além disso, sobre ela temos alguns trabalhos institucionais, relacionados com o Banco Burnay – instituição do século XX – mas que remontam a constituição da casa bancária, ainda no último quartel do século XIX.

Estes trabalhos institucionais vão ser comuns no avançar do último século e remontam as estruturas iniciais dos bancos e a trajetória dos seus principais sócios, trazendo muitas vezes uma imagem heroica para o banco. Dentro dessa temática que nos interessa, a Casa Bancária de propriedade de Henry Burnay demonstra papel central em muitos estudos, por se tratar de uma grande Casa Bancária. Temos aqui o desafio, assim como com a Fonsecas, Santos & Viana, de apresentar e desenvolver a história dessa casa bancária sem extrapolar o arco temporal da nossa pesquisa, ou fazê-lo apenas quando necessário. Já que a Henry Burnay & C vai se estender até o século XX, se tornando um banco e se associando a Fonsecas, Santos & Viana. É preciso dizer também que vamos tentar estabelecer aqui alguns fios de forma que este trabalho não seguirá uma linha temporal clara, quando se trata de fazer a história dessas casas bancárias, seguindo assim por temas específicos e não uma linha temporal.

Henry Burnay nascera em 1830, em Lisboa, seus pais eram de origem Belga, segundo Maria Filomena Mónica¹¹³ gostava de exagerar em relação a sua origem mais pobre, para que pudesse ampliar o feito de se tornar um capitalista. Estudou em Colégio Luso-Britânico e tinha um grande conhecimento em Línguas, sendo um francófono nativo, além disso, casou-se com D. Maria Amélia de Carvalho, filha de Francisco Baptista de Carvalho e de D. Elisa Ferreira. Já com alguma idade começou a trabalhar com o seu avô em uma casa bancária, no Porto, se associando posteriormente a outra casa bancária Carlos Krus & C. Teve participação no recém-inaugurado Palácio de Cristal, onde montou um parque de diversões e um grande armazém, imitando o que acontecia no resto da Europa e fazia grande sucesso. “O homem que compra, vende, troca, empresta, põe, dispõe, impõe, repõe, fia, fura, faz!”¹¹⁴ foi dessa maneira que Bordalo Pinheiro o descreveu quando fez a caricatura sobre esse capitalista.

¹¹³ MONICA, Maria Filomena, Capitalistas e Industriais (1870-1914), *Análise Social*, v. XXIII, n. 99, p. 44, 1987, p. 839.

¹¹⁴ LIMA, Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista.

A casa bancária só é fundada em 1875¹¹⁵, com o seu cunhado Ernesto Empis e Eugène Larrouy¹¹⁶. A Henry Burnay & C^a constitui a base da fortuna desenvolvida pelo capitalista e é através dela que vão surgir os seus negócios, que são bastante variados. É a partir desse momento que começa a se alargar também a sua fama, passando então a circular nos meios sociais mais abastados e entre políticos mais importantes de Portugal. Henry Burnay, como declarava Maria Eugénia Mata¹¹⁷, era um profundo entendedor do ambiente económico e financeiro português e fazia escolhas baseadas em decisões racionais, é por isso que teve uma grande diversificação dos seus negócios e sabia muito bem quando precisava sair de uma empreitada que não estava funcionando muito bem

Dentre os diversos negócios em que Burnay teve participação, podemos citar dois de grande relevância para a casa bancária que era dono, a participação no contrato do tabaco e participação na construção das linhas férreas. Essas duas são bastante importantes para a ligação que ele vai ter com a coroa portuguesa, a qual abordaremos mais a frente.

Era uma casa bancária com atividade bastante alargada e com investimentos em diversas áreas da economia portuguesa. Na análise do balanço, Nuno Miguel Lima descreve:

“Embora o balanço não detalhe as actividades em causa no ano de 1909, é sobejamente conhecido o histórico das intervenções empresarias da Henry Burnay & C (...) em áreas como a metalurgia, os lanifícios, o papel, os vidros, o sabão, o imobiliário, os caminhos de ferro, a navegação, a mineração, os tabacos, a hotelaria, o mercado colonial, as exportações ou o periodismo”¹¹⁸

O que demonstra a amplitude de capital que a Casa Bancária dispunha para atuar em tão diversas áreas. No balanço da firma de 1909 - período posterior ao dedicado a esse estudo, mas ainda assim válido - a soma total dos activos da firma totalizam um valor de 10.193:438\$497, uma cifra altíssima que demonstra o poder financeiro que a Casa Bancária, criada em 1875, tinha perante a economia nacional.

¹¹⁵ Apesar das atividades da casa bancárias se iniciarem no ano anterior, sendo fundada como sociedade ilimitada.

¹¹⁶ Que em 1884, sai da sociedade e Henry Burnay passa a controlar 80% da instituição.

¹¹⁷ MATA, Maria Eugénia, *Institutions and Business. Henry Burnay, a case study*, in: , Aveiro: [s.n.], 2002, p. 5.

¹¹⁸ LIMA, Nuno Miguel, Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista, *Análise Social*, v. XLIV, n. 192, p. 565–588, 2009, p. 573.

A casa bancária Henry Burnay & C^a tem destaque na economia portuguesa pois seu principal sócio exerceu um papel central na economia portuguesa do final do século XIX, não é à toa que existe uma extensa bibliografia¹¹⁹ sobre ele, sendo a casa bancária com maior número de materiais coletados. Um outro ponto de destaque é seu envolvimento com as linhas férreas e a Salamancada¹²⁰, que gerou uma crise também já estudada. A casa bancária vai perdurar por algum tempo e vai se transformar em banco durante o século XX.

Um dos pontos importantes estabelecidos por Maria Eugénia Mata é a capacidade de se relacionar com diferentes instituições, em diferentes países. A autora também reforça a capacidade de comunicação em outras línguas, principalmente o francês, de modo que a maioria das suas cartas eram escritas nessa língua. Além disso, Burnay prezava por passar uma imagem honesta e que inspirasse segurança para o público de modo geral, dessa maneira, conseguia demonstrar um “capital pessoal”, que tornava possível a participação em empréstimos públicos e fazia com que tivesse uma relação muito próxima com o governo.¹²¹ As autoridades portuguesas demonstravam confiança em Henry Burnay e sabiam que poderia contar com ele, em caso de alguma intervenção na economia.

Quando o governo precisou de ajuda para salvar a economia na crise que começou no início da década de 1890, por exemplo, Henry Burnay foi um dos que socorreu a economia do país com um dos maiores empréstimos. Como podemos ver na tabela abaixo, o capitalista cedeu uma quantia de 7.240:500\$000, que correspondia a 21% da totalidade dos empréstimos tomados a prazo curto pelo governo. Dessa maneira é possível demonstrar a grande importância que Henry Burnay exerceu durante esse momento crítico pelo qual passava o país.

Tabela 3: Empréstimos realizados ao tesouro	
Empréstimos a prazo curto em 24/11/1890	33.860:424\$861

¹¹⁹ MONICA, Capitalistas e Industriais (1870-1914); CASSIS, Youssef, **City bankers, 1890 - 1914**, digitally print. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009; MATA, Sociedades Anónimas: Regulação e Economia. Dentre Outros.

¹²⁰ SOUSA; MARQUES; SERRÃO (Orgs.), **Nova história de Portugal. Vol. 10.**

¹²¹ MATA, Institutions and Business. Henry Burnay, a case study, p. 9.

Interno:	
Diversos Credores	10.904:000\$000
Caixa Geral dos Depósitos	1.600:000\$000
Banco de Portugal	1.000:000\$000
C ^a Real C ^a Ferro	17:179\$540
C ^a Nacional C ^a Ferro	3:856\$453
Total:	13.525:035\$993
Estrangeiro:	
Banco de Portugal	900:000\$000
Henry Burnay	7:240:500\$000
Anglo Foreign Bank	450:000\$000
Banco Lisboa & Açores	450:000\$000
Banco Alliança	765:000\$000
C ^a Amboca	2.025:000\$000
Baring Brothers	3.105:000\$000
Credit Lyonnais	4.464:000\$000

Comptoir d'Escompte	935:888\$868
Total:	20.335:388\$868

Fonte: ANTT, Companhia dos Tabacos, 1891-1904, caixa 4¹²²

Também é preciso recordar que Henry Burnay faz algumas exigências para executar tal empréstimo e aqui precisamos falar de um ponto importante, que foi o contrato do tabaco. Ainda em 1869, ainda antes da criação da casa bancária Henry Burnay & C, falava-se em um rendimento de 2.000:000\$000 em relação ao contrato de tabaco¹²³, uma quantia bastante avultada e que demonstra o interesse que se tinha em relação a esse contrato específico. Como já adiantava Maria Filomena Mónica, “o setor dos tabacos contribuiu, em larga medida, para a formação das grandes fortunas nacionais.”¹²⁴ Isso para depois a autora falar do atraso que era a economia portuguesa e como isso era refletido na obsessão dos capitalistas ao redor do tabaco:

“Todas essas peripécias tabaqueiras mostram a fraqueza do capitalismo nacional. Não era pela metalurgia ou pelo têxtil que os investidores portugueses se interessavam, mas por um setor arcaico, que lhes garantia lucros seguros. Em Portugal era sobretudo nos contratos com o Estado que se ganhava dinheiro”¹²⁵

Existe uma bibliografia estendida sobre o tema do contrato dos tabacos, já que é um setor da economia portuguesa que gerava bastante dinheiro. Em relação a Burnay, tem registro do aluguer da Casa Havaneza de 1865, ou seja, o interesse do banqueiro no negócio do tabaco se dava desde o início da sua trajetória nos negócios, atento aos lucros que esse negócio movia. Mesmo no início da Regeneração, época na qual não havia um monopólio desse negócio, o Tabaco se tornava alvo de grandes debates na câmara, de opiniões divergentes do Rei e os líderes do governo. Esse debate, na verdade, constituía um conflito em relação a como tal matéria deveria ser gerida pelo governo, se era através

¹²² *Ibid.*, p. 10.

¹²³ Diário da Camara dos Senhores Deputados – 14/06/1869. P. 355

¹²⁴ MONICA, Maria Filomena, Negócios e política: os tabacos (1800-1890), *Análise Social*, v. 27, n. 116/117, p. 461-479, 1992, p. 473.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 474.

da liberalização ou o monopólio desse negócio. O que se viu é que a liberalização desse negócio falhou e a própria indústria aderiu a uma espécie de monopólio com algumas fábricas fazendo com que elas se aglutinassem cada vez mais, muito graças aos impostos que eram cobrados a essas fábricas.¹²⁶

Por fim, o que acontece é a expropriação das fábricas de tabaco em 1888, o negócio então passa a ser administrado pelo Estado. Porém, a crise financeira começa a dar sinais já em 1889 e em 1890 o país começou a sentir os efeitos e os abalos de tal crise. A crise de 1890, soma-se ao *ultimatum* inglês, episódio que gerou um grande transtorno político para Portugal, já que a Inglaterra era um aliado econômico importante e fez com o que a crise econômica se tornasse ainda mais impactante.¹²⁷

O que acontece em seguida é que o governo português não tem a quem pedir auxílio, senão aos banqueiros, que vão socorrer a economia portuguesa com a condição de assumir o contrato do tabaco. Contrato que vai ser anunciado em 14 de abril de 1891, através da criação da Companhia dos Tabacos Portugal, uma rede de aliança de diversos banqueiros que tinha como sócio majoritário Henry Burnay, através da sua casa bancária, Banco Aliança, Fonseca, Santos & Viana, assim como capital francês com a *Comptoir National d'Escompte*, representada por Andre Neufize & C. Foi a condição estabelecida por Burnay, para que o grupo pudesse auxiliar o governo português, como já dito acima, mostrava a faceta estrategista e o grande poder de negociação que Burnay tinha. Conseguindo assim entrar em um negócio extremamente lucrativo. Os empréstimos serão recorrentes e Burnay participa de praticamente todos esses empréstimos, pelo menos desde a crise de 1876 até o final do século. Nem sempre como credor, muita das vezes ele participa como intermediário dos negócios com instituições nacionais e estrangeiras.

O que vemos também é que muitas vezes a relação de Henry Burnay com os seus negócios não foi muito pacífica, Nuno Miguel Lima¹²⁸ dá exemplos disso quando trata de algumas das empreitadas do capitalista que envolviam negociações difíceis e a tentativa de Burnay se impor com o monopólio desses negócios. O caso do Tabaco é um grande exemplo desse movimento, Henry Burnay se comporta quase como um político nas

¹²⁶ PEREIRA, Instituições e desenvolvimento econômico (Sec XIX).

¹²⁷ MONICA, Negócios e política: os tabacos (1800-1890).

¹²⁸ LIMA, Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista, p. 573.

negociações com o governo, já que o Tesouro Português se via sem saída contra a crise econômica e política que o país enfrentava.

Nesta correspondência enviada pelo Diretor do Tesouro Nacional para Henry Burnay, por exemplo, é possível observar a necessidade econômica pela qual Portugal passava durante a crise:

“Referindo-me á conferência que V. Ex. o Senhor Ministro da Fazenda teve com o chefe dessa casa por ocasião da assinatura do contrato de 26 de fevereiro findo para reservar para o Banco Lisboa & Açores uma participação de 600.000 Libras nas operações provenientes daquele contrato, compreendendo-se na mesma soma o adiantamento de 120.000 Libras feito pelo citado Banco em Setembro de 1890, encarrega-se o mesmo Ex. Senhor de saber desde já de V. Ex. qual é a importância reservada pelos contratadores para o mesmo Banco, por quanto havendo este feito serviço importante durante o período de difícil que o Tesouro tem atrasado, justo é que a sua pretensão seja atendida, visto que com exceção do Banco de Portugal é o único com que o Tesouro se tem encontrado ultimamente nas ocasiões de apuros. Deus guarde a V. Ex.^a

Direção Geral da Tesouraria, 14 de março de 1891.

Ilustríssimo e Excelentíssimo, Senhor Henry Burnay & C^a.

O Diretor Geral (a) L. Peres Trello de Vasconcellos.”¹²⁹

Essa carta nos dá alguns indícios sobre os passos que Henry Burnay vai tomar para tentar não só atenuar a crise econômica, mas também conseguir vantagens econômicas. O que se vê também é a parceria realizada com o Banco Lisboa & Açores, esse banco vai, desde a sua criação, trabalhar como parceiro comercial e financeiro de Henry Burnay.

O que vemos também é uma relação de dependência que existia entre o Tesouro e capitalistas como Henry Burnay, principalmente na relação que ele tinha com bancos, instituições comerciais, instituições financeiras e capitalistas estrangeiros. Burnay dominava a grande maioria das negociações com esses agentes e por isso muita das vezes recorrer a ele era a única forma de conseguir recursos estrangeiros. As caixas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo relacionadas a Henry Burnay estão cheias de cartas e documentos escritos em línguas estrangeiras, em inglês, mas principalmente em francês,

¹²⁹ ANTT - Arquivo Burnay, Atividade empresarial, Caminhos de ferro, cx. 7

ousaria dizer que existem menos documentos e cartas em português do que em línguas estrangeiras, o que demonstra que essa relação externa era um ponto muito forte na estrutura dos negócios dele.

O contrato do tabaco é algo de grande mais-valia para Henry Burnay. Como demonstramos, esse negócio era um dos mais importantes e mais rentáveis do período, além de demonstrarmos a faceta estrategista que foi usada pelo agente para conseguir, junto com outros bancos e casas bancárias esse monopólio tão importante. A correspondência também demonstra a necessidade pela qual passava o país. Sobre a companhia do tabaco e todas as questões envolvendo o contrato, a literatura nos indica que a sua influência em relação a económica do país vai chegar até pelo menos a década de 1930¹³⁰. O arco temporal desse trabalho é estipulado até a crise de 1890, por isso não iremos aprofundar esse tema, já que a influência de Henry Burnay extrapola essa data – na década de 1890 o tabaco vai ser bastante importante para a economia do país fazendo com que Burnay mantenha a sua influência nesse negócio até a sua morte.

Além do contrato do tabaco, Burnay tem grande participação nos negócios relacionados aos caminhos de ferro, esse negócio vai ser um dos pilares da sua atividade económica. Como um dos principais capitalistas do país, como já demonstramos, Henry Burnay tinha um faro polido para negócios que pudessem alavancar a sua fortuna e o seu prestígio, porém, assim como aconteceu com o contrato do tabaco, os negócios relacionados aos caminhos de ferro geraram desconfiança em relação a sua integridade, já que Burnay participou de negociações bastante espúrias.

Os caminhos de ferro vão constituir, na segunda metade do século XIX, um fator de debate político no país, já que era uma matéria de interesse público que se aliava com a política de melhoramentos materiais, liderada por Fontes Pereira de Melo. A construção e a exploração dos caminhos de ferro, assim como o contrato do tabaco, vai se constituir o carro-chefe da operação económica de Henry Burnay. A literatura sobre o tema nos indica, que ocorre uma mudança de mentalidade em relação a necessidade de se obter financiamento tanto de empresas bancárias nacionais, como de empresas bancárias estrangeiras.

¹³⁰ MONICA, Negócios e política: os tabacos (1800-1890).

Magda Pinheiro¹³¹ observa que de 1859 até 1866, ocorre um investimento estrangeiro muito forte, principalmente de capital francês, mas que reconhecem o negócio com um nível de rentabilidade bem inferior ao que era estipulado anteriormente. Isso faz com que as empresas de capital francês desistam do negócio, é então que a estratégia muda e começam a realizar o financiamento através do deficit estatal, entre 1868 e 1875 será essa a estratégia utilizada pelo governo para a construção dos caminhos de ferro, isso acontece porque é um período de certo alívio económico e atividade financeira bastante elevada, como já demonstramos. Só em 1881, que o capital estrangeiro volta à tona com investimentos franceses e alemães, é claro, com a influência de Henry Burnay no intermédio dos negócios.

O objetivo aí era fazer a ligação de 202 km, de Salamanca até as Linhas do Douro e da Beira Alta, para isso é criado o *Syndicato Portuense*, por iniciativa de Henry Burnay, e o debate que se iniciou a partir daí aumentou os ânimos da sociedade como um todo. O *Syndicato Portuense* era um sindicato informal e era composto por Burnay, Abraham de Camondo, Edmont Joubert e Marquês de Guadalmina, a maior participação na sociedade ficava com Burnay, adquirindo 30%.¹³²

“A 9 de Março de 1883 Henry Burnay cedeu os seus 30% à Companhia pela soma de 400 000 francos ou 72 000\$000 réis, operação que a Companhia parece ter ratificado em 12 de Março do mesmo ano²⁰³. A análise da documentação portuguesa e o comportamento de Henry Burnay indicam que o Conselho de Administração em Lisboa não conhecia este negócio. A ratificação referida pelo séquestre parece ter sido feita em Paris, sem conhecimento dos administradores que se encontravam em Lisboa.”¹³³

Ou seja, operações espúrias organizadas por Henry Burnay e os seus sócios que, como a sua trajetória demonstra, são quase sempre estrangeiros. A situação era tão alarmante que foi cogitado a abertura de um processo contra o capitalista, pelos negócios com indícios claros de corrupção e os apuros que a Companhia Real dos Caminhos de Ferro passava.

¹³¹ PINHEIRO, Magda de Avelar, Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX, *Análise Social*, v. 15, n. 58, p. 256–288, 1979, p. 267.

¹³² SALGUEIRO, Ângela Sofia Garcia, *A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses 1859-1891*, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 2008, p. 76.

¹³³ *Ibid.*, p. 77.

Quanto ao debate político existe um confronto entre regeneradores e progressistas, se por um lado os regeneradores defendiam a criação dessa linha para o desenvolvimento do país e avanço econômico, por outro lado os progressistas questionavam a quantidade de dinheiro gasto, a participação estrangeira maciça em um negócio interno e a construção de uma extensa linha em território espanhol. Além disso, como Fernando de Sousa¹³⁴ acrescentou, cria-se aí uma disputa regional, entre Porto e Lisboa. Para o *Syndicato Portuense* era urgente a construção de uma linha fizesse a ligação entre Porto e Salamanca.

O mesmo autor aponta para as dificuldades de argumento que existiam em torno da defesa do *Syndicato Portuense*: O país não passava por um momento econômico tão estável ficando assim dependente das remessas do Brasil; Salamanca não era uma cidade tão rica como Henry Burnay e os políticos regeneradores defendiam, além de não entender como iriam autorizar uma construção que enfraquecesse os portos espanhóis, em benefício da cidade do Porto; e, por último, o autor aponta para as irregularidades bancárias que teriam que ser feitas para que o projeto fosse concluído, já que os bancos da região não teriam orçamento suficiente para cumprir o acordo concessionário.¹³⁵

A historiografia¹³⁶ existente sobre o período e a questão dos caminhos de ferro, indicava um número alarmante de irregularidades que apontavam para relação espúrias entre o Sindicato de Henry Burnay e os outros agentes envolvidos nesse negócio. A *Comptoir d'Escompte* exercia grande pressão financeira sobre os bancos do Porto. Os bancos já não conseguiam arcar com os custos e sustentar o déficit inesgotável da Linha de Salamanca. A situação era completamente irregular, valores muito acima do proposto inicialmente, os bancos sem condições de arcar com tamanho gasto e tudo isso, podemos dizer, tinha como um dos principais protagonistas Henry Burnay e a sua casa bancária. Henry Burnay era o representante da *Comptoir d'Escompte*, um dos principais acionistas da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses¹³⁷, e era quem comandava as operações bancárias – leiam-se ilícitas. Burnay foi o grande beneficiário dessa empreitada e usou o quanto pode da sua influência para obter lucro e prestígio político. Toma para si

¹³⁴ SOUSA, Fernando de, A Salamancada e a crise bancária do Porto, *Nummus*, v. 1, p. 131–160, 1978, p. 134.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 138–139.

¹³⁶ PINHEIRO, Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX; SALGUEIRO, *A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses 1859-1891*; SOUSA, A Salamancada e a crise bancária do Porto.

¹³⁷ SALGUEIRO, *A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses 1859-1891*, p. 63.

o domínio dos negócios do caminho de ferro, realizando influência enorme com os bancos do porto:

“Alega, lisonjeia, ameaça, mente se necessário, a fim de concretizar as especulações lucrativas que pretende; boicota as negociações dos bancos ligados ao Sindicato com o Governo, a fim de se resolverem as funestas consequências da Salamancada; por fim, negocia, secreta e fraudulentamente, a cedência, por parte dos bancos do Porto, da faculdade emissora, ao Banco de Portugal, aquando da crise de 1891”¹³⁸

A historiografia coloca o interesse estrangeiro como principal causador do déficit e da crise que se segue a Salamancada, é fato que os bancos do porto e a economia como um todo saem muito prejudicadas dessa empreitada. Magda Pinheiro considera, que o interesse estrangeiro estava a frente da defesa dos interesses nacionais, os franceses (com comprovada influência de Henry Burnay) passam a dominar o cenário econômico, sendo até a dívida externa do país emitida em Paris, deixando de ocorrer em Londres. Além do governo ficar completamente refém desses interesses estrangeiros, um negócio baseado em uma completa irracionalidade.¹³⁹

Para acrescentarmos a esse cenário, conseguimos observar que o interesse de Henry Burnay em relação aos caminhos de ferro sempre existiu, não só o interesse, mas também a sua participação. Na análise do Registro de Entradas da Direção Geral da Fazenda Pública, existem diversas menções a negócios que estão relacionados com os caminhos de ferro e que passam pela relação de Henry Burnay com as instituições estrangeiras.

Os primeiros registros que temos são de 1878, já que a casa bancária só é fundada em 1875. Aqui vemos dois aspectos interessantes, o primeiro é, como já vimos, a forte relação que a casa tinha com instituições estrangeiras e com os empréstimos dos caminhos de ferro. Incluindo a emissão de Obrigações, como veremos, por exemplo, já em 1878, a casa de Burnay atua como representante da casa André Marcuard & C, na compra de emissões de empréstimos da linha do Minho, nesse ano vai realizar ainda mais duas operações em nome dessa casa bancária francesa.

¹³⁸ SOUSA, A Salamancada e a crise bancária do Porto, p. 147.

¹³⁹ PINHEIRO, Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX, p. 286.

O ano de 1879 é o ano de maior atividade em relação ao Registro de Entradas, a maioria das notificações referem-se, novamente, a participação junto a firmas estrangeiras em negócios nacionais, principalmente os caminhos de ferro, com compra de obrigações da 6ª emissão do empréstimo dos caminhos de ferro do Minho. Por exemplo: as contas da liquidação do empréstimo de francos 3.750.000 contratado com a crouptoir d'Escompte de Paris, ainda em janeiro de 1879; a participação com Fonseca, Santos & Viana no qual vão entregar 250 Obrigações do mesmo empréstimo; hão de mandar para amsterdam mais 850 obrigações da 6ª série do empréstimo minho, no mesmo ano ainda mandam mais 100 obrigações para o mesmo país, relacionando-se com a casa bancária Lippman & Rosenthal¹⁴⁰. Ou seja, nesse ano serão várias as negociações realizadas com foco em empresas estrangeiras e a relação destas com o empréstimo dos caminhos de ferro do minho.

É uma estrutura bastante definida das relações que o capitalista Henry Burnay e a sua casa bancária tem com as instituições estrangeiras, como já dito, até mesmo o volume de cartas encontrado em língua estrangeira, é um indício da forte relação pessoal, mas também económica e política, que ele exerce sobre essas instituições.

No período estudado, observamos poucas ações relacionadas a casa bancária, no Tribunal do Comércio, duas delas de caráter pessoal – uma relacionada a Casa Havaneza, em um libelo com um funcionário e a outra relacionada a Manuel Rodrigues Lima – e outros requerimentos que não nos acrescentam mais informações do que as que já temos. Além desses, encontramos processos relacionados com Krus & C^a, a firma do seu sogro Carlos Krus, porém são processos da década de 1860 que não envolvem Henry Burnay & C^o e a sua firma.

Outro ponto importante e que também faz parte da estrutura da casa bancária é a administração dos diversos negócios imobiliários comandados por Burnay. É isso que aponta Nuno Miguel Lima¹⁴¹, o negócio relacionado a essa área de atuação tem participação ativa da sua firma “Na verdade, era à Henry Burnay & C.^a que competia a administração dos imóveis dos sócios da firma, estando os de Henry Burnay avaliados em cerca de 675 contos. Ou seja, na Henry Burnay & C.^a circulavam quase 85% do

¹⁴⁰ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682

¹⁴¹ LIMA, Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista, p. 574.

património”. O famoso palácio, da rua da Junqueira era apenas um da dezena de imóveis administrados pela casa bancária.

A sua casa bancária era uma maneira de gerir os negócios realizados por Burnay. Que visava, não só o lucro de uma atividade financeira robusta, mas também uma imagem benevolente frente a sociedade e uma boa relação com a classe política. É por isso, que além dos negócios que desenvolvia, Burnay prezava pela boa relação com toda a classe política, sem distinguir partidos “*keep friendly but independent, at the same time*”¹⁴², era o lema que acabava por utilizar.

Em 1881, Henry Burnay adquiriu o Jornal do Commercio, uma estratégia interessante para quem desejava ser bem visto e ter acesso a todos os estratos da sociedade, apesar de não existir nenhum trabalho que aborde como Henry Burnay utilizou o Jornal para manipular a opinião pública. Era uma maneira de promover os seus negócios em um jornal bastante popular. O Jornal do Commercio era um jornal de tal importância, que era utilizado até pela Agência do Banco de Portugal em Londres, que no dia 29 de agosto de 1876 em meio a crise econômica se utiliza desse jornal para obter informações do que se passava em Portugal “*Para estar em dia com as notícias econômicas de Portugal, pede-se lhe remetam o "Jornal do Commercio", e o "Comerario do Porto"*”¹⁴³

Henry Burnay morre em Lisboa, aos 71 anos, em 1909, deixando uma infinidade de negócios estruturados e uma fortuna bastante impactante para um capitalista, se formos compará-lo com os capitalistas do mesmo período. A casa bancária é assumida pelos seus filhos, Henrique e Roberto Burnay, e por Eduard John. O inventário post mortem mostra a fortuna deixada pelo capitalista através da sua casa bancária. 10,193.438\$497 réis, um patrimônio gigantesco, com destaque para os negócios financeiros, as participações em papéis de crédito e, principalmente, os negócios imobiliários, como já foi destacado. Uma participação bastante alargada da sua fortuna e da estrutura.

A casa bancária se torna banco no primeiro quartel do século XX e na comemoração dos 75 anos da fundação da casa bancária, o banco descreve as atividades da instituição “como uma verdadeira ação de fomento nacional”, essa última frase tem relação com os negócios de infraestrutura, como os caminhos de ferro e também a relação que o banqueiro tinha com o contrato do tabaco, que tem uma importância econômica

¹⁴² MATA, Institutions and Business. Henry Burnay, a case study, p. 17.

¹⁴³ Registro de Entradas – 29/08/1876

muito forte para o país. Sabemos que Henry Burnay não tinha apenas um interesse altruísta em ajudar o país, as suas ações nos negócios visavam primeiro o lucro e as suas ações caridosas, se podemos assim dizer, tinham relação com a construção de uma imagem benevolente, que era importante para um homem tão visado pela sociedade como ele. Por curiosidade, nessa comemoração, o banco não cita as ações da casa bancária com o contrato de tabaco.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Biblioteca Nacional – comemoração dos 75 anos de fundação da casa Henry Burnay & C^a

Tabela 4: Balanço da firma Henry Burnay & C.^a

Activo			
Caixa			45 726\$170
Banco de Portugal			477 013\$320
Letras a receber em ouro		648 433\$330	
Letras a receber em moeda corrente		675 278\$248	1 323 711\$578
Disponibilidades no estrangeiro			78 719\$635
Imóveis no estrangeiro			947 059\$495
Papéis de crédito			1 044 007\$955
Negócios e participações financeiras			2 690 332\$789
Negócios mineiros			296 181\$583
Contas correntes caucionadas em moeda corrente			766 982\$372
Contas correntes caucionadas em ouro			745 513\$705
Devedores gerais			604 111\$413
Devedores especiais			370 088\$223
Contas a amortizar	Conta mobília	2 700\$000	
	Obras no escritório	22 500\$000	
	Conde de Camide	6 000\$000	31 200\$000
Contas de ordem	Propriedades de conta alheia:		
	Prédios pertencentes aos herdeiros do conde de Burnay	687 880\$567	
	Prédio do Bairro Camões e terrenos na Rua Luciano Cordeiro do Sr. Ernest Empis	51 909\$692	
	Prédio do Monte Estoril pertencente ao Sr. Edward John	33 000\$000	772 790\$259
	Soma		
Passivo			
Contas de capital	Herdeiros do conde de Burnay	1 333 950\$535	
	Ernest Empis	567 215\$180	
	Edward John	144 821\$070	
	Conde de Burnay (Henrique)	3 113\$215	
	Roberto Burnay	900\$000	2 050 000\$000
Contas de reserva	Conta de reserva	830 000\$000	
	Dívida externa por liquidar	200 000\$000	
	Contas por liquidar	700 000\$000	
	Ganhos e perdas	79 636\$657	
	Operações financeiras	100 000\$000	
	Negócios mineiros/lucros recebidos	81 602\$095	
	Acções da C. ^a da L(?), reserva para liquidação	10 046\$200	
	Negócios de seguros	2 469\$018	2 003 753\$970
Contas individuais dos sócios	Ernest Empis	66 531\$443	
	Edward John	44 366\$045	
	Herdeiros do conde de Burnay	162 278\$536	273 176\$024
Credores em ouro			2 182 893\$805
Credores em moeda corrente			1 563 185\$449
Diversos credores			2 694\$305
Contas de depósito em ouro			115 442\$575
Contas de depósito em moeda corrente			1 196 580\$150
Letras a pagar alheias			32 921\$960
Contas de ordem	Propriedades administradas por conta alheia:		
	Edward John	33 000\$000	
	Herdeiros do conde de Burnay	687 880\$567	
	Ernest Empis	51 909\$692	772 790\$259
			10 193 438\$497

Fonte: ADL, "fundo cível antigo do Tribunal da Boa Hora", 6.^a vara, 3.^a secção, cx. 526, fls. 951 v.º a 953.¹⁴⁵

3.2.3 Fonseca, Santos & Viana

A casa bancária Fonseca, Santos & Viana, é uma das maiores casas bancárias de Lisboa, na segunda metade do século XIX. Essa casa foi fundada em 1860 por Francisco Isidoro Viana, tinha como sócio Carlos dos Santos Silva, António Pinto da Fonseca e Joaquim Pinto da Fonseca, mas para entendermos a sua origem e os negócios que estava envolvida, é preciso retrocedermos para a primeira metade do século XIX. Sabemos que, no que tange o estudo das casas bancárias, é importante saber a origem dos seus sócios e o que de fato fez com que esses se unissem ou, melhor dizendo, quais interesses tinham em comum.

Um dos seus sócios é Francisco Isidoro Viana, um nome de grande importância política e económica do período, nasceu em 21 de abril de 1821, na cidade de Lisboa, frequentou a Universidade de Coimbra, frequentando aulas de humanidades, mas também de matemática, porém não chegou a concluir esses estudos. Casou-se com D. Capitolina da Silveira, filha de José Nunes da Silveira, comerciante de grosso trato da cidade de Lisboa e com grande participação na revolução de 1820, foi a partir do seu casamento e da administração do comércio do sogro, que Francisco Isidoro Viana entra de vez no mundo dos negócios e das finanças. Tem grande participação na Junta do Crédito Público e vai se ocupar dela até a criação da Fonseca, Santos & Viana.

Porém, a história de Francisco Isidoro Viana não é restrita a presidência da casa bancária, ele também vai ter uma participação política muito forte, algo que era comum para os homens de negócios do século XIX. Nesse sentido, faz grande oposição a Casal Ribeiro, ministro da fazenda. Além disso, constrói dois asilos em Campo Grande e Marvilla. Para além do que já abordamos, Francisco Isidoro Viana tem uma participação bastante destacada Companhia dos Tabacos de Portugal, esta que a casa bancária Fonseca, Santos & Viana tem grande participação, sendo uma das principais acionistas.¹⁴⁶ A

¹⁴⁵ Fonte retirada do trabalho de LIMA, Nuno Miguel, Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista, **Análise Social**, v. XLIV, n. 192, p. 565–588, 2009.

¹⁴⁶ Esta informação foi retirada do Jornal Occidente, 23º Ano – XXIII Volume – Nº 772 – 10 de Junho de 1900. Disponível em Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa.

Companhia Nacional de Tabacos não é uma firma pequena, tinham mais de uma fábrica e como já dito tem associação com diversos outros bancos e banqueiros. Como demonstramos anteriormente, a ligação com o contrato dos tabacos, junto de Henry Burnay e outros banqueiros, era um negócio extremamente lucrativo.

Seguindo a biografia dos fundadores dessa casa bancária, temos Carlos Santos Silva, “este é filho do 1º Barão de Santos, nascera no Porto, em 1828, e emigrara para o Brasil com 18 anos, para trabalhar com um tio. Após ter casado com filha de um grande banqueiro do Pará, regressara a Portugal, associando-se então a Francisco Isidoro e aos irmãos Fonseca”¹⁴⁷. Sobre esse específico sócio não temos mais informações além das acima referidas, porém é preciso se atentar ao fato da união matrimonial e assim como no caso do Francisco Isidoro Viana, isso é bastante importante para a construção da fortuna e posterior constituição da casa bancária.

Passando para os “irmãos Fonseca”, esses também têm um histórico familiar interessante que remonta a diversas atividades financeiras, do comércio de grosso trato e dos negócios com o Brasil. Maria Filomena Mônica¹⁴⁸ apresenta uma versão curiosa sobre esses irmãos:

“Sobre os Irmãos Fonseca corriam as coisas mais fantasiosas, reveladoras da sua espetacular fortuna: um deles, dizia-se, comia em baixelas de prata renascentista, bebia em taças de ouro e fazia-se conduzir em caleches reais; outro, instalara-se com pompa e circunstância, no Palácio Palmela, ao Calhariz, tendo, pouco depois, comprado, em Sintra, a Quinta do Relógio, além do Palácio da Mitra, à Junqueira, tudo edifícios sumptuosíssimos.”

Antes de adentrarmos nas questões diretas a António Pinto da Fonseca e Joaquim Pinto da Fonseca, seria talvez interessante abordarmos a vida de seu irmão Manoel Pinto da Fonseca, este foi um importante traficante de escravos do século XIX, que tinha no comércio ilegal de escravos de África para o Brasil a sua principal atividade, é possível dizer que este era um dos maiores traficantes em termos de fortuna.

Este chegou ao Brasil em 1825, como funcionário caixeiro de um estabelecimento no Rio de Janeiro. A partir de 1835, assume os negócios de tal firma, a qual chegou como caixeiro, e começa a ter o seu nome ventilado nas páginas de anúncios relacionados aos

¹⁴⁷ MONICA, Capitalistas e Industriais (1870-1914), p. 824.

¹⁴⁸ *Ibid.*

gêneros de importação. A cargo de exemplo, Manoel Pinto da Fonseca importa duas cargas, no ano de 1836, com carregamentos, que somados, chegam a: 7.798 arrobas de carne, 422 de sebo, 5.098 de couros, e 4.650 aspás, números que impressionam para a época.¹⁴⁹ Esse negócio vai ser o grande propulsor da atividade econômica, não só de Manoel Pinto da Fonseca, mas também de António Pinto da Fonseca e Joaquim Pinto da Fonseca, irmãos mais novos, que posteriormente vão fundar a casa bancária Fonseca, Santos & Viana, estes vão entrar como sócio na firma do irmão.¹⁵⁰

O que se sucede a partir daí é a crescente participação de Manoel Pinto da Fonseca na importação, já ilegal, de escravizados tendo sua fortuna sido feita a partir desse negócio. Descrever a atividade do irmão dos fundadores da casa bancária é importante para entendermos a origem do dinheiro que vai ser empregado a essa instituição.

Para além do que já foi apresentado, é preciso acrescentar a participação direta de Joaquim Pinto da Fonseca no tráfico de escravizados e nos negócios da firma do irmão. É possível encontrarmos três viagens lideradas por ele, a primeira data de 1840, uma viagem que sai de Luanda, com destino a Pernambuco no Brasil, uma embarcação com cerca de 300 escravos.¹⁵¹ Além dessa, encontramos mais duas viagens feitas por Joaquim Pinto da Fonseca, as duas em 1850, dez anos depois da primeira.

Uma embarcação, chamada Rival, com 620 escravizados desembarcados, saindo de *Congo River* com desembarques em Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina¹⁵²; e a outra, chamada Velha de Deus¹⁵³, com 480 escravizados desembarcados, tendo mesma origem e o mesmo destino que a primeira. Um detalhe é que essa embarcação tem datas de desembarque com apenas um mês de diferença. João Marcos Mesquita¹⁵⁴, sugere que Joaquim Pinto da Fonseca seria o responsável pelos negócios estabelecidos dentro do império brasileiro pela firma dos irmãos Fonseca, isso porque a primeira viagem é a única

¹⁴⁹ Biblioteca Nacional do Brasil, *Jornal do Commercio*, Movimento do Porto. n. 86, 21 de Abril de 1836

¹⁵⁰ MESQUITA, João Marcos, *Os Negócios do Tráfico: O comércio ilegal de escravizados através do negociante Manoel Pinto da Fonseca (1837 - 1851)*, in: **História & Parcerias**, Rio de Janeiro: Anpuh, 2018.

¹⁵¹ Eltis, David et al. *The Trans-Atlantic Slave Trade Data Voyages*. Viagem n. 2054. <http://www.slavevoyages.org/voyage/2054/variables>

¹⁵² Eltis, David et al. *Op. Cit.*, Viagem n. 4627. <http://www.slavevoyages.org/voyage/4627/variables>

¹⁵³ Eltis, David et al. *Op. Cit.*, Viagem n. 4628. <http://www.slavevoyages.org/voyage/4628/variables>

¹⁵⁴ MESQUITA, *Os Negócios do Tráfico: O comércio ilegal de escravizados através do negociante Manoel Pinto da Fonseca (1837 - 1851)*.

que tem destino de desembarque o sudeste brasileiro. É importante ressaltar que o referido autor não faz referência as outras duas viagens realizadas por Joaquim Pinto da Fonseca.

Dois pontos da trajetória de Manuel Pinto da Fonseca precisam ser sublinhados antes de partirmos de fato para a análise da casa bancária na qual os seus irmãos são sócios: o primeiro é a estrutura financeira que era preciso para se realizar uma operação como a do tráfico de escravos – principalmente sendo esse ilegal. Era necessária uma estrutura financeira com *joint stocks*, que minimizavam os riscos.¹⁵⁵ Em segundo, é sabido que em 1852, Manuel Pinto da Fonseca junto com José Bernardino de Sá e Thomaz da Costa Ramos, sofrem a mais grave penalidade, o desterro,¹⁵⁶ são obrigados a retornar para o Brasil, Manoel Pinto da Fonseca morre em 1853 e deixa a fortuna para seus irmãos.

Não se encontram os nomes do irmão nessa penalidade, mas sabemos que nos anos seguintes, os mesmos voltam para Portugal, já que coincide com a época de constituição da casa bancária, no início da década de 1860. Estes pontos nos levam a pensar, junto com as fontes que recolhemos e que nos indicam, que a casa bancária foi feita a partir da fortuna acumulada com o negócio do tráfico de escravizados, no atlântico, com base no Brasil. Além disso, em diversas situações o nome de Joaquim Pinto da Fonseca é vinculado ao de Joaquim José de Souza Breves, que tinha a alcunha de “Rei do Café”, o que aponta a possibilidade dos negócios da família, no Brasil, não estarem ligados apenas ao tráfico ilegal de escravizados¹⁵⁷.

Antônio Pinto da Fonseca, nasceu em 04 de maio de 1814, assim como os irmãos, também foi para o Brasil e esteve aí ajudando nos negócios da família, apesar do nome de Antônio Pinto da Fonseca não constar em nenhuma viagem realizada para o tráfico de escravizados, é possível encontra-lo em alguns artigos de jornais, no Rio de Janeiro e na Freguesia de Passa-três, sempre com o nome vinculado aos irmãos.¹⁵⁸ Antônio Pinto da Fonseca, além de sócio, é genro de Francisco Izidoro Viana, que como já retratamos é casado com D. Capitolina da Silveira Viana, filha de José Nunes da Silveira um dos

¹⁵⁵ Ibid.

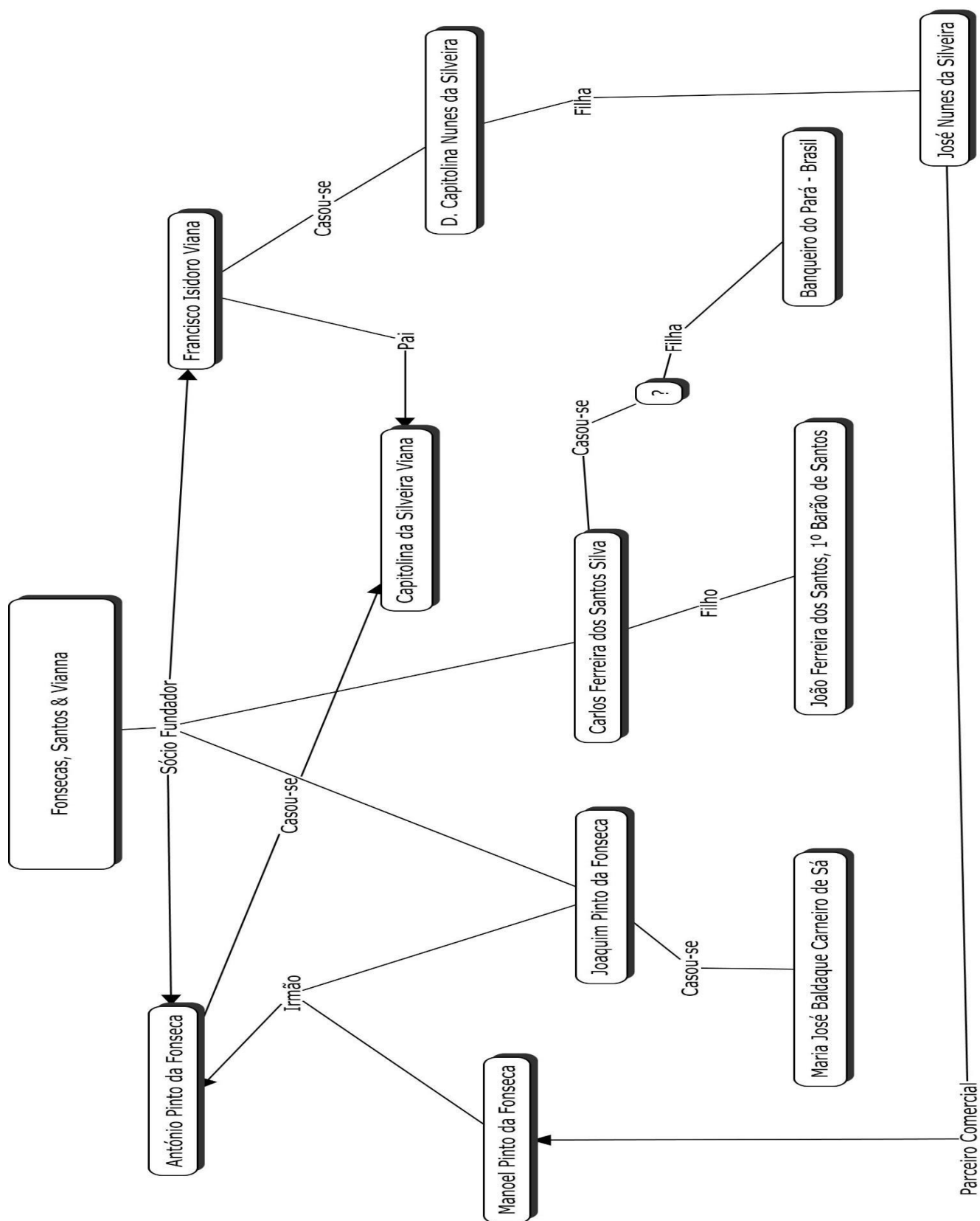
¹⁵⁶ PEREIRA, Walter Luiz, De todos os santos a Lúcifer: Uma história do tráfico e de traficantes depois do fim do tráfico, in: , [s.l.: s.n.], 2009.

¹⁵⁷ Biblioteca Nacional do Brasil. Jornal do Commercio. Publicação a Pedido. Edição 00260, 01 de outubro de 1844. P. 2

¹⁵⁸ Biblioteca Nacional do Brasil. Diário do Rio de Janeiro. Edição 00282, 16 de dezembro de 1843. P. 4

maiores comerciantes de Lisboa e também traficantes de escravos, parceiro de negócios de Manoel Pinto da Fonseca.

Imagem 1 – Mapa conceitual da casa bancária Fonsecas, Santos & Viana



A partir da apresentação dos sócios, vamos agora analisar o que dizia o estatuto que funda a sociedade da casa bancária. O primeiro artigo define as funções da firma: “Que esta sociedade cuja a sede é em Lisboa, tem por fim as transações comerciais compreendidas nas classes de bancos, fundos, comissões e contas próprias”, logo em seguida é estipulado o fundo social da firma, uma fortuna de 200:000\$000 réis, a sociedade é dividida igualmente, de modo que, cada sócio entra com 50:000\$000 réis. Porém, alguém disso é possível pontuar algumas coisas mais em relação a essa casa bancária e ao que pontua a sua escritura.

Principalmente em relação as possibilidades de encerramento da casa bancária, por exemplo: Em caso de falecimento de algum dos sócios, os filhos – herdeiros – continuariam com a sociedade, caso um deles não queira a parte de tal sócio é liquidada; os sócios ou herdeiros, que se retirarem da sociedade receberão o pagamento os efetivos, que se liquidar pertence-lhes, a uma letra ao prazo de seis meses e irão recebendo a sua parte nas transações pendentes á medida que se forem liquidando não podendo exigir a sua liquidação forçada, nem impedir a reforma dessas transações, que for necessária para evitar prejuízos.

Já em relação aos lucros, a casa parecia ter uma estrutura bastante segura, no sentido dos modos de retirada desse lucro. Por exemplo: “Que dos lucros líquidos se tirarão no fim de cada ano dez por cento, que serão levados a uma conta particular, digo, conta especial de fundo de reserva, que só se liquidará juntamente com a conta de capital, pela retirada de qualquer sócio”. Como vemos, era uma forma segura de retirada dos lucros, de forma que não deixasse o capital da casa bancária desamparado.

Duas coisas precisam ser reforçadas aqui, a primeira é a ligação entre as famílias, algo muito comum, desde o antigo regime, e que se torna fulcral para o desenvolvimento da casa bancária. Uma análise da árvore genealógica dos membros fundadores da FONSECAS, SANTOS & VIANA, por si só, já explicaria a dimensão dessa instituição, é uma ligação familiar que ligava comerciantes com negócios bem estruturados e familiares abastados.

Isso vai de encontro com o que fala Cassis em torno da aglutinação familiar para constituição de instituições financeiras na Inglaterra, em vários trabalhos o autor indica a importância da ligação matrimonial na construção de *private banks*, nesse trecho por

exemplo é possível observarmos essa constatação, no caso inglês mas que se encaixa bastante com o caso do Fonsecas, Santos & Viana:

“Marriages contracted by the members of the banking community are another fundamental indication of social status. They also give a measure of the density of the networks both within the banking community (or rather linking some of the families which composed it) and outside this community through the links established with the other components of the English élites. This is relevant to the wider question of the evaluation of the “social assets” held by bankers, essential to understanding their place in English society, the influence of their most prominent members, and their strength as a group”.¹⁵⁹

Os casamentos, portanto, assim como na Inglaterra, constituem-se de forma quase natural entre banqueiros, homens de negócio e aristocratas, e o microcosmo das casas bancárias de Lisboa não foge dessa regra. É uma forma dos negócios economicamente viáveis, como no caso dessa casa bancária específica, a formação e seus fundadores explicam o sucesso que ela teve, como veremos, ela passou sem muitos problemas pela crise de 1876, tendo inclusive aumentado seus negócios no período.

Passando para a análise da atuação da Fonsecas, Santos & Viana, Segundo Mónica: “A casa bancária Fonsecas, Santos & Viana manteria sempre relações íntimas com o Tesouro, através não só do contrato do Tabaco, mas também dos empréstimos que foi fazendo ao Estado”¹⁶⁰. Sobre essa questão do tabaco acabaremos sempre voltando a este tema para que possamos entender a influência que o contratante do tabaco tem na economia portuguesa, como sabemos, o orçamento proveniente da receita dos tabacos chegava a ser 1/8 do orçamento do Estado¹⁶¹. De fato, estamos falando de uma receita segura, já que o tabaco era um vício bastante popular, com um volume de dinheiro altíssimo e que gerava grande interesse de capitalistas e dos negociantes mais avultados: “Como José Estêvão lembrava, rara era a grande fortuna que no país se tem feito que não tivesse tido parte no Contrato do Tabaco”¹⁶²

Ousaria dizer que o sucesso das casas bancárias que iremos apresentar aqui, ou pelo menos a perpetuação que existe até o século XX, está intimamente ligado com a estreita relação que elas tinham com o contrato. Por exemplo, a Fonseca, Santos & Viana

¹⁵⁹ CASSIS, Bankers in English Society in the Late Nineteenth Century, p. 217.

¹⁶⁰ MONICA, Capitalistas e Industriais (1870-1914), p. 283.

¹⁶¹ MONICA, Negócios e política: os tabacos (1800-1890), p. 461–462.

¹⁶² *Ibid.*, p. 462.

e Henry Burnay & C vão tomar a frente da direção do contrato do tabaco, além de participar desde sempre do que Maria Filomena Mónica vai chamar de *lobby* do tabaco.¹⁶³

Como vimos não é só a Fonseca, Santos & Viana que tem relação com este contrato, mas também a casa bancária Henry Burnay & C vai estabelecer uma ligação bastante íntima com esse negócio. Ampliaremos um pouco mais a influência que essas casas bancárias têm sobre diversos negócios, na segunda metade do século, atuam como um polvo, colocando seus tentáculos aonde lhes é possível.

Voltando para uma análise mais exclusiva da Fonseca, Santos & Viana, como já dito, sabemos que suas atividades eram variadas, além de exercer atividade comercial, compravam e vendiam fundos públicos nacionais e estrangeiros, além de ações de bancos e companhias, como por exemplo a Fonsecas, Santos & Viana era uma das principais accionistas da Companhia Geral do Crédito Predial Português, chegando a ter mais de 415 acções aplicadas nessa Companhia, uma das mais sólidas do país. Aliás, as casas bancárias chegam a ter 21% de participação em ações nessa Companhia, somam-se ainda a Fonsecas, Santos & Viana, a Jose Gonçalves Franco & Filhos e a Fortunato Chamiço Junior, uma com 173 ações e a outra com 100 ações, respectivamente¹⁶⁴. Além disso, tomavam e sacavam letras sobre todas as praças estrangeiras e do reino, recebiam géneros e fundos públicos a consignação e recebiam depósitos em conta corrente a juro convencional, a vista ou a prazo. Essa lista extensa de funções, acaba por definir de forma ampla as funções que eram exercidas pelas casas bancárias e de comissão.

A compra e venda de fundos públicos nacionais e estrangeiros é uma das poucas fontes que conseguimos resgatar na análise das casas bancárias, apesar de não ser assim, extremamente clara na sua descrição. O que temos é o “registro de entrada de correspondência recebida de diversas entidades e particulares” á Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública¹⁶⁵, que contém diversas informações sobre as atividades económicas de diversas entidades, incluindo algumas casas bancárias, como a Fonsecas, Santos & Vianna, com uma informação serial, ou seja, informação que vai desde 1861 – ano de fundação dessa casa bancária – até a década de

¹⁶³ MONICA, Negócios e política: os tabacos (1800-1890).

¹⁶⁴ Balanço Económico do Crédito Predial Português, 1876

¹⁶⁵ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682

1890, perpassando as datas que nos interessam nessa pesquisa. É preciso abrir um parêntese nesse ponto, pelo fato de termos acesso apenas ao registro de entrada, ou seja, ao registro de chegada da correspondência, que contém alguma descrição da operação, de forma simplificada. O ideal aqui, seria que pudéssemos ter acesso total a correspondência, já que, provavelmente, teríamos um detalhamento maior dessas informações.

O tipo de informação que obtemos através da “Registro de Entradas” não são informações fáceis de serem lidas à primeira vista, principalmente porque contém ali termos de aspecto econômico e financeiro que são difíceis de serem reconhecidos por quem não tenha contato com alguma literatura econômica. Dito isso, esse material tem que ser tratado de forma cuidadosa e assim será feito. O Registro de Entradas era a acusação de receção de correspondências, continha a data, informação genérica da correspondência e a quem ela era destinada. Aqui é possível “desenhar” um esqueleto das atividades dessa casa bancária, desde a sua atuação nos anos iniciais, até a atuação que a casa bancária teve durante a crise de 1876. Numa análise de pouco menos de 20 anos, encontramos quase 100 registros, porém com um *gap* na documentação de 3 anos, entre 1872 e 1875, não podendo assim termos um retrato completo dessa organização nesse tipo de negociação.

Passaremos agora a descrição de algumas dessas atividades, como dito, já em 1861 temos número interessante de negociações realizadas pela casa bancárias, atuando na compra de fundos da dívida externa e de fundos nacionais, além de atuações sobre o tesouro, do qual a casa bancária tinha ligações íntimas. Estamos falando de quantias consideráveis para a época: compra de 100:000 libras nominais de fundos portugueses; proposta para tomar ao Ministério da Fazenda letras sobre a Alfândega do Porto na importância de 60:000\$000; proposta para darem ao Tesouro 25:000 Libras em letras sobre a Inglaterra com inscrições a 40% em seu poder a juros de 6 ½ ; Proposta para compra de 400:000\$000 de inscrições e assentamentos a 47 ½ com letras sobre o tesouro no total de 189:000\$000. Valores que remontam a uma casa bancária em início de atividade.

Para o ano de 1862: proposta de compra de 100:000 libras nominal de bonds da dívida externa a 45 ¼ e comissão de ½%; proposta de compra de 100:000 libras nominal de bonds da dívida externa; proposta de compra de 100:000 libras a 45 ¼ e ½% de comissão; Proposta para tomar ao Tesouro 900:000\$000 em Letras sobre a Alfândega do

Porto; Proposta para pagar em Lisboa e não em Londres 500:000 Libras do novo fundo de 5:000:000 Libras com as condições que estabeleceu. Destaque para a proposta sobre a Alfândega do Porto, que chega a uma cifra bastante alta para a época

Nos anos seguintes, essas operações se multiplicam chegando a mais de 20 operações em apenas quatro anos. É preciso destacar algumas operações nesse período, no ano de 1866, por exemplo, a casa bancária chega ao número de 11 operações e é o maior número de operações para o mesmo ano da série que temos disponível. Destaque para duas operações, a primeira é o deferimento de uma subscrição de empréstimo de 6.500:000\$000, em junho de 1866 e a segunda é a proposta para um empréstimo de 100:000 libras feito por Baring Brothers, lendária casa bancária Inglesa que teve participação ativa nos movimentos financeiros, operação realizada em outubro. As operações de intermédio dos negócios do Baring Brothers. Os negócios com Baring Brothers continuam em 1867, com a seguinte descrição: “proposta e condições pelo novo suplemento de 40:000\$000 feito pelo Baring Brother mediante a sua interação”, neste ano são feitas sete operações.

Temos, como já dito, alguns anos em que os arquivos não estavam disponíveis, entre 1868 e 1871, voltando apenas em 1872, o que indica que as operações são mais numerosas

Tabela 4: Operações com letras em Londres		
Data	Operação	Valor
15/07/1872	Letra contra/escrito do tesouro a 6 meses	2:587\$160 Réis
17/07/1872	Ofereceu uma letra nas mesmas condições	400:000 Libras
16/08/1872	Recebeu letras sobre o Porto	4:711\$140 Réis
13/07/1872	Recebeu letras sobre o Porto	10:000 Libras

22/08/1872	Recebeu letras sobre o Porto	2:797 Libras
23/08/1872	Recebeu letras sobre o Porto	1:592\$120 Libras
14/09/1872	Recebeu letras sobre o Porto	6:000\$000 Libras
16/09/1872	Recebeu letras sobre o Porto	6:000\$000 Réis
30/09/1872	Recebeu letras sobre o Porto	17:200\$000 Libras

Para além disso, no ano de 1873, temos apenas 4 operações, porém, em 1874, a casa bancária tem um total de 7 operações. Em 1875, realizam apenas 4 operações. Já em 1876, ano da importante crise econômica, constam apenas 3 operações; a primeira “deu ½ % de comissão sobre suplementos de 500:000 e 400:000 Libras por sua intervenção contratados em Londres, com Baring Brothers, e Steve Brothers em Agosto”; a segunda “Vendeu ao Tesouro 100.000 Libras sobre a Agência a 90 % a 53 1/2 contra outras sobre o Lorient Generale de Paris, em Londres a 53, e 1% de comissão”; e a última é apenas uma notificação “Para documentar a petição supra apresentam copia, por certidão, dos telegramas que concederam para Londres em 18 de Agosto”. Essas negociações em 1876, podem indicar uma ajuda na recuperação da economia, já que sabemos que os empréstimos realizados sobre Londres com o objetivo de reagir a crise, tiveram a ajuda de facilitadores – Henry Burnay foi um deles.¹⁶⁶

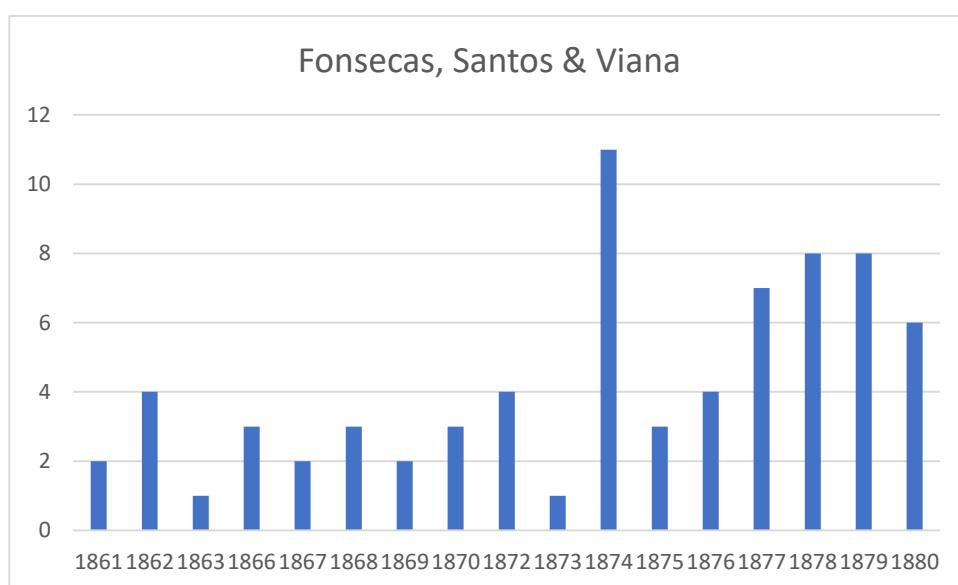
Após 1876 as operações continuam, em 1878 chegam a realizar mais de quinze atividades financeiras. Dentre essas operações, destacam-se as feitas com corporações estrangeiras que vão se destacar nesse período, são várias delas realizadas com Baring Brothers, Stern Brothers e Credit Lyonnais – essa última vai aparecer em alguns almanaques e jornais como casa bancária, porém apesar de termos alguns dados sobre

¹⁶⁶ Falaremos sobre isso mais a frente.

essa casa, não iremos abordar profundamente sobre ela. São quase doze operações com a Credit Lyonnais, de 1876 até 1879, um número bastante impressionante e mostra aí uma importante relação entre essas duas casas bancárias.

O que no aglomerado geral desses negócios é possível ver que o número de propostas se mantém e até aumentam após a crise de 1876 e que a década de 1870 é uma década de operações muito mais numerosas, do que a década de 1860, sendo o auge desse movimento em 1874 atingindo mais de uma dezena de operações, que vão cair e retornar a subir mantendo-se em padrão elevado até a década de 1880.

Gráfico IV – Número agregado de propostas relacionados a fundos do tesouro.¹⁶⁷



Para além dessa fonte, temos também o tribunal do comércio, no qual temos diversos processos em que Fonseca, Santos & Viana, ou participam como arguidos, réus ou autores nesses processos. Encontramos seis processos relacionados a essa casa bancária, três relacionados a apelação, dois de traslado e um de protesto de letra. Um dos processos é a representação da Companhia Nacional de Tabacos, em Xábregas, participando como autores nesse processo, na qual um dos sócios da casa bancária é também sócio dessa companhia.

Além desse, em relação as participações em conjunto de processos, a casa bancária participa de outro processo como réu junto com Fernando Emidio da Silva, José Cinatti, Achilles Rambois e os curadores fiscais da massa falida de Tomas Maria Bessone – sendo

¹⁶⁷ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682

Tomas Antonio Barbosa Leitão e Domingos Antonio de Abreu os curadores fiscais, em um processo no qual os autores são Banco de Portugal e Teresa Messier de Claye Bessone. Esse é um processo grande, no qual no livro constam mais de cem páginas de processo.

Tomas Maria Bessone nasceu em Lisboa, a 11 de agosto de 1815, filho de um a negociante da Praça do Comércio de Lisboa, Romão Maria Bessone e Gertrudes Maria Bessone, casado com Maria do Carmo Faria, que também é filha de um negociante da mesma praça, Sebastião Antonio Faria e de Joaquina Helena Schiappa. Thomas Maria Bessone, assim como geralmente acontecia, vai continuar os negócios da família, aliando-se também a vida política, na qual geralmente os comerciantes também realizavam como forma de garantir os seus interesses. É dessa maneira, que ele vai se aliar a luta cabralista e as ideias liberais. Como podemos perceber o nome de Tomas Maria Bessone, vai circundar o meio comercial e político entre as décadas de 1840 e 1870. Além disso, vai sempre ter uma ligação importantíssima com o Banco de Portugal, realizando negócios sem a necessidade ou exigência das formalidades legais.¹⁶⁸ E é por isso que o Banco de Portugal se encontra presente no processo de dissolução da sua firma.

Temos que ressaltar que se trata de um processo bastante grande, somando-se todas as peças processuais chegamos a quase 400 páginas, e que vai perdurar por algum tempo, sendo algumas partes do processo datadas de 1867, ou seja, quatro anos depois que o processo se instaura no Tribunal do Comércio. Temos, portanto, um processo que envolve diversas partes e por isso a demora em ser realizado.

O Banco de Portugal tem como título da massa falida de Thomaz Maria Bessone cerca de 234:314\$255 réis, que segundo consta no processo estão divididos em 11 letras, nos quais foram três partes aceitas pelo falido. Já a casa bancária Fonsecas, Santos & Viana, no final do processo, tem para receber um título de 4:500\$000

Além do processo referido, existem mais alguns processos que são de nosso interesse, já que acabam por caracterizar a forma de atuação da casa bancária. Por exemplo, um desses processos trata de uma letra de câmbio, contratada por Joaquim José Marques Guimarães, que não foi paga por causa de um embargo realizado. Acontece,

¹⁶⁸ COSTA, Fernando Marques da, Aspectos da vida de um burguês (1870-1915, **Análise Social**, v. XVI, n. 61-62, p. 157-171, 1980, p. 165.

como vemos abaixo que a firma na qual foi solicitada letra, acabou por falir, deixando em maus lençóis o seu representante:

“afim de ser intimado Joaquim José Marques Guimarães, Negociante desta cidade de Lisboa, na qualidade de Aceitante de uma Letra de cambio de réis um conto cento vinte e dois mil quatro centos vinte e três, de que o suplicante é sacador, que fora por ele endossada a firma comercial da supradicta Cidade do Recife, Amorim Frágoso Santos tal companhia, hoje declarada falhida para que não pague a ninguém sob ordem do dicto juízo comercial, para se proceder contra ele como desobediente dos mandados da justiça, e de ficar obrigado a pagar segunda vez por seus próprios bens a supra mencionada importância, caso em contravenção á referida intimação a entregue a alguém, e cito ainda mesmo quando da entrega seja feita por ordem de algum juízo, uma vez que para isso não proceda mandado deste juízo em observancia ou cumprimento d’alguma outra vogatória do dicto juízo, donde ... cita, cujo cumprimento se pede agora. Assim, pede a nossa excelência se sirva pôr o seu comprovante na referida vogatoria, mandar por seu mandado para se fazer a dita inteiração nos termos, que ficam indicados”¹⁶⁹

Os advogados representantes da Fonseca, Santos & Viana remetem então ao Código Comercial de 1833, o artigo 340¹⁷⁰, ainda vigente, para rechaçar quaisquer que sejam esses embargos realizados ao pagamento da dita letra. O que acontece, a partir daí, é que o réu diz ter montante suficiente para honrar tal pagamento, porém não se vê no direito de o fazê-lo, já que se encontra aí um embargo judicial anterior, que se diz tratar da falência da referida firma. O réu é obrigado, portanto, a pagar duas vezes a referida quantia de R 1:122\$423, mais os juros, e acaba protestando por achar injusto essa condenação. O juiz não atende aos recursos realizados pelo réu, dando assim razão para a casa bancária Fonseca, Santos & Viana e obrigando Joaquim José Guimarães a pagar cerca de 4:020\$000 réis a casa bancária. Um detalhe interessante é que o réu ainda vai recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça, encerrando assim a participação do Tribunal do Comércio nesse caso específico.

Aqui temos alguns pontos interessantes para ressaltar, o principal deles é a atuação da casa bancária também como casa de câmbio, fazendo sacar letras em outras praças.

¹⁶⁹ Trecho retirado do processo do Tribunal do Comércio. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Comércio. MÇ 8, N 13, CX 285

¹⁷⁰ “O aceitante de uma letra de câmbio contrahe pelo aceite a obrigação de pagar o montante d’ella: e não pode annullar, retractar ou riscar a sua assignatura e aceite, uma vez escripto; nem pode impedir por embargo algum a circulação d’ella. O aceitante não é restituído contra o seu aceite, ainda que o sacador lhe não tivesse apromptado os fundos, ou falisse antes do aceite sem elle o saber, salvo se o portador empregou meios fraudulentos para obter o aceite.” Código Comercial Português de 1833, artigo 340.

Isso era um tipo de atividade necessária a qualquer praça com a importância de Lisboa, é importante notar, que vários negócios dessa praça tinham ligações do outro lado do atlântico, neste caso específico com Recife, mas é plausível que encontremos casas comerciais com ligações por todo o território do Brasil, mas também com negócios ligados a África e aos Estados Unidos.

3.3 Impacto da Crise de 1876

A análise do impacto da crise de 1876 na economia portuguesa, como já retratamos anteriormente, carece de análise em alguns pontos específicos. As casas bancárias que analisamos em Lisboa tem uma peculiaridade em períodos de crise, elas não saem prejudicadas, ou sentem um impacto negativo, ao contrário do que acontece na região do Porto, é claro que precisamos levar em consideração o caráter regional dessa crise.

As casas bancárias que escolhemos tem uma função importante durante a crise de 1876, elas vão auxiliar o Governo e a economia do país, realizando empréstimos, ou intervindo auxílio junto das firmas estrangeiras. Demonstraremos aqui de que forma ocorreu esse auxílio e porque essas casas bancárias não sentiram os impactos da crise que abalou a economia portuguesa.

A casa bancária Henry Burnay & C^a só é formada em 1875¹⁷¹, mas já é, nesse período, uma casa bancária bem estruturada, graças aos negócios estabelecidos pelo seu sócio fundador, que já estava estabelecido como capitalista, desde a década passada. Essa casa bancária precisa ser citada quando se aborda a história dessa crise, não porque foi uma das mais prejudicadas, ou porque entrou em bancarrota com o impacto da crise, mas porque foi protagonista no processo de recuperação do país. Henry Burnay foi firme na ajuda ao Banco de Portugal para resgatar as instituições bancárias, e usou de toda a sua influência para conseguir empréstimos de instituições estrangeiras. É importante citar a participação dessa casa bancária nas duas crises econômicas do país no século XIX, já

¹⁷¹ Apesar da criação só acontecer em 1875, a casa bancária inicia suas atividades em 1874, como demonstramos anteriormente.

que Burnay também vai realizar empréstimos ao governo na crise da década de 1890, como já falamos anteriormente.

Felizmente, esse é um dos pontos que temos informação detalhada. No Arquivo Burnay¹⁷², a casa bancária, em informação institucional, descreve de forma honrosa a ajuda exercida por Burnay. Esses documentos são valiosos, por tratarem de aspectos específicos, como das reuniões que se realizaram entre os bancos e o governo, e também das ações que foram tomadas por cada um.

O primeiro ponto é que nessa descrição, são estabelecidos os culpados da crise bancária: “*As abundâncias de capitais transferidos do Brasil pelo favor dos câmbios nos anos que precederam o de 1876 provocaram a criação de numerosos bancos, empresas e indústrias, em Lisboa e principalmente no Porto*” (sic). O “crac” da bolsa é responsabilidade, segundo a casa bancária, da cessação de remessas que vinham do Brasil e da criação de diversos bancos criados para atender essa demanda, o que de fato é o que a bibliografia nos refere.¹⁷³

Com uma grande saída de dinheiro para o auxílio na troca de notas e reserva metálica que acontecia em 16 e 17 de agosto, o Banco de Portugal já não tinha sobras para atender a demanda existente, dessa forma o governo, através de Fontes, tenta auxiliar para conter o pânico, porém a corrida ao Banco faz com que se esgotasse a reserva metálica existente. Dessa forma, o governo vai recorrer a Henry Burnay, para que pudesse recuperar a confiança da população e obter as reservas suficientes para o resgate do Banco de Portugal e da economia portuguesa.

A primeira atitude tomada por Burnay, foi reunir um número grande de bancos, banqueiros, corretores e os principais negociantes de Lisboa para que fizessem um abaixo assinado, que pudesse demonstrar a população que situação da praça de Lisboa estava controlada, e que não havia motivo para pânico. Isso era preciso ser feito, já que domingo era o dia que os lavradores e pessoas menos abastadas dos arredores de Lisboa, vinham a cidade para realizar as suas compras e os negociantes tinham medo de que esse grupo se somasse ao pânico que já estava sendo criado. Dessa maneira, 97 assinaturas¹⁷⁴ foram

¹⁷² ANTT. Arquivo Burnay, Atividade Empresarial, Participações financeiras, caixa 24.

¹⁷³ SOUSA; MARQUES; SERRÃO (Orgs.), **Nova história de Portugal. Vol. 10**; HALPERN, **A Crise Económica de 1876: Um ensaio de interpretação**.

¹⁷⁴ As assinaturas encontram-se no Anexo.

recolhidas em uma negociação difícil. Para que todas elas fossem recolhidas foi preciso intensa negociação entre os agentes envolvidos.

A casa bancária Henry Burnay & C^a também realizou auxílio econômico para a recuperação econômica, e o fez em parceria com o Banco Lisboa & Açores. As duas instituições, recém-criadas, se juntaram para amenizar a crise que abalava a praça, é então que resolvem, no dia 23 de agosto de 1876, na Casa Havaneza, um estabelecimento de Henry Burnay, trocarem notas com o seguinte anúncio: *“trocam-se notas de 20\$000 reis do Banco de Portugal, por ouro e prata, sem abatimento. Só é, porém, admissível a troca de uma nota de 20\$000 reis a cada portador, porque isto só tem por fim facilitar no dia de hoje as pequenas transações domésticas”*, era uma forma do Banco de Portugal conseguir atenuar a situação, já que não tinha mais reserva metálica, pedindo socorro a duas instituições novas. É importante citar, que a Casa Havaneza era um estabelecimento reconhecido popularmente, em uma região privilegiada da cidade, na praça do Loreto¹⁷⁵ e, por isso, também a escolha desse estabelecimento para realizar o resgate das notas.

Essa ação foi bastante importante para atenuar a crise na cidade de Lisboa, Henry Burnay descreve a ação ocorrida em seu estabelecimento:

“A troca das notas começou as 10 horas da manhã fazendo grande concorrência até o meio dia pois por medo tal que as 3 horas já não aparecia ninguém pra trocar notas. Este feito justifica o procedimento adotado pelas principais casas de comercio da praça de Lisboa com ... o injusto pânico que no país se desenvolveu a respeito destes títulos fiduciários. Aproveita por relatar esta ocasião para declarar que o Banco de Lisboa & Açores abriu hoje a sua caixa, pondo á minha disposição todo o dinheiro preciso para a troca das notas. Henry Burnay”¹⁷⁶

Henry Burnay, através do seu estabelecimento e da sua trajetória, já era bastante respeitado e reconhecido pela população em geral.¹⁷⁷ Essa ação, realizada por Burnay, foi bastante reconhecida pelo governo e pela população em geral, e é por isso que no dia 13

¹⁷⁵ Atual praça Luis de Camões.

¹⁷⁶ ANTT. Arquivo Burnay, Atividade Empresarial, Participações financeiras, caixa 24.

¹⁷⁷ “O que mais contribuiu para convencer o público da sinceridade do anúncio que o convidou a trocaras notas seu ágio, foi ver que o Banco Lisboa & Açores não hesitou em por a disposição do Senhor Burnay, avultadas somas metálicas, apesar da escassez que delas havia, e só pela confiança que lhe inspirava a excelente resolução d’aqule senhor”. ANTT. Arquivo Burnay, Atividade Empresarial, Participações financeiras, caixa 24

de setembro, o governo envia um ofício agradecendo as atitudes tomadas pela casa bancária em razão da “crise monetária”.¹⁷⁸

Já em relação a casa bancária Fonseca, Santos & Viana temos algumas informações que indicam o auxílio financeiro prestado por essa casa bancária através do auxílio e intervenção de instituições estrangeiras. Essa casa bancária, assim como Henry Burnay & C, vai estabelecer proximidade com instituições estrangeiras e realizar diversos empréstimos ao estado, que acabam por resgatar a credibilidade do governo durante a crise e também faz com que eles consigam retirar lucros dessas operações.

Como também já demonstramos, existia uma proximidade bastante reconhecida entre essas duas casas bancárias, não só na ocasião da crise de 1876, mas também em outros negócios como no contrato do tabaco, essas duas casas bancárias vão operar juntas em busca do lucro e da confiança perante o mercado e a sociedade como um todo.

As casas estrangeiras se colocam em posição de destaque nos negócios realizados por essas casas bancárias, podemos dizer que uma das bases para a construção da fortuna das casas bancárias portuguesas é a boa relação que essas tinham com capital estrangeiro. Primeiro porque isso permite acesso a um capital que não existia em Portugal, segundo porque o intermédio desses negócios permitia, além do lucro, uma confiança política e uma boa relação com o governo, que era importante para o estabelecimento de novos negócios, criando assim um ciclo.

Em relação ao auxílio dado pelo governo, temos registros das correspondências relacionadas ao intermédio realizado pela Fonseca, Santos & Viana. No dia 31/08/1876 chega a correspondência que declara a relação com duas casas bancárias Inglesas muito importantes. *“Deu 1/2 % de comissão sobre os suplementos de 500.000 e 400.000 Libras por sua intervenção contratados em Londres, com Baring Brothers, e Steve Brothers em Agosto.”*¹⁷⁹

O Baring Brothers & C^a ¹⁸⁰ é uma casa bancária londrã, que tem a sua origem ainda no século XIX e perpetuou até o final do século XX. É uma casa bancária que tem alargada participação na economia portuguesa, principalmente em relação a empréstimos

¹⁷⁸ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682

¹⁷⁹ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682– 31/08/1876

¹⁸⁰ MATA, Institutions and Business. Henry Burnay, a case study, p. 4544.

cedidos ao governo português em uma parceria antiga, datada ainda de 1801¹⁸¹. Era uma relação baseada na dependência de investimento estrangeiro por parte da economia portuguesa, isso é possível ser visto em grande parte das empreitadas que o Portugal realizou na segunda metade do século XIX, vide os caminhos de ferro.¹⁸²

Como as casas bancárias intermediavam esses negócios? Esse tipo de movimento financeiro é possível ser observado quando olhamos novamente para o Registro de Entradas. Por exemplo, no dia 23 de agosto de 1876, diversas correspondências são registradas e podemos dizer que todas com referência, direta ou indireta, a crise que o país estava passando naquele momento. Algumas dessas referem ao empréstimo realizado pela casa bancária Baring Brothers: “*Confirma que assinou contrato para suplemento ao governo de 500.000 Libras cujo produto trata-se remeter imediatamente para Lisboa*” e que tem como única função ajudar o Banco de Portugal e o governo a recuperar a economia, repondo as reservas metálicas.

Com os Steve Brothers, firma também inglesa, o negócio foi de 400.000 Libras e também serviu de auxílio ao governo. Essa casa bancária aparece ainda outras vezes, em 29 do mesmo mês realizam novo contrato com o Banco de Portugal para adiantamento de 200.000 Libras, empréstimo esse que foi realizado anteriormente em 24 do mesmo mês e que demonstra como a situação financeira era difícil.

As casas bancárias estrangeiras enviaram uma grande quantidade de dinheiro para a recuperação da economia, não só a Baring Brothers e a Steve Brothers, mas também a francesa Credyt Lyonnais, o London Counting Bank, o Alliance Bank, o Lorient General, dentre outras casas bancárias e instituições financeiras que enviaram remessas para o governo e o Banco de Portugal.

É importante citar a ajuda realizada também pela casa bancária José Gonçalves Franco Filhos & C^a, que tem uma correspondência registrada no dia 22 de agosto, com o seguinte anúncio: “*Forneceu 100.000 Libras de Letras sobre Londres a 53 1/2, contra letras do tesouro a 90 6/5, a 54 1/2*”¹⁸³.

¹⁸¹ “Managed the firm’s first bond issue for an overseas client, the Kingdom of Portugal”. <https://www.baringarchive.org.uk/history/timeline>

¹⁸² PINHEIRO, Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX.

¹⁸³ ANTT. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682– 22/08/1876

Ou seja, as casas bancárias Henry Burnay & C^a, Fonseca, Santos & Viana e a José Gonçalves Franco Filhos & C^a tiveram participação ativa, contribuindo para esse resgate. O que não significa dizer que nenhuma instituição bancária de Lisboa passou sem problemas pela crise, também houve a importação de ouro para a banca de Lisboa, mas em menor quantidade e, no geral, as instituições que tiveram problemas durante a crise tinham um comprometimento maior com os fundos espanhóis, ou com negócios que envolviam o comércio e a banca do Porto. Além disso, essas casas bancárias tiveram papel fundamental também durante a crise de 1890, por motivos já suficientemente explicados¹⁸⁴

Não temos registros de casas bancárias em crise nesse período na cidade de Lisboa, ao contrário do que acontece no Porto, em que as principais casas bancárias da cidade vão sucumbir levando ao início da crise, como já foi explorado por nós. O que acontece em Lisboa é exatamente ao contrário, além de não sofrerem com a crise, as casas bancárias vão ajudar no resgate do Banco de Portugal e da economia portuguesa.

Como vemos abaixo, em 1876 a cidade de Lisboa tem 9 casas bancárias, 6 casas de câmbio e 9 cambistas de fundo, nada muito diferente do que em 1881, no qual os 8 casas bancárias são encontradas, 10 casas de câmbio e 10 cambistas de fundo.

Tabela 5 - Relação de Casas Bancárias, Casas de Câmbio e Cambistas de Fundo em 1876¹⁸⁵

Casas Bancárias	Casas de Câmbio	Cambistas de Fundo
Fonsecas, Santos & Viana	José Francisco Bastos	Antonio Henrique Pirão
Fortunato Chamiço Junior	José Pinto Gomes	Antonio Maria Lopes & Filho

¹⁸⁴ MONICA, Negócios e política: os tabacos (1800-1890); MONICA, Capitalistas e Industriais (1870-1914); HALPERN, **A Crise Económica de 1876: Um ensaio de interpretação.**

¹⁸⁵ Biblioteca Nacional. Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o ano de 1865

José Gonçalves Franco & Filhos	Manuel José Bogarim	Augusto Carlos Alegro Neves
J. R. Blanco	Pedro José Pereira Campeão Junior	Baptista
Ricardo de Carvalho & C ^a		Jose Boaniz
Taveira Facco & C ^a		Pedro Augusto Martins da Silva
Warburg & Dotti		Salvador Supardo

Tabela 6 - Relação de Casas Bancárias, Casas de Câmbio e Cambistas de Fundo em 1881¹⁸⁶

Casas Bancárias	Casas de Câmbio	Cambistas de Fundo
Dotti & C ^a	Alfredo Alves Martins	Antonio Henriques Pirão
Fonsecas, Santos & Viana	Antonio Ignacio da Fonseca	Antonio Maria Lopes & Filho
Fortunato Chamiço Junior	Francisco Duarte Dias	Augusto Carlos Alegro Neves
João Ferreira da Silva Santos	João Candido da Silva	Baptista
José Gonçalves Franco Filhos	J F A Manaças	Ignacio Maria Bregante

¹⁸⁶ Biblioteca Nacional. Almanak Burocrático e Noticioso - 1881

Krus & C	Joaquim Pereira Rego	Izidro da Silva Motta
Moura Borges & C ^a	Manuel José Bogarim	José Bonniz
Ricardo Carvalho & C ^a	Pedro José Pereira Campeão & C ^a	Pedro Augusto Martins da Silva
	Tabacaria Maritima e Câmbio	Salvador Supardo
	V. S. Almada & C ^a	Simeão d'Oliveira

Olhando para as duas tabelas acima é possível perceber a pouquíssima alteração que se tem no número de instituições bancárias, e principalmente, de casas bancárias. É possível dizer que o escopo bancário da cidade de Lisboa não se altera praticamente, ou se altera de forma pouco perceptível, o que nos leva a indagar, como já fizemos há pouco, se a crise não atinge as casas bancárias por essas não estarem profundamente envolvidas com o “jogo da bolsa” espanhol, ou se as casas bancárias de Lisboa se mantinham em negócios mais sólidos, como é o caso dos contratos de tabaco, que como vimos está bastante entranhado com as casas bancárias de Lisboa. A diversificação dos negócios também parece ser uma resposta, essas casas bancárias atuavam em várias áreas, no caso de Henry Burnay, por exemplo, o banqueiro tinha uma dezena de negócios, o que certamente estabelece uma certa segurança.

4. A Crise do Souto no Rio de Janeiro em 1864

4.1 As Casas Bancárias na Crise do Souto

Por se tratar do tema das casas bancárias em um período de crise, vimos aqui uma possibilidade interessante de colocar lado a lado a análise desenvolvida em Lisboa e a do Rio de Janeiro. Apontando aqui as diversas semelhanças e diferenças que as casas bancárias em período de crise possam manifestar, levando em consideração todos os aspectos metodológicos que devem ser utilizados quando se trata de uma comparação histórica entre duas cidades diferentes. Além de diversos fatores econômicos relevantes – um banco nacional, atuando quase como um banco central nas duas cidades, situações semelhantes de formação de bolha – apontaremos também as diversas diferenças que se colocam entre os dois sistemas financeiros e as casas bancárias.

Para entendermos o que gerou esta crise é preciso retrocedemos até a década de 1850, para observarmos como as políticas econômicas, os fatores de externos de crise e as reações especulativas levaram a esta situação. A Casa A. J. Alves e Souto & co. era uma casa bastante popular no Império, principalmente se olharmos para os pequenos valores, que é onde está a grande maioria dos saldos da Casa.¹⁸⁷

Antes de mais nada, as casas bancárias eram parte de uma rede de instituições, no que tange ao sistema de crédito, no qual participam os diversos tipos de bancos e empresas. Sendo assim temos que levar em consideração a dimensão política sobre essa rede e como isso vai impactar o funcionamento das casas bancárias. Deixado claro que a política tinha muita influência na economia, é preciso avançar e ao mesmo tempo retroceder. A crise ocorrida em 1857, tem ligação com a que vai ocorrer na outra década, porque as ações políticas e regulamentadoras sobre os bancos vão transformar o cenário, que ora era de pluralidade, ora era de centralização econômica.

O Banco do Brasil, criado por Barão de Mauá em 1851, e o Banco Comercial, criado em 1838, tinham como objetivo ter o monopólio de emissão de notas bancárias e assim o fizeram, se tornando os principais emissores da praça mercantil do Rio de

¹⁸⁷ VILLA, Carlos Eduardo Valencia, Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864, *in*: , UFF - Campos dos Goytacazes: [s.n.], 2015.

Janeiro.¹⁸⁸ Isso gerou uma oferta bastante atraente, já que os empréstimos aumentaram e os descontos que os Bancos recebiam, também aumentavam.

Thiago Gambi¹⁸⁹ explica que essa liquidez foi momentânea, porque com o aumento da oferta de papel-moeda e da emissão de vales, na opinião do autor, ocorreu a desestabilização da economia. Já que isso gerava como efeito uma depreciação da moeda e, em consequência, a inflação e a desvalorização do câmbio. Como resultado de tudo isto, ocorreu uma escassez de moeda na praça do Rio de Janeiro.

Segundo dados fornecidos por Gambi, essa conjuntura caótica na economia, teve seu ápice entre 30 de Abril de 1853 e 23 de Junho do mesmo ano¹⁹⁰. Isso fez ecoar o coro para a necessidade de um Banco nacional, já que a culpa dessa circunstância econômica caía sobre a pluralidade, sobre a existência de competição entre os dois bancos – Banco Comercial e o Banco do Brasil. O desenrolar disso foi que a política econômica Saquarema¹⁹¹, criava em 1853 o segundo Banco do Brasil¹⁹², que foi a fusão entre o Banco do Brasil, relatado acima como pertencente a Barão de Mauá, e o Banco Comercial.

Com esta atitude, o governo deteria o controle sobre a moeda e atenderia a vontade dos conservadores fluminenses, agentes do mercado escravista, e conservadores ligados ao Nordeste e as áreas de exportação.¹⁹³ Este fato, também marcaria a condução da política econômica, na qual os conservadores teriam maior destaque ou, uma maior tentativa de controle dessa pasta.

A partir daí o autor Thiago Gambi, demonstra uma contradição existente na economia. Ao mesmo tempo que o Banco tentava, por um lado, sanear o meio circulante, recolhendo as notas emitidas pelo tesouro, por outro lado, também procurava atender as demandas que o comércio tinha, em um contexto de expansão comercial, expandindo o

¹⁸⁸ GAMBI, Thiago Fontelas Rosado, O segundo Banco do Brasil como banco da Ordem, *in*: , São Paulo: ANPUH, 2011, p. 5.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 6.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 7.

¹⁹¹ Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí; Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai; e Eusébio de Queiroz formavam a “Trindade Saquarema”, líderes do partido Saquarema. Formavam a grande voz Conservadora do Império GAMBI, Thiago Fontelas Rosado, O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866), 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015, p. 47.

¹⁹² GAMBI, O segundo Banco do Brasil como banco da Ordem, p. 2.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 8.

crédito. Ou seja, o mercado e o comércio tiveram que se adequar a esse problema existente.

Esta política econômica engessada, que precisava se manter dentro de um padrão exigente, demonstrou algumas contradições entre a teoria e a prática. O banco que detinha o monopólio das emissões, tinha dificuldades de se manter dentro dos limites de emissão estabelecidos pelo seu estatuto, que limitava a emissão além do dobro do fundo disponível, isso gerava uma dificuldade de gerir seus fundos, já que ocorria um número elevado de empréstimos.¹⁹⁴

A dificuldade para gerir o banco com essas condições era tanta, que a Diretoria do banco pediu ao governo a ampliação do limite de emissão. Isto constatava, que a rigidez colocada acima, ou, não era seguida, ou era de forma insuficiente. Logo depois, o Governo teve que permitir também a emissão em filiais do banco. Ainda em 1853, o Visconde de Souza Franco é chamado para assumir a pasta do ministério da Fazenda, em um período de conciliação política. Souza Franco privilegiava a expansão do crédito, a pluralidade econômica. Política econômica bastante diferente da que era praticada pelo governo, comandada pela política saquarema, conhecida pelo conservadorismo. Por sua vez, Rodrigues Torres era presidente do Banco do Brasil e isto representava uma dualidade. Enquanto, um conservador era presidente do principal banco do Império, o ministro da fazenda representava a pluralidade e o liberalismo.¹⁹⁵

A pluralidade econômica gerou uma grande liberação do crédito com a queda da taxa de desconto e por consequência, um aumento das atividades comerciais. Além disso, a bolsa de valores encontrava-se em enorme ebulição. Esses fatores levaram a um aumento quase natural do produto interno bruto brasileiro, que teve um registro muito maior do que nos outros anos do Império.¹⁹⁶ Situação bastante parecida com a primeira metade da década de 1870 em Lisboa, que passa também por um momento de aumento

194 GUIMARÃES, Carlos Gabriel, O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850, in: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia (Orgs.), Campos em disputa: história agrária e companhia, 1a. ed. São Paulo : [Niterói, Rio de Janeiro, Brazil]: Annablume ; NRA, 2007, p. 39.

195 GAMBI, O banco da ordem, p. 15.

196 GUIMARÃES, Carlos Gabriel, A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840), [Rio de Janeiro, Brazil] : São Paulo, SP: FAPERJ ; Alameda, 2012, p. 197.

exponencial da atividade da sua bolsa, além do aumento expansivo da atividade bancária, causada por uma política liberal, que visava expandir o crédito.

Ao mesmo tempo existia uma preocupação intensa, por parte do grupo político conservador, com o rumo que essa especulação poderia levar a economia brasileira. Incluindo aí o debate monetário que existia, os conservadores representados por Torres Homens defendiam o monometalismo como a política monetária. Todo este cenário acirrava ainda mais essa pressão sobre o Souza Franco. No caso português, esse acirramento político era causado pelos Republicanos que, como demonstramos vão ser críticos da política expansionista, porém Portugal adotou o monometalismo em 1854 estabelecendo o padrão-ouro, fato que não era muito comum para a época, apenas a Inglaterra mantinha esse padrão.¹⁹⁷

As casas bancárias surgem em meio a este cenário, exercendo principalmente a função de intermediários de crédito entre o Banco do Brasil e os seus clientes (esses que na maioria das vezes não podiam obter créditos diretos do Banco do Brasil)¹⁹⁸. O banco do Brasil e outros bancos, emprestavam dinheiro a essas casas bancárias que cediam crédito a terceiros. Summerhill explica o contexto de surgimento dessas casas bancárias:

“As loans became larger they were harder to place. To be sure, in the 1850s the city had Brazil’s most important private banking houses, which variously performed the functions of broke-dealers, discounters, accepting houses, and merchant banker. These included Gomes & Filhos, Oliveira & Bello, Montenegro, Lima & Cia., Fortinho & Moniz, A. J. A. Souto. and Bahia Irmãos & Cia.¹⁹⁹

Isso significou o rompimento com o monopólio das emissões. Até fevereiro de 1858²⁰⁰ mais de cinco bancos já poderiam fazer emissão. Rodrigues Torres, presidente do Banco da ordem, nas palavras de Gambi, deixa a presidência do banco, permitindo que essas ações fossem tomadas. Assim como ocorre em Lisboa, que também vai liberar a emissão de moeda, a diferença é que essa emissão vai ocorrer majoritariamente no Porto, ficando apenas o Banco de Portugal responsável por essa emissão em Lisboa.

¹⁹⁷ NUNO VALÉRIO (Org.), **História do Sistema Bancário Português - Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central – 1822-1831**.

¹⁹⁸ SUMMERHILL, William R., *Inglorious revolution: political institutions, sovereign debt, and financial underdevelopment in imperial Brazil*, New Haven: Yale University Press, 2015, p. 116.

¹⁹⁹ *Ibid.*

²⁰⁰ GAMBI, O segundo Banco do Brasil como banco da Ordem, p. 15.

Porém, como é bastante conhecido pela historiografia em 1857 ocorreu a crise econômica do capitalismo de proporções mundiais. basicamente, esta crise ocorre graças a queda dos preços das commodities na bolsa de Nova York, causados pelo aumento da exportação de cereais na região da Criméia, na época da Rússia.²⁰¹

Carlos Gabriel Guimarães discorre sobre o efeito dessa crise

“Preocupados com a repercussão da crise no Brasil, os credores ingleses passaram a pressionar o governo, exigindo não só que os débitos fossem soldados imediatamente, como também suspenderam a concessão de prazos adicionais, que na prática funcionava como um “roll over da dívida”. Como se tinha adotado o padrão-ouro, com a Reforma Monetária de 1846, essa pressão significou uma saída líquida de moeda, já que a conversibilidade do papel-moeda funcionava para os credores como uma garantia para os momentos de crise. Não foi por outra razão, que a saída líquida de moeda, no caso, representada pela remessa de cambiais em 1857, chegou a ser 76% maior do que em 1856”²⁰²

Não é preciso exercer grande esforço para perceber que essa crise teve grande impacto no mercado financeiro. Ocorre um aumento da taxa de câmbio e uma queda natural na renda das exportações do café, com isso os bancos aumentam a taxa de desconto, atingindo assim o setor comercial. O que percebemos é uma reação em cadeia desta crise.²⁰³

O governo precisou pedir ajuda para o Barão de Mauá para poder elevar o câmbio e fazer com que a economia respirasse. Esta crise só foi resolvida no último trimestre de 1858. O que ocorre a partir daí, é que a pluralidade econômica ficou politicamente desgastada. Em dezembro de 1858, Souza Franco sai do cargo e é substituído por Torres Homem, que assumiu a pasta do ministério da fazenda. Isso oficializava uma mudança na política econômica, existia um desejo de que as emissões fossem travadas ao duplo do fundo disponível, tendo assim uma forte proposição para que o Banco do Brasil tivesse o monopólio de emissões, porém o Senado não aprovou isso em um primeiro momento.²⁰⁴

Não resistindo a toda pressão contrária, Torres Homem cede lugar a Silva Ferraz que assumiu a pasta do Ministério e com as conclusões do relatório que foi negado no

²⁰¹ GUIMARÃES, A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial, p. 52.

²⁰² GUIMARÃES, O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850, p. 12.

²⁰³ GUIMARÃES, **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial**, p. 120.

²⁰⁴ GUIMARÃES, O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850, p. 22.

Senado, apresenta novas propostas que tem como objetivo tornar o projeto ainda mais rigoroso, diminuindo a circulação de notas bancárias, restringindo as emissões dos bancos com o objetivo de habilitar as trocas para as “moedas metálicas” e reprimindo a criação de novas sociedades anônimas sem a prévia autorização do governo.

Encaminhado para o governo, depois de um intenso debate, mas sem grande oposição, foi sancionada em agosto de 1860 a lei dos entraves, a lei nº 1083. O projeto tinha como principais características:

“1) Os bancos criados por decretos do poder executivo – período Souza Franco -, ficavam proibidos de emitirem sob a forma de notas ou bilhetes ao portador (vales bancários), quantia superior ao termo médio de suas emissões operadas no decurso do primeiro semestre do corrente ano, enquanto não se mostrassem capazes de reembolsar os vales em ouro; caso não consigam efetuar operação, os bancos entrariam em liquidação – artigo I; 2) o maior controle para a constituição de sociedades anônimas, que além de dependerem da autorização do governo, conforme constava no Código Comercial, passaram também a depender da aprovação da assembleia legislativa”²⁰⁵

A lei dos entraves se tornou uma política de austeridade do governo, uma política extremamente rígida. Como resultado desta política, ocorreu uma redução brusca de empréstimos no Banco do Brasil e também vários outros bancos abriram mão da emissão, já que com a lei dos entraves isso se tornou algo inviável. Justamente porque o desejo do governo era que as emissões voltassem a ser monopólio do Banco do Brasil.

Alguns autores como Guimarães, Valencia, Gambi consideram essa lei como um dos principais fatores para o que veio ocorrer depois, a crise do soute²⁰⁶. Ressaltando que, a partir da crise de 1857 as casas bancárias começam a sofrer economicamente, os bancos ingleses começam a ser introduzidos no Brasil dando o suporte do crédito para as empresas do setor da infraestrutura, como as estradas de ferro, isso acaba gerando concorrência, levando em consideração que esses eram grandes bancos com uma enorme

²⁰⁵ GUIMARÃES, A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial, p. 89.

²⁰⁶ GUIMARÃES, A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial; GUIMARÃES, O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850; VILLA, Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864; GAMBI, O banco da ordem.

estrutura financeira e cedendo empréstimos até mesmo para as casas bancárias, isto contribuiu muito com a formação da crise.²⁰⁷

As Casas Bancárias no início da década de 1860 aumentaram seus negócios e arriscaram ainda mais eles, visto que a Lei dos Entraves estava preocupada principalmente com os grandes bancos, limitando a emissão deles e obrigando a monetização. Isso faz com que os seus negócios fossem cada vez mais arriscados, sem muita preocupação com os prazos. Vale aqui levantar o ponto de que, isso fez com que as casas bancárias entrassem cada vez mais em negociações arriscadas.²⁰⁸ Existem pontos semelhantes da Lei dos Entraves de 1860 do Brasil e a Lei de Sociedades Anónimas de 1867 de Portugal, o principal deles talvez seja a não regulação das casas bancárias, essas eram vistas como instituições de créditos privadas, que não poderiam ser reguladas, mas o aporte ideológico das duas leis são diferentes. A primeira quer regular a atividade bancária no sentido de travar a expansão que ocorria, faz isso diminuindo a emissão, consequentemente a oferta de crédito fica limitada, além disso as sociedades anónimas passam a necessitar de autorização governamental para serem constituídas. Isso é exatamente o contrário do que acontece no caso português, assim como o nome já diz a Lei de Sociedades Anónimas visava regular esse tipo de instituição, mas liberando essas sociedades da autorização governamental que existia, realizando assim um estímulo a constituição das mesmas

No caso do Rio de Janeiro, é bastante claro que os grandes bancos são os protagonistas da crise. Primeiro, porque eles eram os que tinham as maiores contas nas casas bancárias, e segundo é que quando a casa bancária A. J. Alves do Souto pede ajuda em forma de ampliação de crédito, o Banco do Brasil a nega, fazendo assim com que se inicie a crise.

No dia 10 de setembro de 1864, ocorreu o que chamamos de suspensão de pagamentos de uma das maiores Casas Bancárias do Império, a A. J. Alves do Souto. Ocorreu uma corrida para a retirada do dinheiro e uma desconfiança no cenário financeiro, que atingiu outros bancos. Em alguns dias, outras Casas Bancárias caíram como Gomes & Filhos, Montenegro, Lima & -co. e Oliveira & Bello.

²⁰⁷ GUIMARÃES, O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850, p. 182.

²⁰⁸ SAEZ, Hernan Enrique Lara, O 11 de Setembro de 1864 da praça carioca: A crise do Souto e a transformação da política econômica brasileira, *in*: , Lisboa: Apha, 2010.

A partir disso foi criada uma comissão para verificar e entender os motivos da crise, esta que foi presidida por Silva Ferraz, que como grande opositor da política econômica liberal coloca a culpa na expansão do crédito e na especulação. Importante aqui, abrir um parêntese para o papel que tem o Banco do Brasil nesse momento, como observa Gambi “o banco fica livre das amarras impostas pela lei de 1860”²⁰⁹ e opera com o triplo do fundo disponível e até mesmo o metalismo vai ser questionado.

No mês de novembro do mesmo ano, 1864, o *Jornal do Commercio* “receberam as notícias que se publicaram (...) os nomes dos credores e depositantes de dinheiro nas Casas Bancárias falidas”²¹⁰, é importante ressaltar que por muito tempo, os historiadores não conheciam essa fonte, olhando muito mais para as causas dessa crise. Porém, olhar para os depositantes é olhar para um tipo de retrato pouco explorado das Casas Bancárias. Dito isto, organizamos um banco de dados²¹¹ que contém todas as informações necessárias, visto que as informações fornecidas no jornal não são complexas, e nem precisavam ser. Constam apenas no Jornal: o nome dos agentes e valor do depósito; as comissões de liquidação, de acordo com a quantia devida pela casa bancária; e os tipos de credores, que poderiam ser credores de *domínio*, *privilegiados*, *pignoratícios*, *chirographiados*, ou depositantes de *contas correntes* ou *credores de recibos nominativos* ou ao *portador*.

O banco de dados não continha só os depositantes de pessoa física, existiam muitos depósitos de bancos, dentre eles o Banco do Brasil, como um dos maiores depositantes, além disso existiam as pessoas jurídicas que também mantinham contas. Para se ver a pluralidade das contas, é só olharmos o menor depósito e o maior. Enquanto na menor temos 4\$000, na maior tem o incrível número de 2.391:031\$660, esses valores indicam uma variabilidade de agentes. Porém, a grande maioria de agentes são os de pequenos valores. Nos dados apresentados por Valencia²¹² o índice de moda é de 100\$000, um valor bastante baixo, o que mostra e dá uma estimativa do tipo de clientes que aparecem no banco de dados. Esse autor afirma que o índice médio dos depósitos não

²⁰⁹ GAMBI, O banco da ordem.

²¹⁰ Valencia, op. Cit, pp 1.

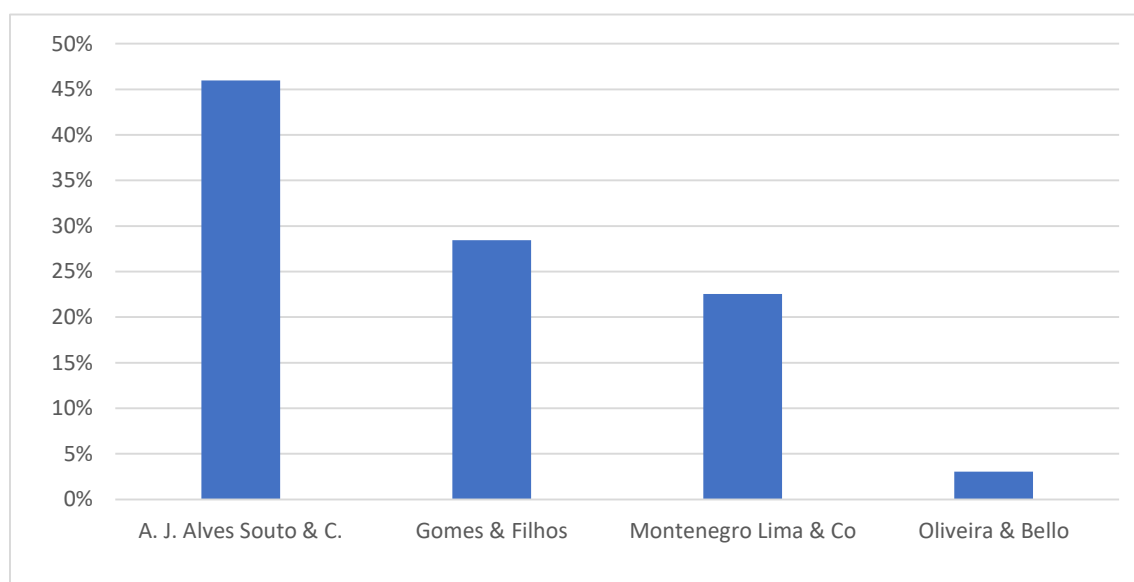
²¹¹ O banco de dados foi organizado pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Valencia Villa, do departamento de História da Universidade Federal Fluminense. A alimentação e a construção dos dados foram feitos por: Guilherme Villela, Mylena Porto, Rafael Rento, Felipe Corvino e Ilana Vaz, membros do Laboratório de Pesquisa e Documentação em História Econômica – LAPEDHE, que também pertence ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

²¹² Valencia, op. Cit. pp 15

representa muito bem os valores agregados de todos os clientes, já que na sua opinião existem índices de anomalias estatísticas.

O que deve se colocar aqui, é que a grande quantidade de pessoas com pequenas quantias ou quantias medianas, representavam a maior fatia do banco de dados. A quantidade de contas dos bancos (como Banco do Brasil, Banco Rural Hipotecário), é pequena, porém com valores grandes e isso se explica pela intermediação de crédito que era feita através das casas bancárias, como já explicava.

A média das quantias dos bancos é de 1.148:888\$490, que representa 38,2%²¹³ dos valores das contas, uma porcentagem bem representativa se levarmos em conta que não existiam só 2 tipos de clientes no banco de dados (físicos e bancos). A esses dois, se somavam outros como: herdeiros; as pessoas jurídicas; clientes não definidos; massa em liquidação; entre outros. Portanto, o banco de dados consegue representar as contas



mesmo com informações simples, porém necessárias e bem representativas. Como já dito, as contas no *Jornal do Commercio* têm além de algumas outras informações, a conta do depositante e o valor que foi depositado.

Gráfico 4 – Porcentagem do número de clientes por casa bancária. Rio de Janeiro, 1864.²¹⁴

²¹³Fonte: BD_SACB1864

²¹⁴ Banco de dados criado pelo LAPEDHE (BD_SACB1864) através das publicações diárias no *Jornal do Commercio* entre os dias 28/10/1864 e 14/11/1864. Total de clientes – 22.257.

É possível através deste gráfico entender o motivo pelo qual a bancarrota de diversas casas bancárias na praça mercantil do Rio de Janeiro é conhecida como Crise do Souto. Já que 46% dos clientes eram depositários na A. J. Alves Souto & C., enquanto a Gomes & Filhos representava 28%, Montenegro Lima & Co representava 23% e a Oliveira & Bello representam menos de 5% do número total de clientes.

É possível enxergar diferenças claras em relação as duas crises, apesar de criarem leis que visavam coisas completamente opostas, no caso do Rio de Janeiro restringir o número de Bancos e no caso de Lisboa aumentar a atividade bancária, sem regular as casas bancárias, as duas leis não tiveram impacto direto, mas sim indireto nessas casas bancárias. No caso do Rio de Janeiro, os bancos tendo um limite de emissão, passam a emprestar e depositar dinheiro nas casas bancárias, para que essas fizessem a intermediação de crédito, dessa forma as casas bancárias ficam sobrecarregadas. No caso de Lisboa, a liberdade de emissão registrada no país, com maior influência no norte, além de uma emigração elevada para o Brasil, que fez com que várias casas bancárias surgissem concentradas nessa região para atender ao grande volume de remessas, somados com o grande comprometimento dessas com os fundos espanhóis, fez com que essas casas bancárias não fossem fincadas em uma base forte. O caso de Lisboa é diferente, já que as casas bancárias não tinham um volume de remessas vindos do Brasil e claramente estavam menos comprometidas com a bolsa espanhola.

5. Considerações Finais

Compreender a função das casas bancárias de Lisboa em um contexto de crise é um desafio, como deixamos claro durante toda a pesquisa não são extensas as fontes sobre as casas bancárias. Foi preciso fazer um trabalho de curadoria das fontes para escolher as que pudessem nos municiar com as informações que nos interessavam e que respondessem as perguntas que propusemos. A segunda metade do século XIX bancário foi composta por momentos conturbadas que alternaram entre o aumento exponencial da atividade bancária, crise e desaceleração desse movimento.

Entender como as casas bancárias de Lisboa funcionavam e como elas passaram sobre a crise é o principal objetivo desse trabalho. Para isso, foi um processo de lapidação dessas fontes, no qual chegamos em pontos comuns que as casas bancárias de Lisboa tinham que explicavam os motivos delas terem passado pela crise sem sofrer fortes abalos e, mais do que isso, auxiliando o Banco de Portugal e o Governo na recuperação e no resgate de bancos e casas bancárias. Como demonstramos o número de casas bancárias e casas de câmbio não se altera em Lisboa.

As ideias sobre o liberalismo que circulavam no ambiente político português tiveram grande influência na construção das leis que incumbiam a economia do país, assim ocorreu com a Lei de Sociedades Anónimas. As casas bancárias ficavam elas mesmas responsáveis pelas suas normas e funcionamento, não precisando assim de nenhum tipo de autorização governamental. A elas só era necessário o registro da sua escritura.

O primeiro ponto que conseguimos concluir é que as casas bancárias de Lisboa estavam envolvidas em diversos negócios, mas as suas bases estavam fincadas em negócios específicos. É possível citar dois desses que são fulcrais para o funcionamento dessas casas bancárias: os negócios com o contrato de tabaco e com o tesouro. Esses dois negócios são comuns as casas bancárias que observamos nesse estudo, com uma diferença do nível de comprometimento, todas essas casas tinham uma estrutura econômica baseada principalmente nesses dois pilares.

O contrato do tabaco é talvez o mais perceptível, as duas principais casas bancárias do nosso estudo tomam esse negócio pra si. A casa bancária Fonsecas, Santos & Viana vai ser diretora da empresa Companhia da Fábrica de Tabacos de Xabregas, que depois

vai se tornar a Companhia Nacional de Tabacos. Como vimos, o contrato do tabaco é extremamente lucrativo e vai ajudar a construir a riqueza dessas casas bancárias. O mesmo ocorre com Henry Burnay, que também vai estar a frente do contrato de tabacos e usa de todo o seu prestígio político para consegui-lo, sendo inclusive alvo de polêmica pela forma como influenciou politicamente para que o contrato fosse dirigido ao seu grupo e a outras instituições bancárias parceiras.

Já em relação a proximidade das casas bancárias com o tesouro, além dos números que demonstramos, existe uma proximidade entre esses. Essa proximidade está destacada nas fontes e construída pelo fato dessas casas bancárias realizarem empréstimos ao Estado e através das movimentações financeiras que faziam em relação ao contrato de tabaco, que passavam pelo tesouro.

Em relação aos empréstimos ao governo, esses ocorrem em diversos momentos, incluindo durante a crise de 1876. Essas casas bancárias vão ter grande importância na intermediação dos empréstimos tomados de Londres. Tanto é que a casa de Henry Burnay & C^a recebe uma menção honrosa “pelos serviços prestados em decorrência da crise”. Enquanto a região norte do país estava sofrendo por problemas econômicos, que também chegam a Lisboa, as casas bancárias dessa cidade estão envolvidas no resgate de empréstimos.

Mais do que a estrutura e o tamanho dos seus negócios, existe outro ponto que interfere bastante nas relações econômicas no séc XIX, a confiança. Esse é um ponto importantíssimo, as pessoas e as empresas não se envolviam em negócios que não houvesse confiança. Isso é plausível em uma sociedade que se nega a regular as instituições bancárias de modo geral, principalmente as casas bancárias, além disso existia a moeda fiduciária, não lastreada, que era baseada na confiança que as pessoas tinham nas instituições bancárias. As relações pessoais eram extremamente importantes. Henry Burnay soube construir uma imagem positiva, construiu até certo ponto uma boa relação política, mas também participa de diversos eventos sociais e empreendia diversos atos de caridade, além de ser dono da casa havanesa, uma casa comercial importante para a cidade.

Para se manterem em bases sólidas, as casas bancárias eram constituídas em uma estrutura baseada na força dos seus sócios. Demonstramos no caso da casa bancária Fonsecas, Santos & Viana, que a firma era entrelaçada entre eles através de matrimônios

e ligações entre os seus sócios, eram ligações usualmente feitas, como podemos ver na Imagem I, era uma estrutura quase familiar que permitia que o capital fosse concentrado.

Essa estrutura explica em partes o sucesso dessas casas bancárias, porém os negócios escolhidos como os contratos do tabaco, os fundos do tesouro, os caminhos de ferro do Norte, a relação íntima com o Estado é que vão ser fundamentais para o sucesso dessas casas bancárias e por terem passado pela crise de forma estável.

Apontamos também para as semelhanças e diferenças que existiam entre a crise de Lisboa e a crise do Rio de Janeiro. A primeira diferença é em relação a legislação anterior a crise, no caso de Lisboa a lei das sociedades anónimas visava liberar os bancos de autorização governamental para se constituírem, essa lei gerou um forte impacto relacionado ao aumento de bancos e pode-se dizer que vai influenciar na crise de 1876, Portugal passa a ter um número de bancos e instituições bancárias que não existia antes, gerando uma vulgarização dessa atividade em bases que não eram sólidas. No caso do Rio de Janeiro, a lei anterior a crise de 1864, a lei dos entraves, vai justamente em sentido contrário visando regular e controlar as sociedades anónimas, que passam agora a depender de autorização do Governo para constituírem-se, além de um limite de emissão de moeda.

Aqui é preciso dar destaque para a questão política, os anos anteriores a lei dos entraves foram conturbados politicamente e muito mais instáveis do que em Portugal, o debate entre projetos políticos era intenso e isso se demonstra na legislação feita para regular os bancos, que em menos de uma década passa da liberalização da atividade bancária para a restrição da mesma. Enquanto em Portugal também existe um debate político, mas o projeto regenerador parece ser muito mais consolidado.

Em relação as causas das crises, as duas tem fatores externos que influenciam o contexto econômico das cidades. No caso de Lisboa, a drástica diminuição das remessas vindas do Brasil e o grave comprometimento das casas bancárias do Norte do país com os fundos espanhóis, que quando oscilam geram os percalços econômicos apresentados. No caso do Rio de Janeiro, a introdução de empresas bancárias inglesas com uma estrutura sólida vai impactar bastante as casas bancárias do Rio de Janeiro, porque vão ser concorrentes fortes com um grande volume de capital de giro²¹⁵. Somando-se isso ao

²¹⁵ GUIMARÃES, A *presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial*.

engessamento da atividade bancária como um todo, que teve o limite de emissão reduzido, as casas bancárias acabam ficando sobrecarregadas e suspendem os seus pagamentos, gerando uma corrida para retirada de depósitos que levou a crise do soute.

O ponto aqui é entender a importância das casas bancárias nas duas cidades, nas duas cidades eram casas bancárias com estruturas gigantescas, no caso do Rio de Janeiro, as casas bancárias somadas chegam a mais de 12.000 contas de depósitos, que atendia a maioritariamente pequenas contas, mas incluía também os bancos e principais empresas da cidade. No outro lado, a casa bancária de Henry Burnay tem no ano de sua morte um saldo positivo de 10.193:438\$497, um número extremamente elevado e que demonstra o tamanho da dimensão dessas casas bancárias. Eram estruturas financeiras que não eram escrutinadas e por isso agiam com uma certa liberdade.

Para entendermos os sistemas bancários e a estrutura econômica das cidades é preciso girar o olhar para essas casas bancárias, a forma como elas atuam na crise de Lisboa sendo as principais responsáveis por negociar empréstimos vindos de Londres e, no caso do Rio, a forma que a economia desmorona quando as casas bancárias quebram, demonstra a necessidade de tomarmos atenção a essas instituições, atentando para a dificuldade que existe relacionada as fontes, já que essas casas não estavam inseridas na legislação bancária.

6. Fontes

6.1 Fontes Impressas

- A Ilustração Portuguesa, 4º anno. Lisboa, 14 de Novembro de 1887
- Biblioteca Nacional. Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o ano de 1865
- Biblioteca Nacional. Almanak Burocrático – 1876
- Biblioteca Nacional. Jornal Diário de Notícias
- Biblioteca Nacional do Brasil. Jornal do Commercio. 1844
- Biblioteca Nacional do Brasil. Diário do Rio de Janeiro. 1843.
- Biblioteca Nacional do Brasil, Jornal do Commercio,
- Biblioteca Nacional. Almanak Burocrático e Noticioso – 1881
- Código Comercial de 1833
- Hino da Revolução Popular da Maria da Fonte, composição de Vitorino.
- Lei de Sociedades Anónimas de 1867
- Lei dos Entraves de 1860

6.2 Fontes Manuscritas

- **Arquivo Distrital de Lisboa**, "fundo cível antigo do Tribunal da Boa Hora", 6.ª vara, 3.ª secção, cx. 526, fls. 951 v.º a 953.
- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda: Direção Geral da Fazenda Pública. PT/TT/ID/1/682
- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Arquivo Burnay. PT/TT/HB
- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Tribunal do Comércio. PT/TT/TCSI
- Banco de dados criado pelo **LAPEDHE** (BD_SACB1864) através das publicações diárias no Jornal do Commercio entre os dias 28/10/1864 e 14/11/1864
- **Biblioteca Nacional**. Balanço Económico do Crédito Predial Português, 1876

- **Debates Parlamentares** – Câmara do Senhores Deputados da Nação Portuguesa.
Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd>
- Relatório do Banco de Portugal à Assembleia Geral de Agosto de 1876. **Diário de Notícias**, Setembro/1876

7. Bibliografia

ALVARENGA, Thiago. **Ato de Poupar dos Escravos: poupanças de escravos no Rio de Janeiro ao longo do século XIX**. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2016.

ALVARENGA, Thiago. Os pequenos credores na bancarrota das casas bancárias cariocas em 1864. In: **Congresso Latino-americano de História Econômica**. São Paulo: [s.n.], 2016.

ALVES, Daniel. Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX. In: [s.l.: s.n.], 2011.

ALVES, Vitor Araujo. **A Geografia do Comércio Atacadista Carioca (1855-1900)**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

ANTUNES, João Carlos da Silva Jorge. **A Bolsa de Valores de Lisboa e a Crise Bancária de 1876**. ISEG - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **História da guerra civil da Patuleia, 1846-47**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. (Histórias de Portugal, 2).

CABREIRA, Thomaz. **O Problema Bancário Português**. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1915.

CASSIS, Y. Bankers in English Society in the Late Nineteenth Century. **The Economic History Review**, v. 38, n. 2, p. 210, 1985.

CASSIS, Youssef. **City bankers, 1890 - 1914**. digitally print. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.

CORDEIRO, Joaquim António da Silva. **A Crise em Seus Aspectos Morais**. 2º. Lisboa: Cosmos, 1999.

COSTA, Fernando Marques da. Aspectos da vida de um burguês (1870-1915). **Análise Social**, v. XVI, n. 61-62, p. 157-171, 1980.

DAMAS, Carlos Alberto. José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915. **Análise Social**, v. XXXVII, n. 2002, p. 851-878, 2002.

DUARTE, Luis Miguel. **Mercadores-banqueiros e Cambistas no Portugal dos séculos XIV-XV**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, 2006.

FARIA, Miguel Figueira de; MENDES, José Amado (Orgs.). **Dicionário de história empresarial portuguesa: séculos XIX e XX**. 1a. edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

FARIA, Miguel Figueira de; REIS, Jaime (Orgs.). **Instituições Bancárias**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013. (Dicionário de história empresarial portuguesa, séculos XIX e XX / Coord.: Miguel Figueira de Faria, José Amado Mendes. Comissão Científica: Jaime Reis, José Amado Mendes ... ; Vol. 1).

FERREIRA, Luis Filipe Ramalho. **A Estabilidade Financeira e a Evolução Económica em Portugal - Estudo dos Efeitos da Supervisão Bancária (Dos Primórdios até 1975)**. Doutoramento, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2013.

- FREITAS, J. J. Rodrigues de. **Crise Monetária e Política de 1876: Causas e Remédios**. Porto: Livraria Moré, 1876.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-1866)**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2015.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. O segundo Banco do Brasil como banco da Ordem. *In*: São Paulo: ANPUH, 2011, p. 16.
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Projetos Políticos e Crises Econômicas: análise do caso do Banco do Brasil na crise bancária de 1864. **Revista Veredas da História**, 2012.
- GARBER, Peter M. **Famous first bubbles: the fundamentals of early manias**. 2. print. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000.
- GIL, Thiago Luís. Cartografia Digital para Historiadores: Algumas noções básicas. *In*: SILVA, Marilda Santana; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs.). **História, Arquivo e Mídias Digitais**. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza: [s.n.], 2013, p. 57–73.
- GOMES, Gilberto; ANTUNES, J. A. Aranha. A banca comercial portuguesa na crise de 1876. *In*: **XXII Encontro da APHES**. Algarve: [s.n.], 2002.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)**. [Rio de Janeiro, Brazil] : São Paulo, SP: FAPERJ ; Alameda, 2012.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e o Pós-Guerra do Paraguai, 1871-1875. p. 15, .
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O Império e o crédito hipotecário na segunda metade do século XIX: os casos do banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola na década de 1850. *In*: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia (Orgs.). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. 1a. ed. São Paulo : [Niterói, Rio de Janeiro, Brazil]: Annablume ; NRA, 2007, p. 13–40.
- HALPERN, Miriam. **A Crise Económica de 1876: Um ensaio de interpretação**. Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras, Lisboa, 1962.
- JOSLIN, D. M. London Private Bankers, 1720-1785. **The Economic History Review**, v. 7, n. 2, p. 167, 1954.
- JUSTINO, David. **Fontismo: liberalismo numa sociedade iliberal**. Lisboa: Dom Quixote, 2016.
- KINDLEBERGER, Charles Poor; ALIBER, Robert Z. **Manias, panics, and crashes: a history of financial crises**. 5. Aufl. Hoboken, NJ: Wiley, 2005. (Wiley investment classics).
- KING, Wilfred Thomas Cousins. **History of the London discount market**. London: F. Cass, 1972.
- KROOSS, Herman Edward. **A history of financial intermediaries**. [s.l.]: New York, Random House, 1971. Disponível em: <<http://archive.org/details/historyoffinanci0000kroo>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- LAINS, Pedro. **A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913**. Documenta Histórica. Lisboa: VEGA, 1989.

- LAINS, Pedro; FERREIRA DA SILVA, Álvaro. **História económica de Portugal, 1700-2000. volume 1, volume 1.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgs.). **História económica de Portugal, 1700 - 2000. Vol. 2: O século XIX.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- LEVY, Maria Bárbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.** [s.l.]: IBMEC, 1977.
- LEVY, Maria Bárbara; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. Fundamentos do Sistema Bancário no Brasil: 1834-1860. **Estudos Econômicos**, v. 15, n. Especial, p. 32, 1985.
- LIMA, Nuno Miguel. Henry Burnay no contexto das fortunas de Lisboa oitocentista. **Análise Social**, v. XLIV, n. 192, p. 565–588, 2009.
- LIMEIRA, Aline de Moraes. Almanaque de Primeira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, 2010.
- LLORCA-JAÑA, Manuel. Shaping Globalization: London's Merchant Bankers in the Early Nineteenth Century. **Business History Review**, v. 88, n. 3, p. 469–495, 2014.
- MARQUES, A. H. Oliveira. **Companhia Geral de Crédito Predial Português - 125 Anos de História.** Lisboa: Credito Predial Português, 1989.
- MATA, Maria Eugénia. Institutions and Business. Henry Burnay, a case study. In: Aveiro: [s.n.], 2002, p. 28.
- MATA, Maria Eugénia. Sociedades Anónimas: Regulação e Economia. **Boletim de Ciências Económicas**, v. XLI, p. 28, 1998.
- MENDES, José M Amado. A Empresa Bancárias em Portugal no Século XX: Evoluções e Estratégias. **Gestão e Desenvolvimento**, p. 39–56, 2002.
- MESQUITA, João Marcos. Os Negócios do Tráfico: O comércio ilegal de escravizados através do negociante Manoel Pinto da Fonseca (1837 - 1851). In: **História & Parcerias.** Rio de Janeiro: Anpuh, 2018.
- MONICA, Maria Filomena. Capitalistas e Industriais (1870-1914). **Análise Social**, v. XXIII, n. 99, p. 44, 1987. (5º).
- MONICA, Maria Filomena. Negócios e política: os tabacos (1800-1890). **Análise Social**, v. 27, n. 116/117, p. 461–479, 1992. (História Social e das Elites).
- NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno. **História Económica e Empresarial.** Lisboa: Editorial Presença, 2015.
- NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno; BANCO DE PORTUGAL. **História do sistema bancário português. vol. I, vol. I.** s.l.: Banco de Portugal, 2006.
- NUNES, Teresa. **Maria da Fonte e Patuleia, 1846-1847.** Matosinhos: Quidnovi, 2008.
- NUNO VALÉRIO (Org.). **História do Sistema Bancário Português - Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central – 1822-1831.** Lisboa: Banco de Portugal, 2007. 2v.
- PEREIRA, Miriam Halpern. CONTRIBUIÇÃO PARA UMA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO. p. 22, .
- PEREIRA, Miriam Halpern. Instituições e desenvolvimento económico (Sec XIX). In: **XXXI Congresso da APHES.** [s.l.: s.n.], 2011, p. 22.

PEREIRA, Miriam Halpern. Oliveira Martins e o Fontismo. **Ler História**, n. 34/1997, p. 17–31, 1998.

PEREIRA, Walter Luiz. De todos os santos a Lúcifer: Uma história do tráfico e de traficantes depois do fim do tráfico. *In*: [s.l.: s.n.], 2009.

PINHEIRO, Magda de Avelar. Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX. **Análise Social**, v. 15, n. 58, p. 256–288, 1979.

PRADA, Valentin Velasquez de. **II História Económica Mundial**. Porto: Livraria Civilização Editora, 1992. Iiv.

RAMON, Jose; LOPEZ, Garcia. Banking merchants and banking houses: the hidden key to the workings of the Spanish banking system in the nineteenth century. **Accounting, Business & Financial History**, v. 10, n. 1, p. 37–56, 2000.

SAEZ, Hernan Enrique Lara. O 11 de Setembro de 1864 da praça carioca: A crise do Souto e a transformação da política econômica brasileira. *In*: Lisboa: Aphes, 2010.

SALGUEIRO, Ângela Sofia Garcia. **A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses 1859-1891**. FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/29673>>.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

SOUSA, Fernando de. A Salamancada e a crise bancária do Porto. **Nummus**, v. 1, p. 131–160, 1978. (2ª).

SOUSA, Fernando de; MARQUES, António Henrique R. de Oliveira; SERRÃO, Joel (Orgs.). **Nova história de Portugal. Vol. 10: Portugal e a regeneração: (1851 - 1900)**. 1. ed. Lisboa: Ed. Presença, 2004.

SUMMERHILL, William Roderick. **Inglorious revolution: political institutions, sovereign debt, and financial underdevelopment in imperial Brazil**. New Haven, Conn.: Yale Univ. Press, 2015. (Yale series in economic and financial history).

VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Microfinances in the banking houses of Rio de Janeiro in 1864. **Business History**, p. 1–27, 2018.

VALÉRIO, Nuno; NUNES, Ana Bela (Orgs.). **As finanças públicas no parlamento português: estudos preliminares**. Lisboa: Assembleia da República, Edições Afrontamento, 2001. (Coleção Parlamento, 6).

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. **Ao Longo daquelas Ruas**. São Paulo: Paco Editorial, 2016. Disponível em: <<https://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=5810213>>. Acesso em: 16 set. 2019.

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. PEQUENOS CREDITORES DE GRANDES DEVEDORES: p. 26, .

VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Pequenos credores de grandes devedores: Depositantes e credores das casas bancárias cariocas na falência de 1864. *In*: UFF - Campos dos Goytacazes: [s.n.], 2015.

VILLELA, Guilherme Lemos. **Os grandes clientes nas Casas Bancárias na Crise do Souto em 1864**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

